



AVEIRO
Câmara Municipal

pdm

revisão

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Aveiro



RELATÓRIO

setembro 2019

DISCUSSÃO PÚBLICA

Imagem da capa:

© AdRA 2010
todos os direitos reservados



DISCUSSÃO PÚBLICA

DISCUSSÃO PÚBLICA

(pagina em branco)

NOTA DE ABERTURA

José Ribau Esteves

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

A Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Aveiro é uma aposta central e estratégica da Câmara Municipal de Aveiro (CMA) no processo de capacitação, estruturação, qualificação e desenvolvimento do Município de Aveiro, integrado numa operação de reformulação total do planeamento municipal, com a introdução de inovação nas componentes e na estratégia de elaboração.

Essa operação de reformulação total do planeamento municipal integra ao nível do Município de Aveiro o “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, o “Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil”, o “Diagnóstico Social 2019” e o “Plano de Desenvolvimento Social 2019/2021”, o “Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro / PEDUCA”, que integra o “Plano de Ação de Reabilitação Urbana”, o “Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas” e o “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável”, o “Plano Estratégico Para a Cultura”, a “Carta Educativa”, o “Plano de Estrutura Viária e Circulação” e a “Carta do Património”, entre outros.

Além da devida articulação com planos de escala Nacional e da Região Centro, ao nível da Região de Aveiro foi feita a devida articulação com o “Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro”, o “Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro”, o “Plano Estratégico Para a Região de Aveiro 2014/2020” com a sua “Estratégia de Desenvolvimento Territorial” e o seu “Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial”, entre outros.

Neste processo de Revisão do PDM, utilizámos, como não podia deixar de ser, o novo quadro legal, fazendo todas as necessárias aprendizagens, constatando e ultrapassando as suas incongruências e desajustamentos à realidade, encontrando e ultrapassando situações novas verdadeiramente imponderáveis no início deste processo, como por exemplo, a nova legislação que determinou a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ou a necessidade de elaborar uma nova Carta de REN com novas regras de procedimento.

Do processo de análise e reflexão inerente à elaboração da Revisão do PDM, procedemos a uma reconsideração e reapreciação global das opções estratégicas do plano, dos princípios e dos objetivos do modelo territorial definido e dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos naturais e valores territoriais.

Com a entrada em vigor do novo PDM, terminamos com a vigência de instrumentos de gestão do território que têm muitas incongruências e inconsequências por desajustamento à realidade, como o “PUCA / Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro”, o PU Polis, o PP da Baixa de Santo António.

O processo de revisão do PDM assentou na Estratégia de Desenvolvimento Local onde se assume Aveiro como território estruturante no sistema urbano regional, que se pretende coeso, competitivo e gerador de riqueza, capaz de originar oportunidades de negócio, emprego, e diferenciador ao nível da paisagem e de elementos naturais ímpares, conferindo tranquilidade e harmonia, e em especial qualidade de vida dos Cidadãos. A concretização desta estratégia centra-se nas diversas vantagens competitivas, nomeadamente, a localização geográfica privilegiada, o património natural ímpar que é a Ria de Aveiro, uma cultura distinta e de forte personalidade e um perfil populacional com taxas elevadas ao nível da formação superior.

A Revisão do PDM tem como princípio orientador o desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente, e procura refletir as necessidades do Território, da População, das Empresas e dos Visitantes.

Com este plano assumimos para Aveiro uma visão centrada na promoção da qualidade de vida para todos, na valorização e integração dos recursos naturais e dos recursos humanos altamente qualificados, apostando na inovação, na investigação e internacionalização, no estímulo à coesão social, à participação e promoção da cidadania ativa e no trabalho em rede entre entidades parceiras, com lugar de destaque para a Universidade de Aveiro.

Definimos como objetivos estratégicos, os seguintes:

1. Aveiro símbolo de Qualidade de Vida, Emprego e Felicidade;
2. Aveiro UniverCidade modelo;
3. Aveiro referência na Inovação, Empreendedorismo e Exportação;
4. Aveiro polo de Atração para Residentes e Turistas.

Em termos do enquadramento territorial estratégico, Aveiro apresenta-se como centro de uma Região, a Região de Aveiro, e pólo relevante na Região Centro de Portugal, com fortes relações de dependência e complementaridade a vários níveis, nomeadamente, administrativo, socioeconómico e cultural, decorrentes da vantagem oferecida pela sua posição geoestratégica, de centralidade em relação ao País, e de um enquadramento natural e paisagístico único.

A Ria de Aveiro destaca-se como elemento natural notável e identitário, sendo um fator transversal a toda a análise e que, como tal, favorece a articulação entre os diversos níveis de organização e intervenção no território. A água é, assim, um elemento estruturante de todo o território, que define Aveiro, Cidade dos Canais e o Município como Terra com Horizonte. A aposta na Ria de Aveiro inclui a área dos Desportos Náuticos, com destaque para o trabalho em desenvolvimento pela Estação Náutica do Município de Aveiro e para equipamentos novos a executar com base nas pré-existências como são os Postos Náuticos do Rio Novo do Príncipe e da Zona da Antiga Lota, ou a Pista de Pesca Desportiva na Pateira em Requeixo.

Ao nível do espaço urbano, o objetivo é o estabelecimento de regras que garantam a coesão dos diferentes territórios, que sejam unificadoras do tecido urbano e que concretizem a realidade da cidade de Aveiro como uma área urbana que se estende para além da cidade tradicional, que se continha na antiga EN109, a nova Avenida Europa.

A cidade de Aveiro é já muito mais do que o núcleo central e histórico: transcendeu esta fronteira da antiga EN 109 e passou a ser limitada pela sua Via de Cintura Urbana, formada pela A25 (entre o nó do Estádio e o nó das Pirâmides) e pela A17 (entre o nó do Estádio e o nó das Quintãs / Póvoa do Valado).

Dessa Via de Cintura Urbana, claramente estruturante do território, irradiam as vias que são o garante do sistema urbano conexo do Município, das acessibilidades principais a todas as áreas urbanas que constituem o anel que rodeia o núcleo mais central e integram a cidade nova que formalizamos com este novo PDM, nomeadamente, os aglomerados de Cacia, Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo e Aradas, onde grande parte da população habita e onde as vivências e as dinâmicas socioeconómicas e de mobilidade traduzem o caráter claramente urbano de uma cidade nova. São espaços que funcionam cada vez mais em conjunto e com vivências integradas, reforçando sinergias, e onde a densidade populacional é uma realidade indutora da otimização dos equipamentos e serviços existentes.

Neste contexto, o PDM procura promover, em toda esta área da nova cidade de Aveiro, consistência urbana e motivos adicionais de atração de população, firmando cada vez mais a elevação do nível de qualidade de vida.

Destaca-se, também, o reforço e a estruturação das Áreas de Atividades Económicas (AAE), integradas em rede e associadas aos polos de acessibilidades, dinamizando o tecido económico e criando novos motivos para a atração e fixação de população, proporcionando maior intensidade de vivência à própria Cidade e ao Município, neste conceito em que se apresenta atualmente. Destaque para as AAE Aveiro Norte (Taboeira / Cacia), Aveiro Centro (Eixo / Oliveirinha) e Aveiro Sul (Mamodeiro), assim como para a definição nova da área do Parque de Ciência e Inovação a sul do Município, na zona do Crasto.

Nas povoações mais periféricas, que ficam na sua maioria para nascente da Via de Cintura Urbana da cidade de Aveiro, com exceção para a posição excêntrica e costeira de São Jacinto, apostou-se no reforço das qualidades endógenas, valorizando o seu potencial intrínseco, respondendo-se de forma adequada à escala urbana existente e às funções relevantes que prestam ao território Municipal, assim como às necessidades identificadas.

Apostamos na valorização do território de São Jacinto, que assume uma capital importância na relação do Município com o Mar e também com a Ria, a barra e o porto de Aveiro, além da presença marcante do Regimento de Infantaria Nº 10 (com trabalho no âmbito do Turismo Militar), da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto e da oferta dos dois Parques de Campismo do Município.

Para aumentar a qualidade de vida desses aglomerados urbanos, assim como a sua maior proximidade em tempo nas deslocações ao centro de Aveiro e aos Municípios vizinhos, no que respeita à rede viária estruturante:

1. Assumimos no PDM a nova Via de Acesso Norte ao UTMB a partir da ex-EN230 (junto à A1), o troço urbano / municipal da Ligação Aveiro/Águeda do centro de Aveiro ao nó da A17 de Oliveirinha / São Bernardo e seguindo até ao seu cruzamento com a Rua da Indústria (ligação Eixo / Oliveirinha), as Vias de Cintura Internas à Cidade como eixos de estruturação do tráfego no acesso ao seu centro;
2. Reiteramos a Via Panorâmica a sul de Verdemilho, a Variante a Sul de Eixo, a Variante à EN 235 em Nª Sra de Fátima / Mamodeiro e a Ligação Aveiro/Águeda;
3. Acabamos com a Avenida de Santa Joana e com algumas vias e variantes não necessárias de acesso a Oliveira do Bairro e a Vagos, definidas / previstas no PDM e no PUCA.

Na área da Qualificação Urbana e da Mobilidade, a aposta nos modos suaves, nos circuitos pedonais e cicláveis, na utilização da energia elétrica nos transportes públicos e privados de forma crescente, na capacitação e organização do espaço público para a localização da oferta de estacionamento automóvel, são assumidas de forma clara e determinada.

No espaço rústico afirma-se a valorização das áreas agrícolas, da área integrada na Região Vinícola da Bairrada em Nariz, da floresta e das suas componentes ambientais, na continuidade e em funções complementares da Cidade dos Canais, reforçando os corredores ecológicos numa perspetiva de preservação das características biofísicas ou culturais, de usufruto da população, sendo disso expressão relevante, todas as frentes ribeirinhas da Ria de Aveiro, com a zona do Baixo Vouga Lagunar entre Cacia e Eixo, até à Pateira, em Requeixo e Carregal, uma zona húmida integrada na classificação RAMSAR.

O ordenamento do solo rústico, potenciador da conectividade ecológica, considera a disponibilização de espaços de qualidade, quer para as atividades ligadas à agricultura, quer para as que estão associadas à floresta.

Em jeito de balanço à evolução da ocupação definida para o solo nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor face à proposta de revisão do PDM reduzimos ligeiramente o Solo Urbano passando de 51,1km² para 50,05 km² o que é reflexo de uma abordagem criteriosa às orientações do RJGT e de uma clara pragmatização da afetação do solo às várias funções, seguindo a estratégia delineada para a revisão do PDM. Assim, a área destinada a usos habitacionais e mistos passa de 35,02 km² para 32,04 km², a área de equipamento passa de 7,06 km² para 3,29 km² e as antigas áreas industriais, atuais espaços de atividade económicas

passam de 9,02 km² para 9,13 km². Neste novo enquadramento favorecem-se os espaços verdes em solo urbano que apresentam um significado relevante com cerca de 4,39 Km².

O Plano de Investimentos que integra do PDM tem a ambição bem justaposta ao realismo e à gestão da recuperação financeira da CMA com o seu Plano de Ajustamento Municipal, num pacote de investimentos principais com envergadura financeira relevante: o valor da CMA é de 165 milhões de euros, assumindo-se para outras entidades do Estado um valor de 162 milhões de euros, com destaque para os 120 milhões de euros referenciados para a qualificação e a ampliação (integrando o Centro Académico Clínico) do Hospital Infante D. Pedro no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Esse conjunto de investimentos é o instrumento para concretizar em operações as opções assumidas no PDM, na Carta Educativa, no Plano de Estrutura Viária e Circulação, no PEDUCA, entre outros.

As relações fortes encontradas neste território, entre Homem/Natureza e História/Futuro, são a base estruturante das opções tomadas no novo PDM de Aveiro, realizadas de forma aberta e participada, formal mas sempre disponível às interações propiciadas pelo Poder Local de proximidade, como prática estruturada da gestão do Município de Aveiro.

Quero deixar uma palavra muito especial à Equipa da Câmara Municipal de Aveiro que realizou este trabalho de Revisão do PDM, liderado pelas Chefes de Divisão Aurora Henriques e Cláudia Reis, e participado por muitos outros Funcionários e Chefias, num processo verdadeiramente global com a participação de muitos Funcionários das várias unidades orgânicas da CMA, o que foi também testemunho de elevada competência e dedicação, e oportunidade de capacitação da Estrutura da Câmara Municipal de Aveiro.

Uma palavra de reconhecimento e agradecimento para os Dirigentes e Funcionários das Entidades que participaram neste processo, com uma nota especial para as que integram a Comissão Consultiva da Revisão do PDM, pela competência e diligência, numa atitude de disponibilidade para a ponderação das muitas propostas da CMA, de procura de soluções que com maior ou menor dificuldade, mas sempre com elevado nível de zelo, conseguimos encontrar e consensualizar, manuseando um quadro legal novo com muitas disfunções face à necessidade de gestão da realidade.

O novo Plano Diretor Municipal de Aveiro é um importante instrumento de gestão territorial que assume em pleno a sua condição estratégica e de orientação do desenvolvimento, estruturadora da ocupação do território, e integradora de outros instrumentos de planeamento da maior relevância para a boa gestão do território e para a elevação da qualidade de vida dos Cidadãos.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| NOTA DE ABERTURA | 3 |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 10 |
| 1. INTRODUÇÃO | 19 |
| 2. ENQUADRAMENTO | 21 |
| 2.1 PERFIL DA POPULAÇÃO | 21 |
| 2.2 QUALIDADE DE VIDA, ATRATIVIDADE E TURISMO | 21 |
| 2.3 RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS | 22 |
| 2.4 TERRITÓRIO | 24 |
| 2.4.1 DINÂMICAS URBANÍSTICAS | 29 |
| 2.5 DINÂMICAS ECONÓMICAS | 31 |
| 2.6 PAPEL CENTRAL NA REGIÃO | 32 |
| 3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL | 33 |
| 3.1 PLANOS MUNICIPAIS | 34 |
| 3.1.1 PLANO DE PORMENOR DO CENTRO | 34 |
| 3.1.2 PLANO DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA – ALTERAÇÃO | 34 |
| 3.2 INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE NATUREZA ESTRATÉGICA | 35 |
| 4. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA | 38 |
| 4.1 VANTAGENS COMPETITIVAS | 39 |
| 4.2 LINHAS ORIENTADORAS | 39 |
| 4.2.1 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E REABILITAÇÃO URBANA | 40 |
| 4.2.2 AMBIENTE E ENERGIA | 40 |
| 4.2.3 AÇÃO SOCIAL e SAÚDE | 41 |
| 4.2.4 EDUCAÇÃO E DESPORTO | 42 |
| 4.2.5 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO | 42 |
| 4.2.6 CULTURA E TURISMO | 44 |
| 4.2.7 MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE | 44 |
| 4.3 ESTRATÉGIA | 46 |
| 5. PROPOSTA DE ORDENAMENTO | 48 |
| 5.1 EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS | 48 |
| 5.2 HIERARQUIA FUNCIONAL DA REDE VIÁRIA | 50 |
| 5.3 CLASSIFICAÇÃO DO SOLO | 54 |
| 5.3.1 METODOLOGIA | 54 |
| 5.3.2 MODELO TERRITORIAL | 57 |
| 5.4 QUALIFICAÇÃO DO SOLO | 58 |
| 5.4.1 SOLO URBANO | 58 |
| 5.4.1.1 ESPAÇOS CENTRAIS | 60 |
| 5.4.1.2 ESPAÇOS HABITACIONAIS | 60 |
| 5.4.1.3 ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS | 61 |
| 5.4.1.4 ESPAÇOS DE USO ESPECIAL | 61 |
| 5.4.1.5 ESPAÇOS VERDES | 62 |
| 5.4.1.6 PERÍMETRO URBANO | 63 |

| | |
|---|----|
| 5.4.2 SOLO RÚSTICO | 63 |
| 5.4.2.1 ESPAÇOS AGRÍCOLAS | 65 |
| 5.4.2.2 ESPAÇOS FLORESTAIS | 66 |
| 5.4.2.3 ESPAÇOS NATURAIS | 66 |
| 5.4.2.4 ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES | 66 |
| 5.4.2.5 AGLOMERADOS RURAIS | 67 |
| 5.4.3 UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO | 68 |
| 5.5 PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 70 |
| 5.6 ESTRUTURA ECOLÓGICA | 72 |
| 5.7 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN) | 73 |
| 5.8 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN) | 74 |
| 5.9 ZONAS SUJEITAS A REGIME DE SALVAGUARDAS | 75 |
| 5.10 PERIGOSIDADE E INCÊNDIOS | 77 |
| 5.10.1 Perigosidade de incêndio rural | 77 |
| 5.10.2 Rede de defesa da floresta contra incêndios | 77 |
| 5.10.3 Povoamentos percorridos por incêndios | 77 |
| 5.11 PATRIMONIO | 78 |
| 5.12 SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA | 79 |
| 6. SISTEMA DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL | 80 |
| 6.1 SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO | 81 |
| 6.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO | 82 |
| 6.3 INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO | 82 |
| 6.3.1 SISTEMA DE INDICADORES | 84 |
| 7. CARTOGRAFIA | 88 |
| ANEXO 1. PATRIMÓNIO | 90 |
| ANEXO 2. EQUIPA TÉCNICA | 93 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Média do Número de anos de escolaridade completa, por município. | 23 |
| Figura 2 - Concretização urbanística por Classe de espaço 2012 | 27 |
| Figura 3 - PMOT | 28 |
| Figura 4 - Ocupação territorial | 28 |
| Figura 5 - Processos de Obras (2005) | 29 |
| Figura 6 - Processos de Obras (2015) | 30 |
| Figura 7 - Exportações (valor médio) de bens de alta tecnologia e proporção de exportação de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUT III, 2012-2014 | 31 |
| Figura 8 - Empresas, segundo a localização da sede, por freguesias | 31 |
| Figura 9 – articulação de IGTs | 33 |
| Figura 10 - linhas orientadoras da atuação do Município de Aveiro..... | 39 |
| Figura 11 Buffers 20m | 54 |
| Figura 12 - infraestruturas..... | 55 |
| Figura 13 - Rede transportes públicos..... | 55 |
| Figura 14 - linhas de água..... | 55 |
| Figura 15 - Definição de manchas para ponderação | 55 |
| Figura 16 - Sobreposição dos elementos para análise das manchas a ponderar | 55 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - variação de áreas PMOT Fonte: smíga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro | 25 |
| Quadro 2 - Concretização Urbanística / PMOT..... | 26 |
| Quadro 3- indicadores reabilitação urbana e qualidade de vida | 84 |
| Quadro 4 – indicadores Mobilidade e Acessibilidade | 84 |
| Quadro 5 – Indicadores Património Natural e Qualidade dos Parâmetros Ambientais..... | 85 |
| Quadro 6 – Indicadores Competitividade e Desenvolvimento Económico | 86 |
| Quadro 7 – Indicadores de coesão e inclusão social | 87 |

SUMÁRIO EXECUTIVO

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal baseia-se na estratégia de desenvolvimento Local para a qual se definiram orientações estratégicas, onde se assume Aveiro como **território estruturante** no sistema urbano regional; Diferenciador ao nível **da paisagem e de elementos naturais ímpares**; Que se quer **coeso, competitivo e gerador de riqueza**, capaz de originar **oportunidades de negócio, emprego, qualidade de vida**.

A esta riqueza natural junta-se uma oferta muito diversa de oportunidades que, associadas a um conjunto de **indicadores económicos, educativos, ambientais e sociais**, **fazem com que muitos escolham Aveiro como o local ideal para viver, trabalhar, usufruir de momentos de cultura e de lazer, estudar ou investir**.

Para a concretização da estratégia de desenvolvimento local, o Concelho possui diversas vantagens competitivas:

- Uma Localização geográfica privilegiada;
- Um Património Natural ímpar;
- Um Perfil de população com taxas elevadas ao nível da formação superior;
- Qualidade de vida atratividade e turismo;
- Recursos humanos qualificados;
- Relevante dinâmica empresarial;
- Um Papel Central na Região.

Elegeram-se, assim, **Linhas Orientadoras**, em sete domínios de atuação estratégica:

- Desenvolvimento Integral do Município de Aveiro E Reabilitação urbana;
- Ambiente e Energia;
- Ação Social e Saúde;
- Educação e Desporto;
- Desenvolvimento económico e empreendedorismo;
- Cultura e Turismo;
- Mobilidade e Acessibilidade.

A revisão do PDM assenta, pois, no Desenvolvimento Sustentável, Inclusivo e Inteligente e reflete, fundamentalmente, as necessidades do território, da População, das Empresas e dos Visitantes.

Assume-se para Aveiro, uma visão centrada em **recursos humanos altamente qualificados**, apostando:

- **Na Inovação;**

- Na **Internacionalização e Investigação**;
- Na Promoção **da Qualidade de Vida para todos**;
- Na Valorização e integração dos **Recursos Naturais**, com especial destaque para a Ria de Aveiro;
- No Estímulo à participação e promoção da **Cidadania**;
- No **Trabalho em Rede** entre entidades parceiras.

O processo de revisão do PDM partiu de uma nova base cartográfica à escala 1/10000 que permite reconhecer com maior rigor o território existente e, desta forma, melhor integrar e compatibilizar o modelo de desenvolvimento municipal, adotando os meios técnicos disponíveis em ambiente SIG.

Ao nível do regulamento procurou-se consubstanciar as opções do ordenamento, transpondo para o território as opções estratégicas que decorreram do processo de reflexão inerente à elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), por forma a concretizar territorialmente o ordenamento proposto.

Em termos de redação do regulamento apostou-se em:

- Precaver no ordenamento jurídico a sobreposição dos diplomas legais;
- Simplificar as regras orientadoras;
- Clarificar as regras face à experiência de implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor.

O processo de revisão do PDM teve como base um quadro legal bastante recente:

- A Lei N.º 31/2014 de 30 de maio:
Revisão/atualização de conceitos e de abordagens sobre o território tendo em conta os princípios da nova Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, que estabelece as Bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.
- O Decreto-Lei 80/2015 de 14 de Maio:
Regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- O Decreto Regulamentar 15/2015:
Estabelece os critérios de Classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo Rústico e do Solo Urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território Nacional.

Para a classificação do solo, isto é, para a determinação do que viria a ser solo urbano, seguiram-se os critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar 15/2015 de 19 de agosto, nomeadamente:

- A Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal;

- A Existência de **aglomerados de edifícios, população e atividades** geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
- A Existência de **infraestruturas** urbanas e de prestação dos **serviços associados**;
- A Garantia de acesso da população residente aos **equipamentos de utilização coletiva** que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;
- A Necessidade de **garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial**.

Elaborou-se, assim, um processo exaustivo de análise à consolidação territorial que, em conjunto com os contributos de cidadãos e empresas, resultou em 693 manchas para ponderação individual.



A ponderação individual de cada mancha foi feita com recurso a uma base de dados para a avaliação nas diversas dimensões, desde a presença de infraestruturas, proximidade a equipamentos, contiguidade a servidões, entre outras, assim como o registo das conclusões após verificação no terreno.

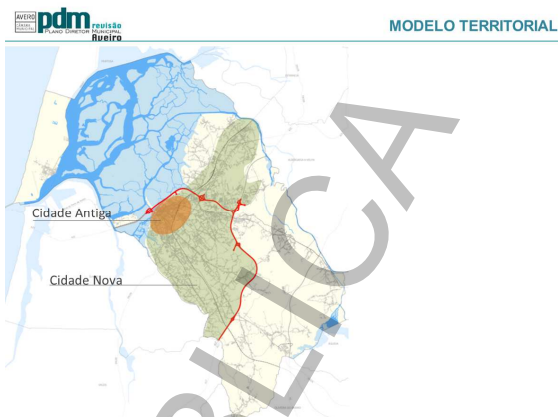
Em termos globais foi, ainda, avaliada a pressão urbanística que se faz sentir com intensidades diferentes no território concelhio.

Para além da análise que decorreu dos objetivos expostos anteriormente, a elaboração do modelo territorial apoiou-se, ainda, nos Estudos de Caracterização, no Relatório de Fundamentação, na Proposta do Âmbito da Avaliação Ambiental e no Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.

Para a definição do solo urbano tomaram-se como **PRINCIPAIS REFERENCIAIS DE DECISÃO**:

- **A necessidade de contenção da fragmentação urbana e da dispersão;**
- **A manutenção da coerência dos aglomerados;**
- **Reforço dos centros urbanos de menor dimensão;**
- **Abordagens pormenorizadas e integradas do território em áreas de forte pressão urbanística, que traduzam a articulação das malhas e a colmatação do tecido urbano.**

O modelo territorial sustenta-se, também, na constatação de que a cidade de Aveiro é já muito mais do que o núcleo central e histórico: transcendeu a fronteira da antiga EN 109 e passou a ser limitada pela sua Via de Cintura Urbana, formada pela A25 e pela A17.



Dessa Via de Cintura Urbana, claramente estruturante do território, irradiam as vias que são o garante do sistema urbano conexo do Município, das acessibilidades principais a todas as áreas urbanas que constituem o anel que rodeia o núcleo mais central e integram a cidade nova, nomeadamente, os aglomerados de Cacia, Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo e Aradas, onde grande parte da população habita e onde as vivências e as dinâmicas socioeconómicas e de mobilidade traduzem o carácter claramente urbano de uma cidade nova. São espaços que funcionam cada vez mais em conjunto e com vivências integradas, reforçando sinergias, e onde a densidade populacional é uma realidade indutora da otimização dos equipamentos e serviços existentes.

Nas povoações mais periféricas, que ficam na sua maioria para nascente da Via de Cintura Urbana da cidade de Aveiro, com exceção para a posição excêntrica de São Jacinto, apostou-se no reforço das qualidades endógenas, valorizando o seu potencial intrínseco, respondendo-se de forma adequada à escala urbana existente e às funções relevantes que prestam ao território Municipal, assim como às necessidades identificadas.

A Qualificação do solo, isto é a atribuição de uma classe de espaço a cada área, tanto dentro do Solo Rústico como do Solo Urbano, partiu da análise do território e do potencial de cada espaço considerando a definição de usos do solo estabelecida pelo Decreto Regulamentar 15/2015 de 19 de agosto, e seguiu os princípios estabelecidos para o aproveitamento do solo estabelecido em função do uso dominante da respetiva categoria, nomeadamente:

- a) **Princípio da compatibilidade de usos**, garantindo a separação de usos incompatíveis e favorecendo a coexistência de usos compatíveis e complementares, a multifuncionalidade e a integração e flexibilidade de utilizações adequadas a cada uso do solo, contribuindo para uma maior diversidade e sustentabilidade territoriais;
- b) **Princípio da graduação**, garantindo que, nas áreas onde convirjam interesses públicos entre si incompatíveis, sejam privilegiados aqueles cuja prossecução determine o mais adequado uso do solo;
- c) **Princípio da preferência de usos**, acautelando a preferência de usos indispensáveis que, pela sua natureza, não possam ter localização alternativa;

d) Princípio da estabilidade, consagrando critérios de qualificação do solo que representem um referencial estável no período de vigência do plano territorial.

No solo urbano, os Espaços Centrais que agregam tanto as funções habitacionais como o comércio e os serviços, identificam-se com os espaços da cidade tradicional, até à antiga EN 109 e também com a área mais central de Esgueira.

Os espaços centrais tipo 1 coincidem com a Área de Reabilitação Urbana, estendendo-se, em alguns casos, a zonas contíguas a esta. Nestas áreas, para além de se privilegiar a mistura de funções procura-se uma atenção especial ao património e referências identitárias.

Os espaços centrais tipo 2, destinam-se a implementar um modelo flexível de urbanização, mais adaptado ao cadastro e que visa facilitar a mobilização de algumas áreas de maior dimensão, que se encontram expectantes no centro urbano. Nestes espaços pretende-se uma coabitação de funções e de diferentes morfologias urbanas

O espaço central tipo 3 corresponde ao Plano de Pormenor do centro que se manterá em vigor.

Nos espaços habitacionais, para além da função habitacional inerente, deverá ser favorecida uma mistura de funções adequada ao reforço da vivência urbana. A categoria associada aos espaços habitacionais varia conforme a tipologia de ocupação e o número de pisos.

Destaca-se o reforço dos espaços de atividades económicas, integrados em rede e associados aos polos de acessibilidades, dinamizando o tecido económico e criando novos motivos para a atração e sedimentação de população, proporcionando maior intensidade de vivência à própria cidade, neste conceito em que se apresenta atualmente. Apostou-se, assim, nas áreas estratégicas de localização de atividades económicas, integradas na rede de acessibilidades principal, otimizando a posição face às infraestruturas estruturantes de apoio e complementares, fomentando sinergias instaladas.

Surtem, assim, três principais áreas de localização empresarial, são estas:

- A Norte (ZI Taboeira)
- No Centro (ZI Eixo / Oliveirinha)
- No Sul (ZI Mamodeiro)

Os espaços de uso especial traduzem o existente, as necessidades e as estratégias de desenvolvimento para a implementação do modelo de organização territorial. No que respeita aos equipamentos procedeu-se a um esforço de tradução face às reais necessidades prescindindo-se de áreas que se encontravam definidas para este fim mas sem objetivo claro.

Ao nível dos espaços verdes em solo urbano procurou-se estabelecer e reforçar a conectividade da estrutura ecológica, pelo que se privilegia a continuidade e articulação através das diversas tipologias definidas, são estas:

- **Espaço Verde Urbano:** áreas estruturantes no solo urbano e que cumprem uma função relevante no equilíbrio do meio urbano;
- **Espaço Verde Complementar:** interiores de quarteirões, onde se admitem atividades lúdicas, de recreio e lazer, e onde as práticas agrícolas contribuem para o equilíbrio ambiental;
- **Espaço Verde de Acompanhamento:** Corresponde, na generalidade, às Zonas de servidão *non aedificandi* rodoviária e ferroviária, que atravessam áreas urbanas e cuja função fundamental é a proteção física, visual e sonora;
- **Canais Urbanos:** planos de água existentes no tecido urbano da cidade.

PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Com a entrada em vigor do PDM revisto os Instrumentos de Gestão Territorial em vigor serão todos revogados com exceção do Plano de Pormenor do Centro e do Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia.

Do processo de revisão resulta a definição de duas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão:

- UOPG1 - Parque Desportivo de Aveiro;
- UOPG2 - Ampliação da Área de Atividades Económicas Aveiro Sul.

Estabelecida a classificação do solo municipal e assente o Solo Rústico, como aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destina, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, procedeu-se à sua qualificação em categorias e subcategorias.

Com a orientação dos critérios de base instituídos no quadro legal, estabeleceram-se alguns princípios gerais que conduziram à classificação final do Solo Rústico, são estes:

- Compatibilidade com as opções dos programas e planos setoriais e especiais;
- Compatibilidade com os regimes jurídicos de proteção, conservação e valorização dos recursos naturais promovendo a biodiversidade;
- Salvaguarda da função produtiva agrícola pela preservação de solos da RAN;
- Proteção e valorização das áreas de maior sensibilidade ecológica, através da manutenção em rede dos corredores ecológicos;
- Valorização de unidades de paisagem, como fator identitário territorial;

- Proteção das áreas afetadas a riscos para a ocupação humana;
- Aproveitamento multifuncional destes espaços com acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, garantindo a sustentabilidade ambiental e paisagística.

No solo rústico afirma-se a valorização das áreas agrícolas, da área integrada na Região Vinícola da Bairrada, da floresta e das suas componentes ambientais, na continuidade e em funções complementares da Cidade dos Canais, reforçando os corredores ecológicos numa perspetiva de preservação das características biofísicas ou culturais, de usufruto da população, sendo disso expressão relevante todas as frentes ribeirinhas da Ria de Aveiro, com a zona do Baixo Vouga Lagunar entre Cacia e Eixo, até à Pateira, em Requeixo e Carregal, uma zona húmida integrada na classificação RAMSAR.

O ordenamento do solo rústico, potenciador da conectividade ecológica, considera, ainda, a disponibilização de espaços de qualidade, quer para as atividades ligadas à agricultura, quer para as que estão associadas à floresta.

No âmbito do processo de revisão do PDM foi necessário proceder à **redelimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN)**, em conformidade com as orientações estratégicas de âmbito nacional, pelo que se desenvolveu um trabalho exaustivo que careceu, ainda, de todo um processo de articulação de exclusões relativamente ao solo urbano.

Quanto à Reserva Agrícola Nacional (RAN) procedeu-se, também, a um processo de exclusões com vista à consolidação do modelo urbano preconizado para o território municipal.

O espaço natural integra, pois, áreas caracterizadas pelo seu elevado valor e sensibilidade ambiental e que estão incluídas em algumas tipologias de REN e abrangidas por ZPE. Privilegia-se a salvaguarda das características fundamentais para a conservação da natureza, da biodiversidade e dos valores paisagísticos.

Quanto aos espaços florestais procurou-se o desenvolvimento florestal através do ordenamento do espaço dedicado à floresta tendo por base um aproveitamento adequado do solo, assim como dos demais recursos e condições biofísicas.

Neste processo procedeu-se, ainda, à atualização das servidões e restrições de utilidade pública presentes no território, que salvaguardam os valores naturais e as infraestruturas fundamentais do sistema urbano, sendo determinantes na orientação para a organização do modelo territorial. A informação da proposta da planta de condicionantes resultou:

- De ajustamentos em função das referências/temas da nova cartografia e dos contributos enviados no âmbito da pronúncia das entidades;
- Da representação da servidão, apoiada nas referências/temas da cartografia correspondentes;

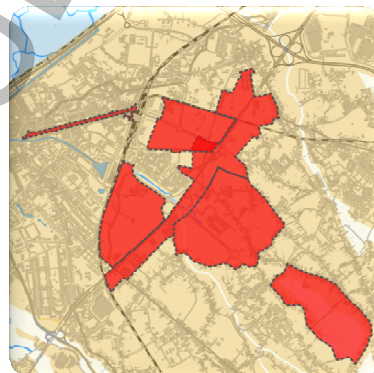
- Do esclarecimento sobre algumas questões em reuniões de trabalho com as entidades da Comissão Consultiva.

OPÇÕES DE REFERÊNCIA A NÍVEL TERRITORIAL

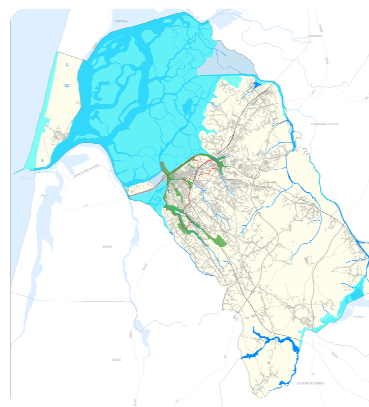
Em termos de escala de maior pormenor foram tomadas diversas opções com impacte relevante e que importa salientar.

Com vista a uma definição mais cuidada das classes de solo urbano, em algumas áreas mais sensíveis, foram elaborados diversos estudos de pormenor:

- Avenida Dr. Lourenço Peixinho: foi desenvolvido um estudo de cérceas com vista a uma melhor definição das ocupações face à realidade e ao regulamento do novo PDM.
- Ex EN 109: estudo de ocupação do solo e a possibilidade de evolução em termos de funções a instalar futuramente.
- Estudo Urbanístico para a Envolvente ao Parque de Feiras;
- Estudo Urbanístico do Parque Urbano do Eixo de Ligação Aveiro Águeda.



No que respeita às frentes de ria e frentes ribeirinhas o ordenamento proposto procura dar significado e dignificar estes espaços pela importância que têm não só para a paisagem mas, também, para todo o sistema ambiental do Concelho.



Para além das intervenções que se perspetivam no terreno o Plano procura estimular a reabilitação urbana através de aspetos regulamentares de visam a preservação do edificado e da memória.

Quanto à rede viária desenvolveram-se várias propostas que têm como objetivo a melhoria da circulação assim como a qualidade de vida no concelho, destacando-se:

- A Ex EN 109 que será requalificada em diversos troços que apresentam constrangimentos, tanto ao nível viário como de vivência urbana;
- O afirmar da Via de cintura urbana Externa (A25/ A17) como essencial para a hierarquia viária permitindo um uso mais adequado das vias urbanas;
- O reforço da Via de Cintura Interna;
- O reforço das acessibilidades à Unidade de tratamento Mecânico biológico criando uma alternativa a Norte uma vez que serve um conjunto de municípios.
- A implementação da Variante a Eixo com vista à preservação do centro Histórico de Eixo e também das vivências do lugar;
- A construção da Via panorâmica que permite uma ligação alternativa entre Aveiro e Ílhavo disfrutando da mais-valia paisagística que se encontra nesta frente.
- Nova ligação entre Aveiro e Águeda que irá trazer benefícios, tanto para a circulação motorizada como para as vivências urbanas dos núcleos habitacionais atualmente atravessados pela ligação viária existente;
- Quanto à Avenida de Santa Joana entendeu-se ser de prescindir desta artéria, que se encontrava prevista no Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA), não só pela dificuldade de concretização considerando o território que atravessava como, também, face à falta de relevância que apresentava no âmbito da hierarquia viária.

No que respeita aos equipamentos previstos, e que fazem parte da qualificação do solo, salientam-se:

- O cemitério de Santa Joana com o intuito de colmatar uma carência já há muito sentida;
- O Posto Náutico do Rio Novo do Príncipe que visa promover o aproveitamento no âmbito dos desportos náuticos de um espaço privilegiado tanto ao nível paisagístico como do plano de água, que apresenta condições excecionais para este tipo de atividades.

A revisão do PDM cria, ainda, a possibilidade tanto pelo ordenamento urbano como pelas normas regulamentares para que áreas afetas a usos industriais e que se localizam em meio urbano, predominantemente habitacional, possam deslocalizar-se, permitindo a urbanização das parcelas ocupadas. Esta poderá ser, também, uma forma de desmobilizar alguns passivos ambientais que subsistem no território após o encerramento de algumas atividades industriais.

Identificam-se, por último, duas áreas cruciais do território Municipal que se encontram expectantes e que é fundamental dar condições para que venham a desenvolver novas vivências:

- A envolvente à antiga Lota de Aveiro - o PDM procura criar condições para restituir este território à cidade, favorecendo a constituição desta área como um novo polo dinamizador, tanto ao nível das vivências culturais e urbanas, como de usufruto da paisagem tradicional de Aveiro;
- Os Antigos Estaleiros de São Jacinto – Esta é uma área fulcral para a dinamização de toda a povoação.

1. INTRODUÇÃO

O planeamento municipal sofreu uma alteração profunda ao longo das décadas de 80 e 90 do século passado. As autarquias não dispunham de instrumentos juridicamente eficazes para gerir as zonas não urbanas dos seus Municípios.

O sistema de planeamento, nos moldes que hoje se conhece, data de 1982, tendo apresentado como principal inovação a possibilidade das Câmaras Municipais poderem gerir a totalidade do seu território. O cerne deste sistema municipal de planeamento foi o Plano Diretor Municipal (PDM), o qual concedeu às autarquias autonomia no ordenamento territorial. Este facto veio dar importância ao PDM como instrumento de gestão territorial, que passou a constituir a referência base para a gestão urbanística e para a competitividade municipal.

O PDM veio introduzir uma nova disciplina de uso do solo através da definição de regras para a ocupação, uso e transformação do território municipal e simultaneamente estabeleceu um regime de salvaguarda, através proibição de construção nas áreas afetadas a servidões e restrições de utilidade pública, das quais tiveram grande importância a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional.

O município de Aveiro publicou o PDM, através da RCM n.º 165/95 de 11 de dezembro. Ao longo destes 20 anos, decorreram profundas alterações a nível nacional, regional e local de diferente índole – políticas, sociais, económicas, demográficas, culturais, ambientais, entre outras, com elevadas repercussões não só na vivência das populações, mas também no território, pelo que o atual PDM ficou desatualizado e desajustado.

Desde a vigência do PDM foram publicadas duas leis de bases do ordenamento do território, duas alterações profundas ao regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, inúmera legislação que afeta diretamente o procedimento, de classificação e qualificação do solo, mas também os procedimentos de delimitação da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

Outros Programas, Planos e Projetos foram realizados, de nível Europeu, Nacional, Regional e intermunicipal, de cariz setorial ou estratégico, que carecem de articulação com a estratégia de desenvolvimento local, sendo o PDM o instrumento adequado para a realização da compatibilização de interesses.

No âmbito do Planeamento Municipal foram aprovados Planos e Projetos que carecem de avaliação e articulação.

A revisão do PDM insere-se num quadro legal revisto, desde logo com a publicação da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, que estabeleceu as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e, posteriormente com a publicação da revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), através do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.

O Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto é peça fundamental para o processo de revisão do PDM uma vez que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, e a Portaria n.º 277/2015 de 10 de setembro regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas (CC) da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal.

Como referido no preâmbulo do RJIGT, a Lei n.º 31/2014, “procedeu a uma reforma estruturante, tanto do ponto de vista dos conteúdos, no sentido de definir um conjunto de normas relativas à disciplina de uso do solo, como do ponto de vista do seu sistema jurídico, com o objetivo de traduzir uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de política de solos”, sendo que, de acordo com o artigo 5.º da Lei supra mencionada, se salienta “o direito a um ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, de modo a que a prossecução do interesse público em matéria de solos, ordenamento do território e urbanismo, se faça no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos”.

A revisão do PDM oferece a oportunidade de construir um modelo que, não só promova a sustentabilidade do espaço urbano, como permita implementar estratégias de revitalização dos aglomerados, de preservar e fortalecer a coesão territorial, incentivar a melhoria da qualidade das infraestruturas, dos espaços públicos e dos equipamentos, promover a atratividade turística e de aumentar a captação de investimento e a consequente criação de emprego, sem descurar a identidade e história de Aveiro.

DISCUSSÃO PÚBLICA

2. ENQUADRAMENTO

2.1 PERFIL DA POPULAÇÃO

O Município de Aveiro, com uma área total de 197,5km² possuía, em 2011, uma população residente de 78450 habitantes. Uma vez que a última campanha censitária decorreu em 2011 os dados que se apresentam seguidamente dizem todos respeito a este ano de referência.

Consequência da capacidade de atração que foi exercendo enquanto cidade de referência, Aveiro apresentou uma tendência de crescimento populacional positivo, contudo, notou-se de 2001 para 2011 uma redução na intensidade deste crescimento.

A área da cidade 'tradicional' concentrava cerca de 41% da população do Município e a cidade nova, compreendida entre a antiga EN109 e o limite físico definido pela A17 juntava 45%, pelo que se pode compreender que a cidade de Aveiro é, muito mais do que a cidade tradicional e se expande até à A17, embora, com um progressivo aumento da dispersão urbana.

Relativamente à estrutura etária da população do Município sobressai o significativo envelhecimento da população, tendo-se acentuado este fenómeno a partir de 1981.

Quanto aos agregados familiares tem-se vindo a evidenciar um padrão de famílias muito pequenas. Das 31010 famílias residentes no Município, 32% eram compostas por duas pessoas e 24% por três pessoas. O número de habitantes por alojamento familiar no Município de Aveiro tem vindo a decrescer sendo, no ano de referência, de 2,57 habitantes por alojamento.

No campo da habitação verifica-se uma forte presença do arrendamento devido à universidade que impulsiona a dinamização deste setor.

2.2 QUALIDADE DE VIDA, ATRATIVIDADE E TURISMO

A qualidade urbana e ambiental é, simultaneamente, uma condição da melhoria da qualidade de vida da população e um fator de competitividade externa, a qual passa pelo aproveitamento da diversidade de recursos paisagísticos, ambientais e culturais de que a cidade e a região dispõem, bem como pelo aproveitamento e valorização das qualidades e singularidades de Aveiro e adoção de um modelo urbano que corrija assimetrias, disfuncionalidades e carências, e oriente o seu crescimento e renovação urbana tendo em conta as exigências e expectativas da sociedade.

A água, nas suas múltiplas formas, Mar, Rio, Ria e seus canais, associadas à área alargada de elevada riqueza natural, está presente no território, dominando e contornando a ocupação urbana. A água e a estrutura ecológica alargada correspondem a uma percentagem significativa da área total do território.

O seu potencial como elemento âncora para atividades económicas diversas, incluindo o desenvolvimento de pequenas economias locais, esteve sempre presente, assumindo intensidades muito distintas ao longo dos tempos. A par do papel de património cultural salienta-se também o seu papel enquanto elemento de garantia de qualidade de vida. Tendo em conta os canais navegáveis e a envolvente mais próxima, a água poderá ser, também importante, como suporte a alternativas de mobilidade e como suporte de espaços informais para a prática de desporto. A mobilização de vários agentes empenhados na sua valorização poderá ditar cada vez mais a sua exploração como suporte do turismo de natureza.

Os canais urbanos da Cidade de Aveiro são um elemento central do seu carácter identitário específico e distintivo do polo urbano central da vida do Município, com relevantes funções urbanas, culturais e turísticas.

A Ria é o elemento de união da Região de Aveiro, bem como um fenómeno natural que determinou os modelos de apropriação territorial e da economia regional, pela interação íntima entre a Natureza e o Homem. Tendo já sido uma área de exploração intensiva de sal e de atividades relacionadas com o sector primário, a apropriação da Ria enquanto recurso económico tem sofrido progressivas alterações, e possui, ainda, um enorme potencial económico não explorado, em diferentes áreas de atividade económica, sendo em Aveiro um elemento de união do território concelhio e de desenho da cidade.

A diversidade de atividades económicas que a Ria de Aveiro propicia e a sua função de produto turístico chave da Região de Aveiro são características relevantes para o desenvolvimento estratégico que tem sido concretizado e que se define para o futuro.

Aveiro oferece vários fatores que contribuem para o bem-estar físico, mental e social da população residente. O património físico, natural e cultural é suporte das atividades locais e, em simultâneo, serve de atração ao turismo e a outras dinâmicas económicas.

A água e áreas naturais envolventes entram e contornam os espaços urbanos transmitindo um equilíbrio ambiental característico de Aveiro. A descoberta das marcas de arte nova, modernismo ou arquitetura contemporânea acontece a par de espaços públicos que permitem a estadia e a ocupação de tempos livres.

A dinâmica económica tem um papel preponderante na atratividade, que é impulsionada pelo tecido empresarial, comercial e industrial existente. A oferta de equipamentos, nas áreas do desporto, da cultura, da saúde ou administração, entre outros, contribuem para reforçar essa capacidade de atração.

A oferta cultura, conduzida pelo Teatro Aveirense, pelos Museus de Aveiro e por uma diversidade de Associações, entre as quais grupos de teatro ou de dança, amadores ou profissionais, têm um potencial de construção e reforço de valores e identidade, associados à interação social, que aumentam o grau de satisfação e realização pessoal.

Releve-se, ainda, o elevado Poder de Compra (126,68%), superior ao verificado nas regiões Norte e Centro e superior à média nacional, a que está associado o valor dos salários pagos, pelo trabalho prestado, acima da média nacional (2011/1.093,00€), e que contribui para um rendimento bruto em sede de IRS, também superior à média nacional e da região (2012 / 9.311,80€).

De facto, em Aveiro encontra-se uma interação de grande qualidade entre o Homem e a Natureza, entre a Tradição e a Modernidade, que a transformam num dos mais importantes centros urbanos do país, reconhecido como uma das melhores cidade para viver, visitar ou fazer negócios no País.

2.3 RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS

O crescimento populacional, os níveis de instrução, a percentagem de população jovem e ativa e os dados relativos aos rendimentos e ao consumo, revelam valores superiores aos verificados a nível nacional, regional ou sub-regional.

Aveiro apresenta uma das mais altas taxas de conclusão do ensino superior (80%), bem como um elevado número de população com graduação superior, 24% da população total, sendo que a taxa da população em idade ativa com o ensino superior completo sobe para 34%.

Aveiro é uma referência quanto aos indicadores relacionados com o emprego qualificado. (...) *Avanços em termos de desenvolvimento tecnológico e de inovação estão intrinsecamente ligados a uma aposta forte em percursos escolares prolongados e de nível superior. Num contexto global em que os avanços tecnológicos acontecem diariamente é importante a existência de um capital humano especializado que seja capaz de acompanhar e de participar no mercado de trabalho de modo competitivo.*¹

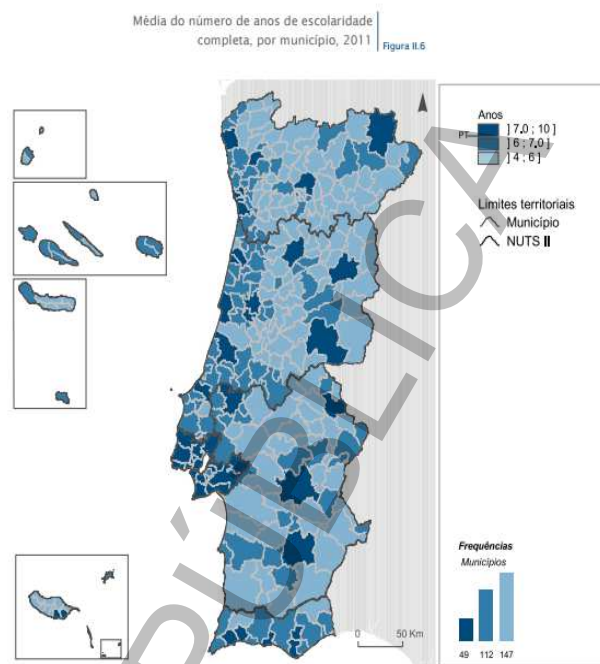


Figura 1 - Média do Número de anos de escolaridade completa, por município.

Fonte: INE (2011)

Este perfil da população, com elevados níveis de instrução associado a rendimentos superiores aos da média nacional, está certamente relacionado com a presença da Universidade de Aveiro, uma das mais conceituadas universidades do país, já com reconhecido mérito e visibilidade, a nível internacional.

Aveiro encontra-se provido de uma ampla e diversificada rede de estabelecimentos de ensino, públicos e privados, que vão desde o pré-escolar ao ensino profissional e superior, com claro destaque para a Universidade de Aveiro (UA), uma das mais prestigiadas do país e com diversas distinções internacionais.

A UA é também um elemento importante na parceria institucional de desenvolvimento do Município e da Região, e na sua própria coesão, com instalações localizadas em Aveiro, Águeda, Ílhavo e Oliveira de Azeméis.

A UA lidera também o Parque de Ciência e Inovação (PCI), cuja sociedade anónima gestora é participada pelas Câmaras Municipais de Aveiro e de Ílhavo, pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, pela AIDA e por várias Empresas privadas, apresenta um importante contributo para a execução de projetos de investigação e desenvolvimento, aprofundando a cooperação entre a Universidade, as Empresas e o Poder Local.

Paralelamente à oferta do ensino superior e respondendo aos desafios educativos contemporâneos, encontram-se, também, em Aveiro o ensino profissional, articulado com as necessidades de empregabilidade do Município e da região, sendo prova disso a existência de três instituições de ensino profissional, uma delas tutelada pelo Governo (IEFP), as quais têm diversos projetos de cooperação com o tecido empresarial.

Relativamente ao ensino vocacional, destacam-se as artes, através da presença da Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, e a ciência, através do serviço educativo promovido pela Fábrica de Ciência Viva, que permitem ao Município de Aveiro diversificar as suas ofertas educativas.

¹ Retrato Territorial de Portugal, 2013, Instituto Nacional de Estatística

2.4 TERRITÓRIO

Aveiro apresenta-se como centro de uma Região alargada, com fortes relações de dependência e complementaridade a vários níveis, nomeadamente administrativo, socioeconómico e cultural, decorrentes, em grande medida, de uma vantagem oferecida pela posição geoestratégica de centralidade em relação ao país e de um enquadramento paisagístico e natural impar.

A posição geográfica de Aveiro, no centro da Região de Aveiro, no eixo Lisboa/Porto, no eixo Aveiro/Viseu/Guarda, no eixo Braga-Guimarães/Porto/ Aveiro, no eixo Aveiro/Coimbra/Leiria, sendo parte da área metropolitana litoral contínua onde reside mais de metade da população nacional, assim como no eixo Ibérico Aveiro-Madrid, funcionando também como porta de entrada marítima com a sua participação no Porto de Aveiro (com o Município de Ílhavo), tem contribuído para reforçar o papel de Aveiro como principal polarizador da região.

O acesso por infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e marítimas constitui um fator de competitividade que traz a Aveiro um conjunto de dinâmicas que têm moldado o território. A condição ribeirinha ofereceu a Aveiro vantagens competitivas em relação a outros centros, resultando numa evolução e posicionamento privilegiados, dotando-a de grande centralidade em relação ao país e região alargada. A base aérea de S. Jacinto oferece ainda possibilidades de exploração de outros meios de transporte.

De facto, a presença de infraestruturas de suporte a diferentes modos de mobilidade, com destaque para o porto comercial e de pescas de Aveiro, para a linha ferroviária do Norte e para as rodovias de distribuição principal A1, A25 e A17, contribui para a afirmação de Aveiro enquanto território privilegiado na promoção de dinâmicas socioeconómicas a escalas supramunicipais, permitindo uma ligação impar com a Europa e o resto do Mundo.

A rede de infraestruturas de mobilidade existente determina, assim, o potencial deste território enquanto ponto nevrálgico nos fluxos comerciais a nível nacional e como um dos centros urbanos do litoral nacional com maior potencial multifuncional. A confluência de meios de transporte e infraestruturas de suporte, de ligação supralocal, nos modos ferroviário, rodoviário, marítimo e fluvial, aéreo, e à microescala, pedonal e ciclável, mostra o elevado potencial como plataforma multimodal à escala nacional, com especial relevo para as ligações Portugal-Espanha (via rodoviária e, em especial, ferroviária) e Intercontinentais (via marítima).

O Porto de Aveiro, localizado fisicamente nos Municípios de Ílhavo e de Aveiro, na zona central da Ria de Aveiro, é um porto multifuncional, desempenhando um papel primordial no serviço dos diversos sectores da indústria do seu hinterland, tais como a indústria cerâmica, química, vitivinícola, metalúrgica, madeira e derivados, bem como o sector agroalimentar e de construção. Sendo a mais recente infraestrutura portuária nacional, apresenta hoje uma área portuária bem ordenada e integrada, sem congestionamentos, dispondo de sete terminais especializados e duas zonas logísticas multimodais.

Para além dos terminais Norte e Sul, saliente-se a operação do Terminal de Contentores, Terminal de Granéis Sólidos, Terminal de Granéis Sólidos (Agroalimentar), Terminal de Graneis Líquidos, Porto de Pesca Costeira e Porto de Pesca ao Largo.

As duas zonas ou plataformas logísticas, na Gafanha da Nazaré (Município de Ílhavo) e em Esgueira/Cacia (Município de Aveiro), assumem funções de elevada importância na relação com as operações comerciais e industriais existentes e com as que se virão a instalar na região.

Os processos de crescimento e desenvolvimento do Município, foram condicionados pelos diferentes níveis de acessibilidade e polarização que a cidade exerce sobre o resto do território, pelo que se podem identificar três níveis distintos de aglomerados urbanos, distribuídos em três coroa radio-concêntricas:

- A primeira coroa corresponde à cidade tradicional, a qual integra as malhas urbanas mais antigas. É nesta área que se encontram os principais elementos marcantes da imagem da cidade, como os canais da ria, os edifícios emblemáticos, como sejam a capitania, o teatro Aveirense ou as casas Arte Nova, a Ponte Praça e o bairro da Beira Mar. É nesta área que se localizam os mais importantes equipamentos públicos escolares, de saúde, desportivos,

culturais, sociais entre outros. É ainda nesta área que se encontra o comércio e os serviços diferenciadores.

- A segunda coroa refere-se à cidade nova, que correspondente aos núcleos urbanos confinantes com a cidade tradicional, que sofreram nas duas últimas décadas processos de crescimento acentuado, para os quais se transferiram tipologias de intervenção características da cidade existente, sem contudo serem acompanhadas pela qualificação dos espaços públicos. Nesta área, acentuaram-se insuficiências na qualificação dos lugares, em especial no espaço público. Verifica-se o predomínio de mono funcionalismo e a descaraterização dos aglomerados iniciais.
- A terceira coroa diz respeito aos aglomerados localizados no Sul do Município e São Jacinto, áreas sujeitas a menores transformações, devido sobretudo a maiores distâncias à cidade e a menores níveis de acessibilidade.

A Ria de Aveiro destaca-se como elemento natural notável e identitário. Sendo um fator transversal favorece a articulação entre os diversos níveis de intervenção no território.

A estrutura urbana o Município deriva, pois, de um modelo de estrutura/hierarquia urbana caracterizado pela dependência e importância centralizadora da cidade de Aveiro e por um crescimento ao longo das vias, principalmente das estradas nacionais, e em mancha de óleo, que foi fomentado a dispersão e desqualificação urbana na periferia da cidade.

Embora o Município de Aveiro esteja bem servido de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e marítimas, pela sua importância, também, em termos de desenvolvimento económico, é fundamental manter e reforçar a visão estratégica que faz desta região um nó “privilegiado” das acessibilidades.

Em termos de programação do solo verifica-se que cerca de 39,5% do território não alagado do Município encontra-se abrangido por instrumento de programação urbanística, representando o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA) a maior percentagem, com cerca de 38% do território.

Na globalidade dos Instrumentos de gestão territorial (IGT) em vigor no território Municipal verifica-se uma predominância de áreas destinadas a habitação unifamiliar representando cerca de 53% do solo urbano. As áreas destinadas a indústria, armazenagem e serviços ocupam 18% e as de equipamento 14%. No que se refere à habitação multifamiliar e às zonas de utilização mistas estão previstas em cerca de 6% do território urbano.

Numa primeira abordagem, importa perceber a variação de áreas entre o que se encontrava programado no PDM e o que ficou consignado pelos diversos PMOT posteriormente publicados.

| | | PDM 1995 Área (Km ²) | PMOT out. 2015 Área (Km ²) | Variação de áreas afetadas por classes 1995 – 2015 (Km ²) | Variação % |
|----------------------|-------------------|-------------------------------------|---|--|---------------|
| Área Urbana | Área habitacional | 28,6 | 35,0 | 6,5 | 23 |
| | Área industrial | 6,3 | 9,0 | 2,7 | 44 |
| | Área equipamento | 8,3 | 7,0 | -1,2 | -15 |
| Área não urbanizável | | 156,8 | 146,5 | -10,3 | -7 |
| Total | | 199,9 | 197,6 | -2,3 | -1 |

Quadro 1 - variação de áreas PMOT Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro

Pela análise do quadro 1 verifica-se que, com a entrada em vigor dos PMOT posteriores ao PDM, a área habitacional teve um aumento próximo dos 23% e a área destinada a indústria cerca de 44%. Por sua vez, a área prevista para equipamentos diminuiu cerca de 15%.

Desta abordagem, e perspetivando uma ponderação dos níveis de concretização dos PMOT, apoiada nos dados da cartografia 1:2000 de 2012, foi avaliada a evolução das áreas previstas e concretizadas nas diversas tipologias, e que se encontra traduzida no quadro 2 e na figura 1.

| | | Área habitacional | Área industrial | Área equipamento | Área não urbanizável | Total |
|---|--|-------------------|-----------------|------------------|----------------------|--------|
| PDM Cartografia 2000 a 2003 | Área PDM1995 (Km ²) | 28,6 | 6,3 | 8,27 | 156,79 | 199,89 |
| | Construção com base cartografia anos 2000-2003 | 5,30 | 1,02 | 0,48 | 1 | 7,80 |
| | Área concretizada (%) | 18,56 | 16,27 | 5,79 | | |
| | | | | | | |
| PMOT em vigor em cartografia 2012 | Área PMOT (Km ²) out. 2015 | 35,02 | 9,02 | 7,055 | 146,49 | 197,58 |
| | Construção existente Km ² (Out. 2015) - 1:2000 (2012) | 6,48 | 1,38 | 0,54 | 0,958 | 9,353 |
| | Área concretizada (%) | 18,51 | 15,27 | 7,60 | | |

Quadro 2 - Concretização Urbanística / PMOT

Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro

Da leitura quadro supra, no que se refere a área habitacional, pode-se inferir que se manteve a relação de proporcionalidade e equivalência entre a área desta tipologia e a área de construção existente, o que poderá refletir que o aumento dos perímetros não traduz de forma direta aumento das dinâmicas urbanísticas e respetivos níveis de concretização.

Relativamente às áreas industriais, o aumento de área foi expressivo (cerca de 44%) e o nível de concretização diminuiu, o que concorreu para um maior desequilíbrio entre o aumento da área destinada a este tipo de ocupação/ uso e a área de construção realizada. Com a dinâmica económica atual verifica-se uma alteração desta situação havendo uma crescente procura de espaços destinados a atividades económicas e registando-se a lotação de algumas zonas industriais existentes.

Quanto à área de equipamentos verifica-se que, apesar da redução da área preconizada, houve um aumento da percentagem de concretização.

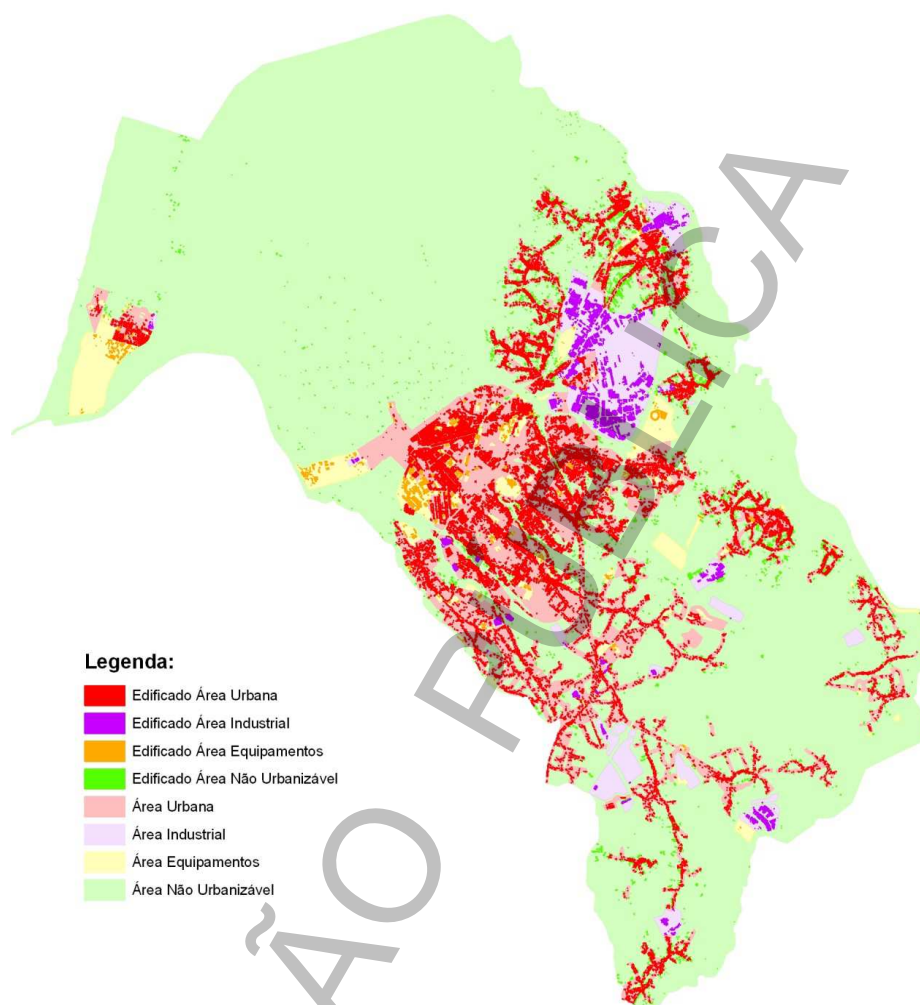


Figura 2 - Concretização urbanística por Classe de espaço 2012
Fonte: smiga – sistema municipal de informação geográfica de Aveiro

Desta análise, verifica-se a afirmação da consolidação da cidade tradicional e da cidade nova, baseada num crescimento radial, apoiado nos principais eixos rodoviários e na ocupação dos perímetros/centros urbanos secundários.

A ocupação urbanística reforça a afirmação da centralidade de alguns núcleos da Cidade Nova, nomeadamente, Verdemilho, Oliveirinha e Azurva.

Verifica-se, ainda, o surgimento de novos centros, induzidos por opções de localização ou valorização de atividades e equipamentos geradores de dinâmicas e vivências urbanas por exemplo em Aradas/Glicínias.

Até à entrada em Vigor da revisão do PDM o território encontra-se abrangido pelos seguintes planos eficazes:

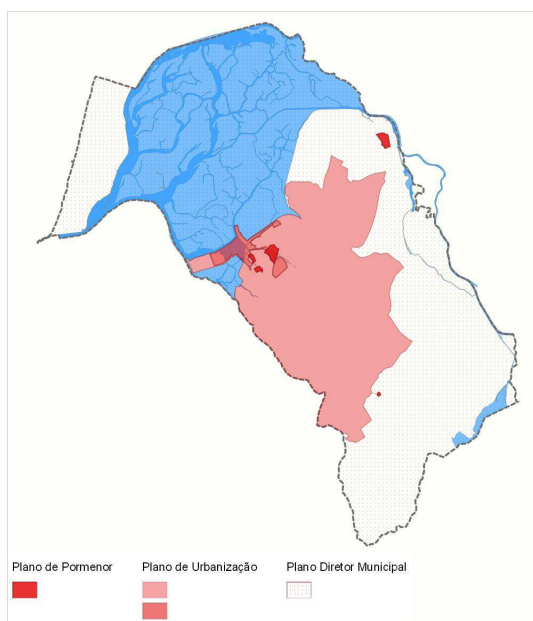


Figura 3 - PMOT

- Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro;
- Plano de Urbanização do Programa Polis de Aveiro;
- Plano de Pormenor do Centro;
- Plano de Pormenor da Baixa de Santo António;
- Plano de pormenor de Rasos;
- Plano de pormenor de parte da Zona Industrial de Cacia.

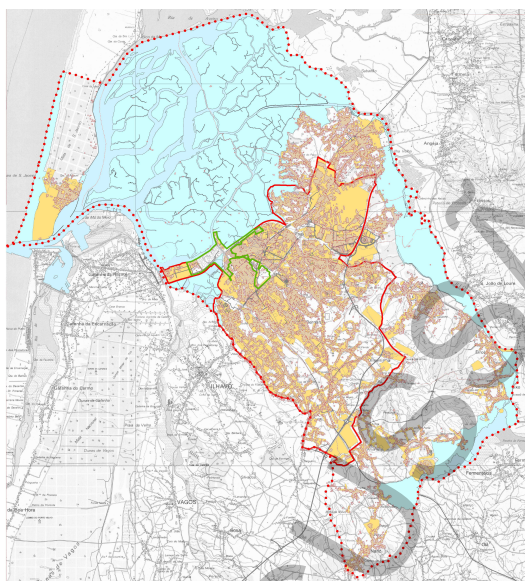


Figura 4 - Ocupação territorial

Tendo como base a totalidade dos perímetros em vigor dos diversos planos, agregados numa única planta e as áreas edificadas, sobrepondo-se à cartografia da revisão do PDM, procedeu-se a uma análise prévia do aproveitamento e disponibilidade das áreas de construção preconizadas.

Desta análise, verifica-se uma consolidação generalizada dos perímetros urbanos ao longo dos principais eixos e nos aglomerados/centros urbanos que constituem a cidade nova e, em paralelo, uma tendência de ocupação casuística e dispersa fora destes perímetros, apoiada em vias e caminhos existentes, decorrentes da própria regulamentação do plano. Por outro lado, constata-se que existem algumas áreas com um grau de ocupação pouco significativo ou mesmo nulo, decorrente da inexistência de infraestruturação, correspondendo, fundamentalmente, a espaços intersticiais da malha urbana existente, a áreas de expansão/ampliação programadas, com um posicionamento no sistema urbano com um carácter mais excêntrico ou isolado.

De toda esta abordagem e ponderação da evolução/dinâmica territorial nas duas décadas de vigência do PDM e dos outros PMOT, e face à diversidade das temáticas abrangidas, ao número e

comportamento dos diferentes agentes e intervenientes que envolvem, e também ao ritmo das transformações e exigências da sociedade atual e da necessária articulação de todas estas componentes, demonstram-se as complexidades e dificuldades da previsão da evolução das dinâmicas, pelo que, é exigida a adoção de modelos de gestão e intervenção integradores que possam antecipar e acompanhar estes efeitos, sendo que, promover, potenciar e explorar essas transformações, aos níveis territorial, económico e social, constitui hoje o principal desafio do Planeamento.

2.4.1 DINÂMICAS URBANÍSTICAS

A avaliação da distribuição espacial das operações urbanísticas, no Município, no ano de 2007, mostra que a maior pressão urbanística incidiu sobre a cidade nova, mais concretamente o território limitado a norte pela ex E.N. 109 que se desenvolve radialmente, para Nascente. Verifica-se que os pedidos de realização de operações urbanísticas, se distribuíam ao longo das principais vias de acesso, correspondendo a estradas nacionais, algumas das quais desclassificadas, como seja em Aradas a antiga E.N.335, em S. Bernardo a antiga E.N. 235 e em Esgueira a E.N. 230. No caso de Stª Joana a pressão exerce-se também nas vias que se desenvolvem de Poente para Nascente, como as ruas João Evangelista Lima Vidal, Rua do Sol Posto e Rua de Freitas.

De salientar, que as operações urbanísticas registaram um número significativo no território com características mistas de tipologias de habitação, diminuindo gradualmente para Sul, onde as características rurais prevalecem e onde existe um maior distanciamento à cidade.

No núcleo urbano de São Jacinto, pelas suas particularidades intrínsecas, entre as quais o facto de estar ligado ao Município através da ria, possuir uma frente de mar e uma frente de ria, verificou-se uma apetência pela construção, tendo surgido um número significativo de pedidos, para parcelas de grandes dimensões, que, contudo, não se concretizaram.

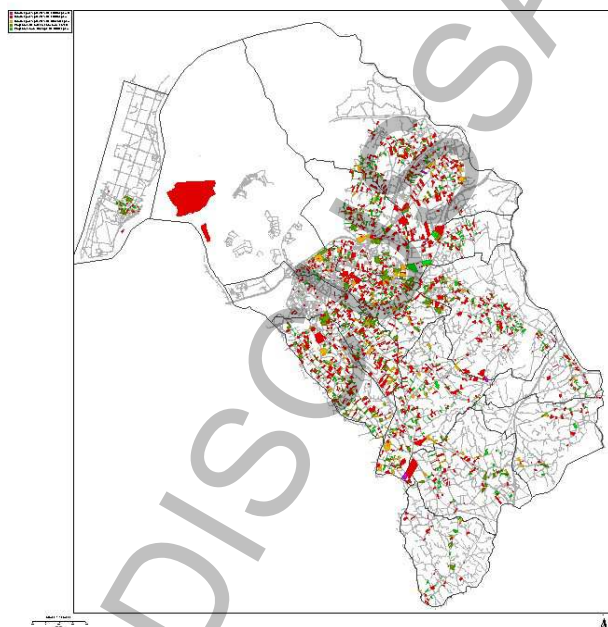


Figura 5 - Processos de Obras (2005)

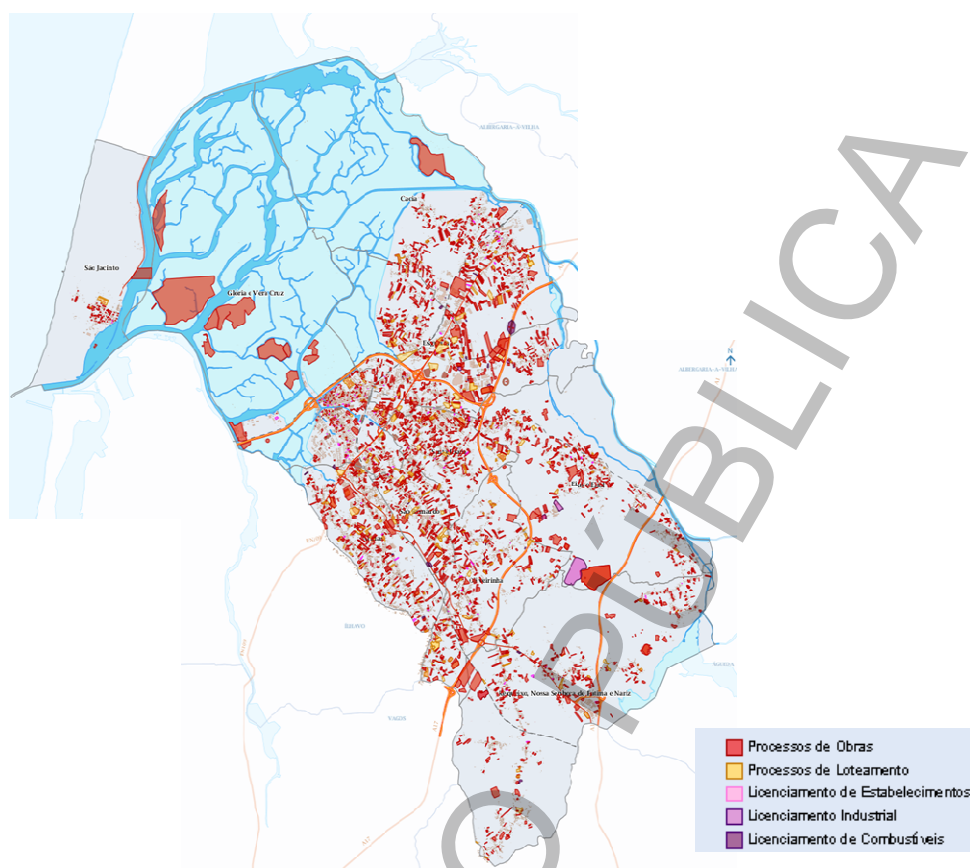


Figura 6 - Processos de Obras (2015)

A imagem representa os pedidos para realização de operações urbanísticas referentes a processos de obras de construção/edificação de loteamentos, licenciamentos de estabelecimentos, licenciamentos industriais e licenciamentos de combustíveis, desde 1995 até 2015.

Por comparação das duas figuras pode-se verificar um aumento de pedidos para realização de operações urbanísticas desde 2007 até 2015. Contudo, a imagem exibe a manutenção do padrão da distribuição espacial das operações urbanísticas, ou seja uma maior pressão urbanística na cidade nova, ao longo das vias estruturantes que fizeram parte da rede nacional de estradas.

As áreas urbanas definidas no PDM, e posteriormente ampliadas no Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (PUCA), produziram ocupações dispersas no território. O processo de urbanização aconteceu de forma avulsa e por iniciativa dos particulares, agarrado ao cadastro das propriedades. Este modelo de ocupação teve como consequência a degradação do solo e da paisagem, com elevados custos de infraestruturação e o aumento da dependência do automóvel.

Verifica-se, pois, considerando os perímetros urbanos existentes e a profusão de infraestruturas no território, que a ocupação do solo através da construção de edifícios aconteceu de forma dispersa por todo o Município, segundo um modelo de estruturação urbana caracterizado pela importância e efeito polarizador da cidade de Aveiro. Esta polarização transcende os limites Municipais e é acentuada pelo fenómeno de terciarização, pela instalação de serviços e equipamentos de âmbito supramunicipal assim como pelas potencialidades turísticas, ambientais e paisagísticas da ria e pela presença de fortes acessibilidades quer rodoviárias quer ferroviárias.

De forma a colmatar as assimetrias decorrentes do carácter centralizador da cidade, é fundamental perceber qual o papel de cada aglomerado no desenvolvimento Municipal, valorizando os elementos distintivos de cada um e privilegiando a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes, visando o equilíbrio e a coesão territorial.

2.5 DINÂMICAS ECONÓMICAS

A cooperação entre investigação e produção de conhecimento com a realidade económica tem tido resultados no desenvolvimento e inovação empresarial da Cidade, do Município e da Região de Aveiro. Os recursos humanos qualificados têm tido um papel essencial na consolidação do tecido empresarial diversificado e forte, com vocação para a produção de conhecimento e de novas tecnologias.

Aveiro é, de facto, constituído por um ecossistema empreendedor, caracterizado pela presença de um tecido empresarial com forte capacidade produtiva e exportadora, e com elevados índices de Inovação.

Para além da Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, os contributos mais significativos para o total de exportações de alta tecnologia provinham ainda dos operadores sedeados na Região de Aveiro, no Cávado e no Alto Minho, verificando-se que também estas regiões registavam valores acima da média nacional na intensidade tecnológica das respetivas exportações.²

A presença de um importante Pólo de Conhecimento, Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) – Universidade de Aveiro – assume um forte impacto no desenvolvimento do território, sendo um parceiro privilegiado na cooperação com o tecido empresarial regional e outras entidades nacionais e internacionais, no desenvolvimento e implementação de diversos projetos e programas de apoio à inovação e aumento da competitividade empresarial.

A associação entre a **forte herança industrial**, responsável por cerca de 12% da produção da indústria transformadora da Região Centro e por 9% da sua capacidade exportadora (INE, 2011), com a aposta no IDI, permitem a Aveiro posicionar-se como um **innovation hub**, para o qual é igualmente importante a existência de uma rede de espaços produtivos multifuncionais, ancorados não só pela existência de **áreas industriais de qualidade** como também, pela existência de outras infraestruturas de apoio.

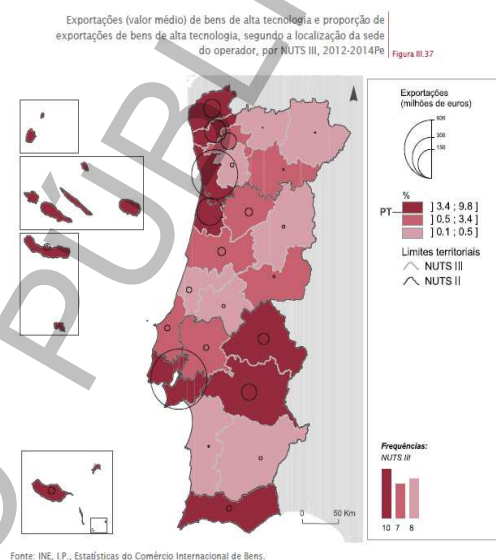


Figura 7 - Exportações (valor médio) de bens de alta tecnologia e proporção de exportação de bens de alta tecnologia, segundo a localização da sede do operador, por NUT III, 2012-2014

Fonte: INE (2014)

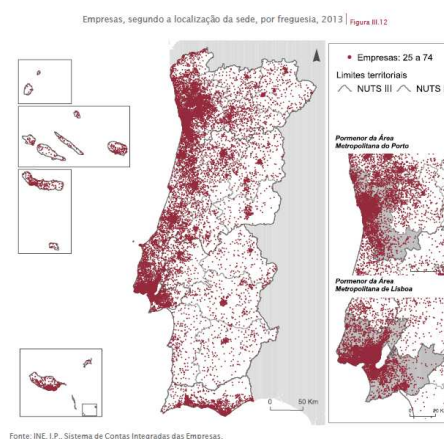


Figura 8 - Empresas, segundo a localização da sede, por freguesias

Fonte: INE (2013)

² Retrato Territorial de Portugal, 2013, Instituto Nacional de Estatística

Relativamente aos setores de atividade económica verificou-se uma queda acentuada do setor associado à construção, o qual em 2006 era o segundo setor com maior incidência em Aveiro passando, em 2011 para quinto. Quanto à Agricultura e Pescas, atividades que integram o setor primário, é de salientar o seu peso pouco significativo no total das atividades, cerca de 4%, no entanto este valor é resultado de um aumento já que em 2006 representava apenas 2%. No que respeita à Indústria Transformadora, apesar de predominarem as indústrias mais tradicionais como a fabricação de produtos metálicos e as indústrias alimentares, na proporção de 32% e 21%, respetivamente, verifica-se a diversificação das restantes atividades industriais.

O tecido empresarial de Aveiro, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Centro de 2012 (INE, 2013) representava cerca de 5% do volume de negócios da região Centro e 24% da sub-região Baixo Vouga.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Região Centro (2013) os indicadores de saúde para o Município apontam para um rácio de 5,2 médicos/1000 habitantes e 8,4 enfermeiros/1000 habitantes, valores que se pautam acima dos do Baixo Vouga, respetivamente, 2,8 e 4,4.

2.6 PAPEL CENTRAL NA REGIÃO

Os movimentos pendulares, a localização de um conjunto de serviços desconcentrados do Estado, a concentração de indústria e comércio, bem como a concentração populacional da região, ajudam a perceber a relevância da Cidade e do Município de Aveiro, no contexto regional como polo central e indutor de crescimento e desenvolvimento económico, o que aumenta a sua responsabilidade e exige a implementação de uma atitude dialogante e integradora com um conjunto alargado de parceiros, incluindo os Municípios da região, com um espaço especial para a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ao longo dos últimos anos, em especial devido ao trabalho desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (e das suas antecessoras, Associação de Municípios da Ria e Grande Área Metropolitana de Aveiro), tem-se assistido a um aumento acentuado da capacidade de cooperação entre os Municípios da Região de Aveiro e entre esses e outros agentes regionais, com relevantes impactos positivos em múltiplas áreas de atividade e na vida dos Cidadãos.

A nível local, essa cooperação e execução de projetos em co-promoção é também evidente, em diversas áreas, com especial destaque para o Desenvolvimento Económico, Ambiente, Ação Social, Cultura e Turismo, sendo igualmente de destacar a presença e participação de Aveiro em projetos de redes de cooperação a nível europeu.

Esta capacidade de trabalho em rede, a nível local, regional e europeu, tem permitido fortalecer o surgimento de sinergias entre diferentes agentes de desenvolvimento local e regional, do setor público e privado, que numa lógica global de co-responsabilização e trabalho concertado, promovem o desenvolvimento de políticas e projetos de interesse comum para o concelho de Aveiro, que importa saber aproveitar e reforçar, valorizando e dinamizando essas redes de cooperação.

3. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

A atual política de ordenamento do território é dirigida por dois diplomas fundamentais, a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) – DL n.º 80/2015, de 14 de maio e legislação complementar.

Este modelo de planeamento assenta num sistema de gestão territorial, organizado em quatro âmbitos distintos: âmbito nacional, âmbito regional e âmbito intermunicipal e municipal e apoia-se em dois tipos de instrumentos de gestão territorial (IGT): Programas e Planos.

No sistema de gestão territorial distinguem-se os Instrumentos de natureza estratégica e programática - programas territoriais (PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PS - programas setoriais, PE- programas especiais, PR- programas regionais, PI- programas intermunicipais) e os Instrumentos de natureza operacional e regulamentar - planos territoriais (PDM- plano diretor municipal, PU- planos de urbanização, pp- plano de pormenor). Regra geral, os planos territoriais desenvolvem e concretizam as orientações definidas pelos programas territoriais, com os quais se devem compatibilizar e estão subordinados ao enquadramento estratégico definido pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

Em suma a multidisciplinaridade conferida à gestão territorial promove a coexistência de diversos Instrumentos, desenvolvidos pelos diferentes setores da administração pública, integrando orientações estratégicas com caráter setorial e transversal, que traduzem os objetivos específicos a considerar no modelo de desenvolvimento territorial a concretizar pelos Planos Municipais.

No concelho de Aveiro encontram-se em vigor os seguintes instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional, setorial, especial, regional e intermunicipal, cujas orientações e regras foram integradas no presente Plano:

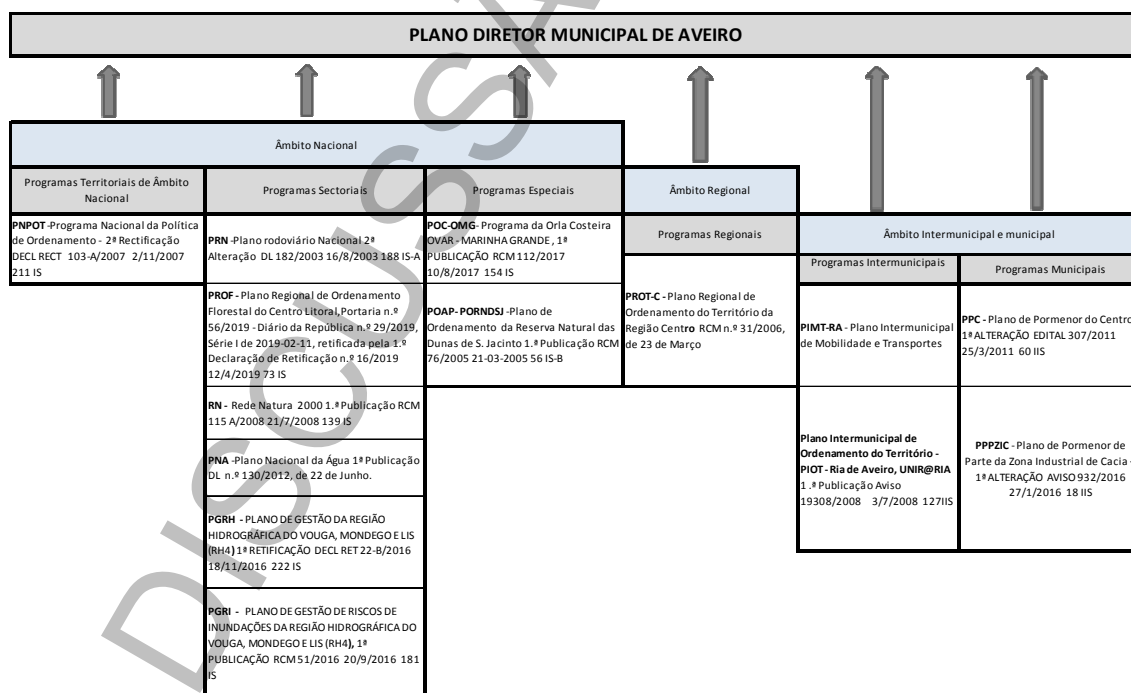


Figura 9 – articulação de IGTs

Nota: embora o PROT-C não se encontre em vigor, pela importância que tem m termos estratégicos para algumas entidades que do mesmo retiraram orientações para a revisão do PDM entendeu-se ser de representar.

3.1 PLANOS MUNICIPAIS

Os planos municipais são instrumentos de natureza regulamentar e estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de ocupação territorial e de organização de redes e sistemas urbanos e na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo, bem como de garantia de sustentabilidade socioeconómica e financeira e da qualidade ambiental.

O Plano de Pormenor do Centro e o Plano de Pormenor de Parte da Zona Industrial de Cacia constituem planos integrados na proposta de ordenamento da revisão do PDM, que se pretende manter em vigor, com o desenvolvimento e concretização em detalhe das respetivas áreas territoriais, em conformidade com a regras por eles estabelecidas, nomeadamente, sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem.

3.1.1 PLANO DE PORMENOR DO CENTRO

A área de intervenção deste plano tem-se vindo a assumir como uma oportunidade privilegiada de construção de uma nova cidade, em articulação com a cidade existente mantendo algumas referências e símbolos estruturantes e qualificadores desta intervenção, que marcaram a história e o desenvolvimento da cidade - o canal do Côjo, o Canal da Fonte Nova, o Centro Cultural e de Congressos – fundamental na consolidação e reforço da sua centralidade, respondendo a requisitos de modernidade e às exigências crescentes das gerações futuras.

A implementação do Plano de Pormenor do Centro tem refletido dinâmicas urbanísticas importantes, promovendo de forma consubstanciada a integração e articulação com a estrutura e malha existentes, sendo atualmente considerada uma zona nobre da cidade, não só pela qualidade do espaço público, mas também pelas intervenções arquitetónicas de referência ocorridas.

3.1.2 PLANO DE PORMENOR DE PARTE DA ZONA INDUSTRIAL DE CACIA – ALTERAÇÃO

A The Navigator Company tem instalada uma das mais importantes e emblemáticas unidades fabris em Cacia há mais de 60 anos. Este Grupo possui um importante papel socioeconómico ao nível local, regional e nacional, com projeção de relevância reconhecida nos níveis de exportações nacionais.

A manifestação da intenção de investimento e ampliação da unidade de Cacia pelo Grupo, e o interesse do município no seu acolhimento, determinou a elaboração de um Plano de Pormenor que permitisse o enquadramento desse projeto.

A importância e impacto económico e social desta unidade fabril no desenvolvimento e crescimento económico local e a relevância deste investimento para a dinamização e promoção do emprego, justifica a oportunidade de responder de forma eficaz às dinâmicas económicas e sociais e respetiva integração e adequação aos objetivos municipais de Ordenamento do Território.

3.2 INSTRUMENTOS MUNICIPAIS DE NATUREZA ESTRATÉGICA

Foram elaborados três instrumentos de natureza estratégica, no Município. O primeiro documento surge em 1997 como Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, o segundo ocorre em 2011 com a elaboração do Plano Estratégico do Concelho de Aveiro e o terceiro diz respeito a 2015 com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro.

O Plano Estratégico da Cidade de Aveiro foi elaborado em 1997 e decorreu da necessidade de melhorar a qualidade urbana e ambiental da cidade consolidada, salvaguardando a sua memória e singularidades. Nesta perspetiva, estabelecia diversos objetivos, nomeadamente:

- Consolidar a personalidade histórica e valorizar as singularidades de Aveiro como cidade da Ria;
- Reestruturar e revalorizar o centro da Cidade, adequando-o às exigências funcionais, sociais e culturais da nova dimensão de Aveiro, e ao reforço da sua centralidade regional;
- Ligar a cidade à Ria e revalorizar os canais e a água na imagem da cidade;
- Construir novos espaços centrais e reordenar e requalificar a área central de Aveiro

Este plano identificou, ainda, diversas ações e projetos conducentes à concretização destes, designadamente:

- A recuperação e valorização dos canais das Pirâmides, Central, Alboi, Côjo, S. Roque, e Praça do Peixe e a requalificação das zonas urbanas ribeirinhas, Porta da Cidade no Canal das Pirâmides - IP5;
- Requalificação do espaço público central, reordenar a circulação, estacionamento e pedonalização do centro da cidade; requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho;
- Remodelação da Ponte Praça e reutilização do Mercado Manuel Firmino;

Alguns destes projetos e ações foram concretizados através dos financiamentos obtidos pelo Programa Polis de Aveiro que se concentrou, sobretudo, no tratamento do espaço público das margens dos canais que estruturam o centro de Aveiro.

Em 2011 foi elaborado o Plano Estratégico do Concelho de Aveiro, que alargou a área de abrangência a todo o município. Neste documento foram revistas e atualizadas as estratégias de intervenção.

No essencial, constata que o grau de atração da Cidade como espaço de excelência para residir e visitar era um fator, ainda, pouco explorado na valorização e projeção de todo o território concelhio. Assim, com vista ao reforço de alguns dos objetivos já estabelecidos, identifica a importância da criação de uma rede urbana qualificada, potenciada pelos seus elementos de identidade (Ria, arte nova, Universidade, cultura), em que a Ria tem papel estruturante e diferenciador, dos recursos naturais fundamentais para o equilíbrio do desenvolvimento do território, com condições para se assumir como âncora de uma região alargada da qual é capital.

Nestes termos definiu como Visão para o Concelho de Aveiro:

“Aveiro, a Cidade e a Ria como fontes de inspiração para uma nova economia baseada no conhecimento e na criatividade. Esta visão pretende reforçar o posicionamento de Aveiro no horizonte 2020, tornando-se numa rede multifuncional sustentável, polarizadora de uma cultura urbana vibrante, baseada na capitalização dos seus elementos distintivos e dinamizadora da economia do conhecimento, vocacionada para a criação de produtos de elevado valor acrescentado.

A visão estratégica para o desenvolvimento do Concelho de Aveiro foi estruturada em torno de quatro objetivos de desenvolvimento (OD) fundamentais:

OD 1 | Afirmar o espaço urbano, polarizado pela Cidade, como território inclusivo e agregador das múltiplas realidades socioeconómicas do Concelho.

OD 2 | Transformar Aveiro num innovation hub, através da aposta e capitalização do conhecimento no domínio das TICE, novos materiais e design.

OD 3 | Valorizar a educação e estimular o empreendedorismo e a criatividade da população.

OD 4 | Reinventar o turismo, apostando numa oferta diversificada e valorizadora das diversidades e identidade local.”^[1]

Em 2015, fruto da oportunidade de candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro – Portugal 2020, foi desenvolvido um novo documento estratégico: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA), este plano define os seguintes objetivos estratégicos:

- Reforço da ESTRUTURA URBANA e da QUALIDADE DE VIDA das populações – aposta numa maior racionalidade de exploração dos recursos urbanos municipais, expectando-se daí incrementos nos padrões de vida, relevando nesta reestruturação uma maior equidade territorial na qualificação da componente ambiental urbana, devidamente ajustada às necessidades de diferentes públicos, com lógicas de proximidade e de valorização da integração do suporte físico urbano endógeno;
- Implementação eficaz de um DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL – implementação de um modelo de desenvolvimento territorial económico e ambientalmente mais sustentável, centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes, potenciando os recursos endógenos e diferenciadores, contendo perímetros urbanos, promovendo a polinucleação territorial e escala económica para a cidade e região aveirense em alguns domínios (ambiente, mobilidade e emprego), que lhe garanta maior resiliência futura aos choques externos, decorrentes da crescente exposição às dinâmicas da globalização.
- INCLUSÃO e COESÃO SOCIAL – Combate à pobreza e aos fenómenos de exclusão social ou de segregação dos habitantes, segundo a origem, estrato social ou etnia, nomeadamente através de ações de promoção da educação, formação e geração de emprego dirigido, acesso à habitação, serviços e equipamentos, devidamente complementadas com ações de requalificação urbana de espaços urbanos degradados.
- Aumento do EMPREGO e da INOVAÇÃO – proporcionar condições de fomento de empreendimentos com forte componente de inovação e com forte potencial de repercussão na economia urbana, envolvendo o máximo número de agentes locais, incluindo a comunidade e o tecido empresarial e as instituições de ensino e investigação;
- Fortalecimento da ATRATIVIDADE da CIDADE – aposta na integração de Aveiro, nas redes de conectividade metropolitana e regional em contextos europeu e mundial, visando o fortalecimento da cooperação territorial, potenciando complementaridades funcionais e produtivas e favorecendo o acesso aos principais territórios e mercados internacionais nos mais variados domínios (investimento, negócio, produção industrial, investigação, turismo, etc.).
- Incremento da CIDADANIA ATIVA e GOVERNANCIA PARTILHADA – aposta numa governação mais transparente e participada, como fórmula de impregnar maior perfilhamento e responsabilização da população pelas políticas urbanas adotadas, e de incrementar sustentabilidade temporal, sentido de justiça e sentido de comunidade com identidade cultural própria, às iniciativas de governação urbana.

Na sua génese, integra, pois, preocupações de coerência entre o seu conteúdo e as grandes linhas de ação emanadas do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), com a estratégia Cidades Sustentáveis 2020 e com a Estratégia Nacional para a Habitação. Esta atenção especial é também resultado da articulação, do conteúdo estratégico, com outros instrumentos de

^[1] Plano Estratégico do Concelho de Aveiro: Volume II Estratégia e plano de Ação, março 2010

promoção da revitalização urbana, em que se destaca o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro.

O PEDUCA liga os diferentes objetivos e prioridades identificados em três Planos de Ação: o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUSA) e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) ambicionando, portanto, uma intervenção integrada de qualificação do espaço público, de reabilitação do edificado e de revitalização do Centro Urbano, reforçando a atratividade para diferentes públicos: habitantes, visitantes ou investidores, na qual o esforço de obra física necessária para corrigir e articular as malhas terá de ser acompanhado de uma verdadeira ocupação e refuncionalização dos espaços públicos e edificado, com particular relevância para a componente habitacional. A apropriação continuada pela comunidade garante o exercício de urbanidade e cidadania, fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos, e para a coesão social e territorial.

As orientações estratégicas assumidas no PEDUCA, no PDCTRA e noutros instrumentos acima descritos, constituíram uma forte referência ao longo do processo de revisão do PDM.

DISCUSSÃO PÚBLICA

4. Objetivos e Estratégia

No âmbito do processo de Revisão do PDM, integra-se a definição da estratégia de desenvolvimento local que se pretende implementar no Município de Aveiro, num horizonte referencial de dez anos, passando esta componente do planeamento municipal a estar assumida neste quadro procedendo-se, também, por esta via à sistematização e integração dos instrumentos de gestão territorial numa perspetiva estratégica, de ordenamento e de gestão territorial.

Aveiro é também líder de uma Região, assumindo-se como um território estruturante na consolidação do sistema urbano regional que se quer coeso, competitivo e gerador de riqueza. Destaca-se em Aveiro a interação entre o Homem e a Natureza, entre a Tradição e a Modernidade, singularidades que a caracterizam como um dos mais importantes centros urbanos do país. Atualmente com uma população de 78450 habitantes, o Município de Aveiro tem registado valores de crescimento superiores ao da Região Centro e do País, muito devido à presença de um forte tecido empresarial capaz de originar oportunidades de negócio, emprego e, por consequência, maior poder de compra.

A Ria de Aveiro, enquanto elemento natural de maior diferenciação, o cordão dunar de S. Jacinto com a sua reserva e demais sítios e corredores ecológicos, marcam a paisagem do Município e conferem-lhe singularidades tanto em termos da flora como da fauna. Esta ligação com a natureza permite à população aveirense e aos seus visitantes usufruírem da tranquilidade e harmonia que o contacto com a natureza proporciona.

A esta riqueza natural junta-se uma oferta muito diversa de oportunidades que, associadas a um conjunto de indicadores económicos, educativos, ambientais e sociais, fazem com que muitos escolham Aveiro como o local ideal para viver, para residir, trabalhar, viver momentos de cultura e de lazer, estudar ou investir.

O desenvolvimento urbano sustentável, no âmbito do Portugal2020, assume-se como a principal alavanca para investimentos que permitem concretizar esse desígnio, sendo que a execução simultânea de instrumentos financeiros (Portugal 2020) e territoriais (revisão do PDM) constituem a oportunidade para desencadear a implementação do modelo de desenvolvimento local preconizado pelo Município e corrigir os desfasamentos entre os instrumentos de planeamento em vigor e a ocupação do território, adequando a programação às intervenções físicas.

De seguida são apresentadas as principais vantagens competitivas do Município de Aveiro, bem como as principais linhas de orientação estratégica, em diferentes domínios, que dão corpo à Visão assumida para o Município de Aveiro.

4.1 VANTAGENS COMPETITIVAS

Os pontos fortes do Município de Aveiro estão assumidos de forma sólida, dada a sua evidência que deriva das opções dos Cidadãos e das Instituições, e do percurso de desenvolvimento que já se conseguiu materializar e sobre o qual assentam as realizações contributivas de mais e melhor desenvolvimento no percurso que vamos concretizar na próxima década.

Numa estratégia de desenvolvimento assente na especialização e no reforço das características distintivas de cada território, importa identificar quais os pontos fortes desse território, que correspondem às vantagens competitivas e diferenciadoras que devem ser aproveitadas e potenciadas.

São várias as áreas em que o Município se distingue de outros territórios, com especial relevância para:

- Localização geográfica;
- Património natural;
- Perfil da população;
- Qualidade de vida, atratividade e turismo;
- Recursos humanos qualificados;
- Dinâmica empresarial;
- Papel central na região.

4.2 LINHAS ORIENTADORAS

Tendo presente o contexto geral de atuação e as responsabilidades que lhe estão atribuídas, o Município de Aveiro, pretende focar a sua atuação na prossecução das seguintes **Linhas Orientadoras**, em sete domínios de atuação estratégica.

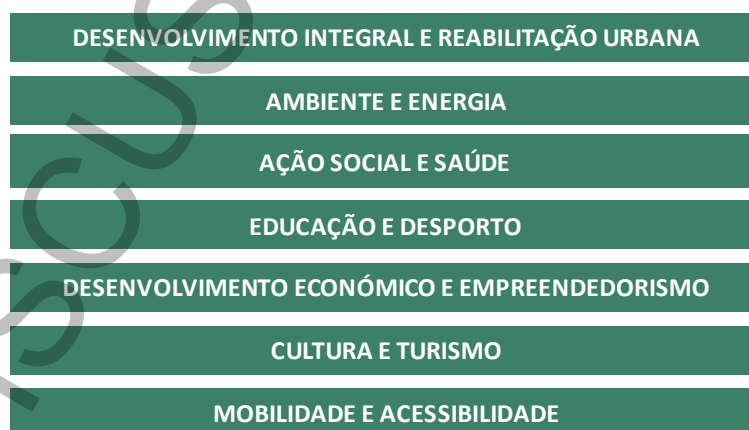


Figura 10 - linhas orientadoras da atuação do Município de Aveiro

4.2.1 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E REABILITAÇÃO URBANA

Uma das apostas no processo de desenvolvimento estratégico do Município de Aveiro é a abordagem integral ao Município, gerindo o seu desenvolvimento nesse quadro e numa perspetiva de integração de processos à escala territorial que possibilitem a utilização e a rentabilização máxima dos muitos recursos disponíveis.

Neste importante domínio, assumem-se as seguintes linhas orientadoras:

- Execução de políticas e de ações de Desenvolvimento Integral do Município de Aveiro, utilizando todo o seu território, nas suas diversidades e especificidades, numa lógica de valorização de todos os seus elementos e de complementaridade de todos os seus valores;
- Promoção do desenvolvimento municipal devidamente integrado na Região de Aveiro e articulado com os Municípios vizinhos confinantes (Albergaria-a-Velha, Águeda, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Murtosa e Vagos);
- Aposta na reabilitação e revitalização dos centros urbanos de todas as Povoações do Município, da Cidade a todos os de menor dimensão, numa lógica de promoção da qualidade de vida e do estímulo ao fortalecimento das comunidades locais e da Comunidade Municipal;
- Estruturação e execução do PEDUCA / Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro, nas suas três componentes (reabilitação urbana, mobilidade e bairros sociais), no quadro do Portugal 2020 e de outros instrumentos de apoio ao investimento público e privado.

4.2.2 AMBIENTE E ENERGIA

Alinhado com as preocupações que se colocam em termos globais, e no âmbito do trabalho desenvolvido a nível intermunicipal, pretende-se apostar em políticas que garantam uma maior eficiência energética em respeito pela economia e pelo Ambiente, sendo assim definidas as seguintes linhas orientadoras:

- Implementação do projeto do Baixo Vouga Lagunar cujos objetivos são a defesa dos campos contra o efeito destrutivo das cheias e da salinização dos solos, a implementação dum conjunto de melhorias nas infraestruturas de rega, de drenagem e das acessibilidades, com a devida preservação dos valores ambientais existentes;
- Salvaguarda e promoção do uso sustentável do solo rural através do incentivo à diversificação de atividades e adoção de medidas que minimizem os impactes das atividades agrícolas;
- Valorização das áreas de Rede Natura 2000 do território concelhio, a nível ambiental e económico, promovendo a implementação de modelos de desenvolvimento sustentável que apoiem a criação de riqueza para a população local;
- Promover a Sensibilização e Educação Ambiental, em especial, na comunidade educativa, e potenciar a utilização do CMIA / Centro Municipal de Interpretação Ambiental, como principal porta de entrada para a descoberta dos valores ambientais e da Ria de Aveiro;
- Implementar uma estratégia integrada de sensibilização e redução da produção de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Promover a implementação das ações previstas no Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética de Aveiro (PASEA), no qual são definidas diversas medidas de sustentabilidade energética nos âmbitos da mobilidade, edifícios, eficiência energética, energias renováveis e governação, cuja implementação permitirá o cumprimento do compromisso assumido com a assinatura do Pacto de Autarcas, nomeadamente, a redução de 20% de emissões de CO₂ e aumento da eficiência energética até 2020;
- Estimular a redução do consumo de energia, a melhoria da eficiência energética e a produção por recurso a energias renováveis;

- Valorizar as frentes ribeirinhas do Município de Aveiro nas suas múltiplas funções urbanas e ambientais, paisagísticas e turísticas, sociais e económicas, com referência sempre especial para a Ria de Aveiro (no seu sentido mais vasto, incluindo o Rio Vouga e a Pateira).

4.2.3 AÇÃO SOCIAL e SAÚDE

O Município de Aveiro, no âmbito das suas políticas de desenvolvimento económico e social pretende aumentar o seu nível de coesão social, com a ação integrada dos vários agentes da rede social. No grupo das prioridades a este nível, está a resolução dos problemas de exclusão social e pobreza, promovendo a qualificação, o emprego e o acesso à habitação, aos serviços e equipamentos, cultivando a integração de todos os seus habitantes independentemente da sua origem, estrato social ou etnia, com políticas cuidadas de gestão do multiculturalismo. Assim, e no âmbito do seu Plano de Desenvolvimento Social (PDS) são assumidas as seguintes linhas orientadoras:

- Reduzir as assimetrias sociais, garantindo o acesso a uma rede local de equipamentos/instituições de intervenção social, enquanto medida de combate à pobreza e exclusão social;
- Potenciar a concertação de recursos disponíveis na área da infância e juventude, proporcionando às crianças e jovens o acesso a respostas socioeducativas adequadas;
- Garantir uma melhor qualidade de vida e apoio às pessoas idosas, através da implementação e desenvolvimento de respostas adequadas, em situação de dependência, em situação de isolamento social e/ou solidão, através da implementação de respostas/serviços de proximidade, promovendo, simultaneamente, o envelhecimento ativo, através da dinamização e acesso de atividades específicas (desportivas, oficinas temáticas, eventos comemorativos, entre outras);
- Contribuir para a não discriminação e plena integração das pessoas com deficiência, através da implementação de medidas que melhorem a acessibilidade em diversos contextos;
- Contribuir para a boa e plena integração social das pessoas migrantes (minorias étnicas, sem abrigo,...) no acesso a serviços/respostas, com os da habitação, saúde, emprego, escola/formação, divulgando os recursos existentes e promovendo o seu bom uso;
- Combater o abandono, absentismo e insucesso escolar, promovendo e facilitando o acesso à escola/formação e um maior ajustamento dos currículos escolares à realidade das pessoas e do mercado de trabalho;
- Reduzir o número de situações de carência habitacional, sobretudo as que reportam a situações habitacionais precárias, promovendo a dinamização do mercado regular de arrendamento e a atribuição de habitação social;
- Promover a requalificação e reabilitação do parque de habitação social, melhorando as suas condições de habitabilidade e as redes de vizinhança saudáveis garantindo a apropriação coletiva e adequada do espaço;
- Definir o Plano Municipal e Intermunicipal de Saúde, enquadrado no Plano Nacional de Saúde, e participar no planeamento da rede de equipamentos de saúde municipal, assegurando o acesso ao bem-estar social dando especial atenção aos grupos populacionais mais vulneráveis;
- Garantir a qualificação do Hospital Infante D. Pedro como unidade Central Polivalente e Universitária, no que respeita à sua atividade e ao seu edifício, providenciando a necessária reserva de espaço para a sua ampliação, no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga;
- Implementar um conjunto de políticas de promoção de hábitos de vida saudáveis e de defesa de níveis elevados de saúde pública.

4.2.4 EDUCAÇÃO E DESPORTO

O Município de Aveiro pretende assumir uma posição ativa na promoção de diversos programas educativos complementares, num quadro de articulação e cooperação entre agentes e com um crescente envolvimento da comunidade educativa, que contribuam para uma melhoria contínua do serviço público de educação, através de respostas mais eficazes, com a promoção da racionalização dos recursos e da democratização do acesso à educação. No que respeita ao edificado, será dada prioridade à manutenção e qualificação dos equipamentos existentes, promovendo a utilização ativa e partilhada das diversas estruturas e equipamentos, rentabilizando-os. É assim, na lógica de otimização de recursos e resultados, que se perspetivam as seguintes linhas orientadoras de intervenção:

- Promover a Reformulação da Oferta de Equipamentos Educativos, através da Revisão da Carta Educativa. Será dada prioridade à requalificação do edificado existente (com ampliações nalguns casos), promovendo-se, quando necessário, a (re)definição da localização dos equipamentos educativos do Município, bem como a (re)funcionalização de alguns edifícios para novos fins, tendo como referência base para a dimensão mínima de uma unidade escolar, quatro salas de primeiro ciclo e uma de pré-escolar. Saliente-se ainda a preocupação na rentabilização de serviços de apoio comuns a diferentes níveis de ensino, aos serviços complementares de apoio à Família e aos transportes escolares que garantam um bom nível de mobilidade casa/escola;
- Pretende-se garantir o acesso à oferta de atividades de serviços educativos no âmbito da nova política de ação educativa do município de Aveiro, definida nos PAEMA / Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro;
- Promover a necessária interligação entre os serviços educativos e de Ação Social, em particular, no âmbito de programas de combate ao abandono e insucesso escolar, de integração social, bem como no apoio parental;
- Promover a implementação de uma política educativa municipal coesa através da atuação partilhada entre os vários espaços municipais, numa lógica de concertação da oferta e dos recursos, contribuindo para uma relação mais próxima e significativa com a Comunidade Educativa.

Quanto ao **Desporto** as principais linhas orientadoras são:

- Rentabilizar as infraestruturas existentes, através do desenvolvimento de programas de prática desportiva para diferentes públicos: escolar; seniores e população ativa;
- Implementar um trabalho em rede, através do desenvolvimento de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo com o movimento associativo e instituições privadas do Município;
- Proceder a investimentos de qualificação de infraestruturas existentes, assim como concluir infraestruturas desportivas cuja obra se encontra parada há vários anos.

4.2.5 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREENDEDORISMO

Através de um trabalho em rede articulado com diferentes agentes locais e regionais, pretende-se promover a criação de oportunidades e emprego, baseada na economia do conhecimento e na criação de produtos de elevado valor acrescentado. A prospeção das necessidades locais e a valorização dos elementos distintivos do Município deverão ser acompanhadas de apostas claras na investigação, inovação, incubação, internacionalização, investimento e na formação do capital humano e social, assentes no fortalecimento de sinergias entre instituições de ensino/IDI, tecido empresarial e

administração pública. Apresentam-se de seguida, algumas linhas orientadoras para a base da estratégia de desenvolvimento económico do Município:

- Combater o desemprego, sobretudo dos jovens (qualificados) e os de longa duração, através do reforço da economia do conhecimento e do fortalecimento das sinergias entre instituições de ensino/IDI, tecido empresarial e administração pública;
- Promover o alinhamento das qualificações profissionais, formais e informais, face às necessidades do mercado de trabalho, sendo impreterível que seja dada prioridade à consolidação das redes de cooperação;
- Contribuir para o crescimento, fortalecimento e competitividade das PME's enquanto motor de desenvolvimento local, baseado na capitalização dos seus recursos endógenos, dando resposta às potencialidades inerentes ao Município de Aveiro;
- Maximizar as valências da Universidade de Aveiro e da presença do Pólo de Conhecimento, Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) e valorizar os diversos clusters que integram o futuro Parque de Ciência e Inovação (PCI), como fatores diferenciadores e potenciadores de um território competitivo;
- Promover e desenvolver medidas de incentivo à dinamização de iniciativas da sociedade na promoção de startups, potenciando a criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo e à promoção de uma cultura empreendedora. A implementação de uma Política Municipal de Apoio ao Empreendedorismo integrará, entre outras medidas, a criação de um Pólo de Incubação, integrado no novo Centro de Negócios de Aveiro, a instalar no Parque de Feiras e Exposições;
- Aumentar a atratividade de Aveiro para a captação de Investimento Direto Estrangeiro e Nacional, e para a retenção de recursos humanos altamente qualificados, através da criação de mecanismos de apoio ao tecido empresarial, da oferta de serviços culturais, sociais, de lazer e de saúde com elevada qualidade, e através de uma ação concertada e integrada de marketing urbano, com o envolvimento e participação de diversos atores;
- Promover o ordenamento, qualificação e expansão das áreas industriais e empresariais do Município, apostando no crescimento industrial com base em zonas industriais estruturadas, e premiando a excelência da sustentabilidade ambiental e baixa emissão de gases poluentes. A ampliação da oferta de espaços e equipamentos de apoio à atividade empresarial, incentivando parcerias e o desenvolvimento de empreendimentos de alta tecnologia será fundamental;
- Garantir a estruturação do território como plataforma de lançamento da ligação ferroviária Aveiro-Salamanca, e da sua ligação ao Porto de Aveiro, como principal mecanismo de apoio à internacionalização das empresas da região, através da redução dos custos e aumento da eficiência dos transportes;
- Implementar medidas de apoio às atividades agrícolas e piscatórias, desenvolvendo estratégias de integração territoriais e de aproveitamento dos recursos marítimos, fluviais e lagunares, com uma atenção particular para a participação de Aveiro na Região Vinícola da Bairrada;
- Promover a afirmação do Comércio Tradicional, dos Mercados Municipais e as Rotas de Abastecimento de Produtos, como motores importantes de crescimento económico e de diferenciação económica, cultural e de valorização turística.

4.2.6 CULTURA E TURISMO

A preservação e a promoção dos valores culturais, com a devida articulação com os valores ambientais, são a base para a promoção e o desenvolvimento turístico do Município de Aveiro, potenciando os seus fatores identitários e distintivos.

A estratégia municipal na vertente cultural visa promover, de forma integrada, a gestão dos edifícios municipais e a dinamização de atividades de cariz cultural, com o envolvimento de diferentes agentes culturais. São assim identificadas as seguintes linhas orientadoras:

- Promover uma gestão museológica integrada, tendo como elemento central da programação o Museu de Aveiro e o Museu de Santa Joana, com a devida articulação com as outras unidades museológicas de Aveiro, com uma aposta renovada no Museu da Terra, Museu Etnográfico de Requeixo;
- Promover uma atividade cultural intensa e diversificada, tendo o Teatro Aveirense como elemento central da rede de espaços;
- Valorização dos produtos tradicionais como os Ovos Moles, o Sal e o Moliceiro, utilizando-os como elementos centrais de vitalidade do edifício da antiga Estação de Comboios da CP e dos Canais Urbanos de Aveiro;
- Valorização da Arte Nova, nas suas diferentes expressões artísticas;
- Interação, numa lógica de cooperação e colaboração, com os outros agentes da sociedade bem como coordenar e promover o desenvolvimento das atividades relacionadas com os Cidadãos Jovens e Idosos, numa perspetiva pedagógica de educação para a cultura;
- Implementação de soluções integradas de gestão, salvaguarda, valorização, sensibilização e difusão do património cultural e identidade de Aveiro;
- Desenvolvimento de políticas de acesso a leitura pública e à informação, com a dinamização da Biblioteca Municipal e criando em paralelo estruturas de conservação e preservação do património documental;
- Implementação de um calendário de “eventos especiais”, enquanto dinamizadores da atividade social, cultural, turística e económica, com vista a aumentar a atratividade do Município.

Quanto ao turismo é importante, no âmbito da qualificação e valorização do território e dos seus recursos turísticos distintivos, prosseguir as seguintes linhas orientadoras:

- Apostar na regeneração da Cidade de Aveiro, em especial do seu centro histórico e das suas frentes ribeirinhas, na preservação das áreas naturais e rurais do Município, na qualificação do património histórico e cultural e no desenvolvimento de infraestruturas de apoio à animação turística;
- Apoiar a qualificação e requalificação da oferta turística existente, centrada em recursos e produtos endógenos, explorando as melhores tecnologias disponíveis e a capacidade instalada de geração do conhecimento e de IDI no apoio ao Turismo;
- Aposta no Turismo de Bem-Estar, Religioso, Cultural, Gastronómico, Cinegético, Desportivo, Científico e no Turismo de Natureza/ecoturismo;
- Fomentar a captação de novos investimentos e empreendedorismo associado a novos projetos empresariais, adaptados às novas realidades do setor.

4.2.7 MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

A qualidade da mobilidade e das acessibilidades do Município, numa lógica intramunicipal e também intermunicipal, são prioridades de investimento e gestão dos serviços públicos essenciais a prestar aos Cidadãos, pelo que a sua importância na estratégia de desenvolvimento do Município é particularmente relevante.

O objetivo regional deve centrar-se em reforçar a mobilidade e acessibilidade entre os centros urbanos nucleares, como fator de coesão social e de desenvolvimento económico e cultural. Para que se alcance a coordenação das políticas de transporte com as políticas de ordenamento, será primordial reduzir a dependência do transporte individual, reforçando o transporte coletivo, em particular nos movimentos pendulares. Importa, ainda, aumentar a segurança rodoviária e reduzir a sinistralidade, assim como ordenar e regular, devidamente, o estacionamento automóvel nas áreas mais centrais da Cidade de Aveiro. Assim, no que respeita à mobilidade e acessibilidade são identificadas as seguintes linhas orientadoras:

- Implementar uma estratégia de Acessibilidade e Transportes do Município suficientemente flexível para poder acompanhar o seu dinamismo, em particular nesta matéria que está em constante evolução, adotando, no entanto, algumas medidas para potenciar devidamente a rede viária nacional, melhorando o desempenho dos seus nós e ligações, com o fecho de malhas ou a qualificação das vias que os servem;
- Participar ativamente na constituição e gestão de uma Autoridade Intermunicipal de Transportes, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
- Continuar as diligências contributivas para a construção da ligação ferroviária Aveiro/Viseu/Guarda /Salamanca, para a qualificação da ligação ferroviária Aveiro/Águeda e para a construção da ligação rodoviária, em variante, entre Aveiro e Águeda;
- Fomentar a operacionalização do Centro Coordenador de Transportes de Aveiro e manter a implementação da modernização da Rede de Transportes Públicos Municipais, rodoviários e marítimos (ligação a São Jacinto), que permita uma verdadeira adequação às necessidades dos utentes, renovando a frota, a frequência e tipologia de circuitos, associados à modernização das formas de comunicação da informação aos utilizadores, o que terá um papel fundamental para garantir uma resposta moderna, eficaz e adequada;
- Clarificar a Hierarquia Viária, centrada no peão, dando-lhe segurança e aumentando a sua prioridade, consoante a posição na hierarquia viária. Será necessário executar troços que permitam reduzir o trânsito de atravessamento na Cidade, e reformular o sistema de orientação na sinalização direcional;
- Reforçar os centros urbanos de menor dimensão bem como melhorar a acessibilidade e a mobilidade entre eles, promovendo a coesão territorial e autonomizando as populações;
- Incentivar os percursos a pé, para bicicletas e outros modos suaves, nos centros urbanos e nas suas ligações, qualificando adequadamente o espaço público. A visão que se pretende consolidar é a que centra as questões da mobilidade e acessibilidade na urbanidade, nos cidadãos e na capacidade para estes ocuparem e usufruírem em pleno o espaço público, através da interação urbana;
- A Cidade, e restantes centros urbanos, deverão ser qualificadas para as deslocações a pé e também de bicicleta. Para isso terá particular relevância a implementação do Plano Municipal de Mobilidade de Aveiro e a realização de investimentos planificados, sustentáveis e faseados. É importante dotar a Cidade e o Município com as infraestruturas necessárias à qualidade do espaço público e à circulação em segurança e conforto de peões e bicicletas, dando Prioridade ao Peão e promover o Projeto de Relançamento da BUGA;
- A utilização dos Canais Urbanos Navegáveis como vias de circulação deverá ser vista como uma opção complementar, particularmente para lazer e turismo.

4.3 ESTRATÉGIA

A oportunidade que se coloca ao Município de Aveiro, com a atual revisão do PDM, é a da definição de uma Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social Sustentável para todo o Município, que irá influenciar de forma decisiva a sua evolução futura, num contexto de integração e articulação com diversos instrumentos de orientação estratégica de âmbito local, regional e nacional.

De facto, existem hoje um conjunto de documentos de orientação estratégica de âmbito europeu, nacional, regional e sub-regional, que em conjunto com os desafios do ordenamento do território orientam a revisão do PDM. Esta é uma oportunidade para correlacionar as orientações europeias, nacionais e regionais, e as diferentes políticas municipais e linhas orientadoras de atuação anteriormente apresentadas, com o principal instrumento de gestão territorial que assume também um carácter de natureza estratégica, o PDM.

No contexto atual, a revisão do PDM representa uma oportunidade a vários níveis, que importa assumir e gerir de modo eficaz e produtivo, nomeadamente:

- Promover o desenvolvimento económico e social do Município de Aveiro, alinhado com a estratégia sub-regional da Região de Aveiro, e assumir um papel ativo e liderante na região e a participação intensa em projetos intermunicipais.
- Garantir o financiamento das ações estratégicas, através do aproveitamento de diferentes programas e instrumentos do Portugal 2020 como sejam os programas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBCs), o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA), entre outros.
- Envolver, de modo efetivo, participado e construtivo, a sociedade em geral, quer no âmbito do presente processo de revisão do PDM, quer no desenho, implementação e monitorização de diferentes políticas municipais.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de Aveiro, enquadrado com os objetivos previstos na Estratégia das Cidades Sustentáveis e na Estratégia Nacional para a Habitação e para a qual terá particular importância o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Aveiro.
- Corrigir o desfasamento relevante entre os instrumentos de planeamento em vigor e as opções estratégicas delineadas e implementadas pelos anteriores planos estratégicos e programas de ação do Município.
- Rever todos os instrumentos de gestão territorial formalmente em vigor no Município de Aveiro, assim como os informais, como são os planos de pormenor, estudos urbanísticos e loteamentos municipais, num processo de profunda reforma e organização da gestão do planeamento do território de todo o Município de Aveiro.

Nesse sentido, importa assumir a Visão, Missão e Objetivos Estratégicos que se pretendem alcançar para Aveiro até 2025 e que, serviram de termos de referência à revisão do PDM.

Visão:

Aveiro, Município planeado e desenvolvido de forma integral, com a Cidade líder de uma região, assente nos valores do passado e seus recursos endógenos, sustentada na afirmação de uma economia de futuro, centrada em recursos humanos altamente qualificados e apostada na Inovação, Internacionalização e Investigação, na promoção da qualidade de vida para todos, na valorização e integração dos recursos naturais, com especial destaque para a Ria de Aveiro, e no estímulo à participação e promoção da cidadania e do trabalho em rede entre entidades parceiras.

Missão:

O Município de Aveiro aposta no desenvolvimento económico e social e na qualidade de vida dos Cidadãos, integrado numa operação de desenvolvimento regional onde tem uma função de liderança, e assume que tem como missão primordial:

- Promover o aumento da qualidade de vida dos Cidadãos, através da criação de oportunidades e emprego, baseada na economia do conhecimento e na criação de produtos de elevado valor acrescentado;
- Contribuir para o aumento da atratividade do território, quer para turistas, quer para investidores, através da afirmação de Aveiro, a nível nacional e internacional;
- Aumentar os índices de qualidade de vida para toda a comunidade, promovendo a coesão territorial e social;
- Aumentar a qualidade urbana e ambiental, do espaço público e dos equipamentos de saúde, desporto, educação, serviços públicos e outros, bem como diversificar a oferta turística do território;
- Garantir o reforço da articulação estratégica em diferentes domínios com a Universidade de Aveiro e outras entidades parceiras de relevante interesse em diferentes setores da sociedade.

Objetivos Estratégicos:

- Aveiro símbolo de qualidade de vida, emprego e felicidade;
- Aveiro UniverCidade modelo;
- Aveiro referência na Inovação, Empreendedorismo e Exportação;
- Aveiro polo de atração para residentes e turistas.

A Visão, Missão e Objetivos Estratégicos acima descritos assentam, assim, em princípios orientadores de nível superior, como sejam, o Desenvolvimento Sustentável, o Desenvolvimento Inclusivo e o Desenvolvimento Inteligente, e refletem fundamentalmente as necessidades do território, da População, das Empresas e dos Visitantes.

Nesta sequência, revisão do PDM propõe-se concretizar o modelo de desenvolvimento territorial assente nos seguintes vetores estratégicos e correspondentes objetivos:

- **Reforçar o modelo territorial**, através da contenção dos perímetros urbanos, revitalização dos centros urbanos, da adequação dos níveis de densificação urbana, da racionalização da rede de equipamentos e consolidação dos valores patrimoniais;
- **Valorizar as componentes ambientais**, através da preservação e revitalização da estrutura ecológica, da identificação e prevenção de riscos naturais e tecnológicos e da utilização racional da energia, privilegiando as energias renováveis;
- **Afirmar Aveiro como centro polarizador da região** com a consolidação e valorização de um referencial identitário nas componentes: cultural, ambiental, do conhecimento/ novas tecnologias, dos serviços qualificados e turística;
- **Coordenar as políticas de mobilidade com as de ordenamento** reduzindo a dependência de transporte individual poluente, promovendo a diferenciação do trânsito de atravessamento para libertar o trânsito local e diversificando percursos pedonais, cicláveis e fluviais;
- **Qualificar as áreas industriais apostando na inovação e tecnologia**, no empreendedorismo e na valorização dos espaços industriais existentes.

5. PROPOSTA DE ORDENAMENTO

O processo de revisão do PDM assentou na Estratégia de Desenvolvimento Local onde se assume Aveiro como território estruturante no sistema urbano regional, que se pretende coeso, competitivo e gerador de riqueza, capaz de originar oportunidades de negócio, emprego, e diferenciador ao nível da paisagem e de elementos naturais ímpares, conferindo tranquilidade, harmonia e qualidade de vida. A concretização desta estratégia centra-se nas diversas vantagens competitivas, nomeadamente, a localização geográfica privilegiada, o património natural ímpar que é a Ria de Aveiro e um perfil populacional com taxas elevadas de formação superior.

A Ria de Aveiro destaca-se como elemento natural notável e identitário, sendo um fator transversal a toda a análise e que, como tal, favorece a articulação entre os diversos níveis de organização e intervenção no território. A água é, assim, um elemento estruturante de todo o território, que define Aveiro, Cidade dos Canais e o Município como Terra com Horizonte.

As relações fortes encontradas neste território, entre Homem/Natureza e História/Futuro, são a base estruturante das opções tomadas no PDM de Aveiro, realizadas de forma aberta e participada, formal mas sempre disponível às interações propiciadas pelo Poder Local de proximidade, como prática estruturada da gestão do Município de Aveiro.

5.1 EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA E OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS

A cartográfica dos equipamentos e das infraestruturas visa promover e salvaguardar necessidades específicas dos mesmos, assim como indicar eventuais necessidades a ser consideradas no âmbito da qualificação do solo.

Considerando os níveis de serviço das infraestruturas apresentados nos estudos de caracterização não se justifica uma política de reforço da cobertura de infraestruturas mas sim a ponderação de eventuais carências tanto de manutenção como de qualificação das mesmas.

No que respeita aos equipamentos, ao nível da qualificação do solo, foi desenvolvido um estudo aprofundado com vista à ponderação de todos os espaços que estavam destinados a equipamentos nos IGTs em vigor, tendo-se optado por uma racionalização da respetiva distribuição face às necessidades identificadas.

Os equipamentos de utilização coletiva identificados na carta de equipamentos compreendem as existências nos seguintes âmbitos:

- Administração Pública;
- Cultura
- Educação;
- Desporto e lazer;
- Saúde;
- Segurança e Proteção Civil;
- Religiosos;
- Solidariedade;
- Outros (parque de exposições, Mercados, estações ferroviárias e fluviais)

No que respeita à educação a matéria será desenvolvida na Carta Educativa que fará parte do Processo de Revisão do PDM.

As cartas de infraestruturas apresentam as seguintes infraestruturas existentes:

- Sistemas de abastecimento de energia;
- Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
- Sistemas de abastecimento de gás;
- Sistemas de captação e abastecimento de água;
- Sistemas de telecomunicações.

DISCUSSÃO PÚBLICA

5.2 HIERARQUIA FUNCIONAL DA REDE VIÁRIA

Em termos de Hierarquia viária foram definidos seis níveis desde o Supra-Regional ao Acesso local, que identificam as diversas funções que cada via representa no sistema de articulação viária municipal.

| | Nível: | Função dominante: | Articula com: | | | | | |
|---|-------------------------|--|---------------|---|---|---|---|---|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 1 | Supra-Regional | Garantir conexões viárias estruturantes a nível supra-regional | - | ✓ | ✓ | X | X | X |
| 2 | Regional | Distribuir fluxos regionais, garantindo ligações aos concelhos da região | ✓ | - | ✓ | ! | ! | X |
| 3 | Estruturante | Distribuir os fluxos <u>entre zonas</u> do concelho, e os fluxos internos à cidade de Aveiro, em articulação com os níveis 1 e 2 | ✓ | ✓ | - | ✓ | ✓ | ! |
| 4 | Distribuição Principal | Distribuir os fluxos <u>entre</u> pólos/malhas urbanas, em articulação com os níveis hierárquicos superiores | X | ! | ✓ | - | ✓ | ✓ |
| 5 | Distribuição Secundária | Distribuir fluxos <u>internos</u> aos pólos/malhas urbanas | X | ! | ✓ | ✓ | - | ✓ |
| 6 | Acesso Local | Assegurar ligações às atividades | X | X | ! | ✓ | ✓ | - |

✓ Articulação adequada

! Articulação a evitar
(ou aplicar medidas físicas de acalmia de tráfego adequadas)

X Articulação a impedir

1. Nível Supra-regional

Tem funções em termos da estruturação do território à escala Supra-Regional, e gestão ao nível da administração central (IP – Infraestruturas de Portugal).

Neste nível hierárquico enquadram-se as vias que garantem as conexões viárias estruturantes nacionais. A gestão das vias pertencentes a este nível de hierárquico encontra-se fora da alçada da autarquia.

Neste nível destaca-se a conjugação do anel A25 – A17 e EN235 como tendo a função de Circular Externa de Aveiro.

2. Nível Regional

Tem função de estruturação do território à escala Regional e Inter-Concelhia.

Inclui as vias estruturantes que fazem a ligação entre Aveiro e os concelhos vizinhos e entre os principais aglomerados urbanos concelhios. Neste nível hierárquico enquadram-se as vias sob a alçada da administração central e (por desclassificação) regional/local.

A revisão do PDM apresenta como novas vias complementares deste nível hierárquico:

- a) Variante a Eixo
- b) Variante a Mamodeiro (e ligação à A1)
- c) Ligação Aveiro – Águeda

Como orientações genéricas para este nível hierárquico tem-se:

| Nível | 2 - Regional |
|----------------------------------|--|
| Função dominante | Distribuir fluxos regionais, garantindo ligações aos concelhos da região |
| Perfil genérico | Idealmente 2x2. No mínimo 1x1, com zonas de ultrapassagem, e sem viragens à esquerda não formalizadas. |
| Vel. Máx. | 50 km/h, ou 90 km/h em zona não urbana |
| Acessos Marginais | Proibidos os acessos diretos, adaptando esta condicionante nas vias as vias existentes |
| Estacionamento | Proibido junto à faixa de rodagem. Possibilidade de bolsas com acesso por vias convergentes. |
| Integração ciclável | Segregação completa, com barreira física de grande dimensão com rodovia |
| Integração pedonal | Recomendada a segregação completa, com espaço de segurança. Existência de berma ou passeio |
| Paragens Transp. Coletivo | Fora da via, a existirem |

3. Nível Estruturante

Desempenha a função de estruturação do território à escala infraconcelhia e de gestão municipal.

Asseguram as ligações entre os principais pólos geradores do concelho e destes relativamente à rede de interesse intermunicipal (Níveis 1 e 2).

Inclui as vias que fazem a ligação entre zonas do concelho, e os fluxos internos à cidade de Aveiro, em articulação com os níveis 4 e 5.

A revisão do PDM apresenta os seguintes projetos de completamento deste nível hierárquico:

- a) Acesso norte ao UTBM
- b) Completar ligação: R. Direita de Aradas – EN235 – Est. de São Bernardo

Como orientações genéricas para este nível hierárquico tem-se:

| Nível | 2 - Regional |
|----------------------------------|---|
| Função dominante | Distribuir os fluxos entre zonas do concelho, e os fluxos internos à cidade de Aveiro, em articulação com os níveis 1 e 2 |
| Perfil genérico | No mínimo 1x1. Faixa de rodagem* >5,5m; Via > 3,5m |
| Vel. Máx. | 50 km/h meio urbano, 90km/h extra urbano |
| Acessos Marginais | Condicionados os acessos diretos em meio urbano. Desaconselhados a nível concelhio. |
| Estacionamento | Desaconselhado junto à faixa de rodagem. Possibilidade de bolsas com acesso a vias convergentes. |
| Integração ciclável | Ciclovias dedicadas, com barreira física com rodovia |
| Integração pedonal | Obrigatória a existência de passeio (>2,5m) em meio urbano ou berma (> 1,0m) nas restantes situações |
| Paragens Transp. Coletivo | Fora da via, a existirem |

* Compreende via e berma ou passeio

4. Nível Distribuição Principal

Tem gestão exclusivamente municipal e assegura a distribuição dos fluxos entre pólos/malhas urbanas, em articulação com os níveis hierárquicos superiores

Como propostas da revisão do PDM completamento deste nível hierárquico destacam-se:

- a) Fecho de malha no aglomerado urbano de Cacia
- b) Novas vias na AAE “Aveiro Norte”
- c) Nova via Continente Hiper – Aveiro Retail Park
- d) Fecho de malha a norte de Azurva
- e) Ligação Parque de Feiras rotunda na Ex EN109
- f) Ligação Aveiro-Ílhavo (Via panorâmica)
- g) Fecho de malha Qta. do Torto - Azenhas de Baixo

Como orientações genéricas para este nível hierárquico tem-se:

| Nível | 4 – Distribuição Principal |
|----------------------------------|---|
| Função dominante | Distribuir os fluxos entre pólos/malhas urbanas, em articulação com os níveis hierárquicos superiores |
| Perfil genérico | No mínimo 1x1 Faixa de rodagem* >5,0m; Vía > 3,0m |
| Vel. Máx. | 50 km/h |
| Acessos Marginais | Desaconselhados em todo o território. |
| Estacionamento | Livre mas formalizado com tipologia adequada à minimização de manobras/conflito circulação |
| Integração ciclável | Ciclovias dedicadas, com barreira física com rodovia |
| Integração pedonal | Obrigatoriedade da existência de berma (> 0,5m) ou passeio (>2,0m) |
| Paragens Transp. Coletivo | Livre |

* Inclui via e berma ou passeio

5. Nível Distribuição Secundária

Tem gestão exclusivamente municipal assegurando a distribuição dos fluxos internos a pólos/malhas urbanas, em articulação com os níveis hierárquicos superiores.

A Revisão do PDM propõe uma série de novas vias que visam completar as ligações neste nível hierárquico.

Como orientações genéricas para este nível hierárquico tem-se:

| | |
|----------------------------------|--|
| Nível | 5 – Distribuição Secundária |
| Função dominante | Distribuir fluxos internos aos pólos/malhas urbanas |
| Perfil genérico | No mínimo 1x1 Faixa de rodagem* >5,0m; Via > 3,0m |
| Vel. Máx. | 50 km/h |
| Acessos Marginais | Desaconselhado em meio urbano. Livre no restante território. |
| Estacionamento | Livre mas formalizado |
| Integração ciclável | Ciclovias dedicadas, com barreira física com rodovia |
| Integração pedonal | Obrigatoriedade da existência de berma (> 0,5m) ou passeio (>2,0m) |
| Paragens Transp. Coletivo | Livre |

* Inclui via e berma ou passeio

6. Nível Acesso Local

Corresponde à restante rede viária, fundamental para acesso às diversas atividades urbanas presentes no território, nomeadamente, habitação, comércio, serviços, lazer.

A revisão do PDM prevê uma série de novas vias com vista a completar este nível hierárquico, compreendendo fechos de malha e criação de novas vias para a densificação urbana.

Como orientações genéricas para este nível hierárquico tem-se:

| | |
|----------------------------------|---|
| Nível | 6 – Acesso Local |
| Função dominante | Assegurar ligações às atividades |
| Perfil genérico | Via > 6,0 m se dois sentidos e > 2,75 se um sentido |
| Vel. Máx. | 30 km/h |
| Acessos Marginais | Livre |
| Estacionamento | Livre |
| Integração ciclável | Ciclovias dedicadas, ou via partilhada. No caso de via partilhada encaminhar o ciclista para a posição primária, o centro da via. |
| Integração pedonal | Aconselhável a existência de berma ou passeio |
| Paragens Transp. Coletivo | Não recomendadas |

5.3 CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

De acordo com o artigo 71º do Decreto-lei n.º 80/2015, 14 Maio:

“1 - A classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo urbano e solo rústico.

2 - Os planos intermunicipais ou municipais classificam o solo como urbano ou rústico, considerando como:

a) Solo urbano, o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação;

b) Solo rústico, aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano.”

No âmbito do processo de revisão do PDM e com vista à classificação do solo promoveu-se uma ponderação exaustiva da ‘consolidação’ das áreas urbanas inseridas no perímetro urbano em vigor.

Nesta análise levou-se em consideração os critérios de classificação do solo definidos no n.º 3 artigo 7º Decreto Regulamentar 15/2015 de 19 de agosto

“3 — A classificação do solo como urbano observa, cumulativamente, os seguintes critérios:

a) Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;

b) Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;

c) Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;

d) Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;

e) Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

4 — Na aplicação dos critérios referidos nas alíneas c) e d) do número anterior devem ser adotadas soluções apropriadas às características e funções específicas de cada espaço urbano.

5 — Com base nos critérios fixados no presente artigo devem ser delimitadas as áreas de solo urbano, que correspondem aos perímetros urbanos.”

5.3.1 METODOLOGIA

Para análise gráfica foram trabalhados os dados territoriais e sobrepostos os diferentes elementos a considerar na ponderação da afetação do solo:

1. Definição de ‘buffers’ de **20m** às edificações principais (excluindo telheiros, anexos, e outras construções não relevantes) e cruzamento com as áreas urbanas em vigor. O resultado desta operação pressupõe um afastamento mínimo entre edificações de **40m**.



Figura 11 Buffers 20m

2. Inserção das infraestruturas aos eixos de vias, nomeadamente, Rede de abastecimento de água; Rede de Saneamento, rede de telecomunicações e rede elétrica. Foram, ainda, identificadas as vias que se encontram em terra batida.

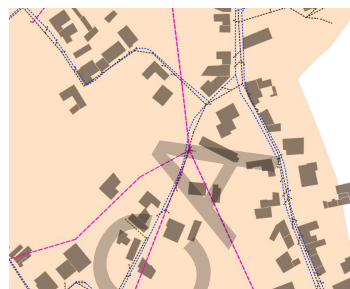


Figura 12 - infraestruturas

3. Inserção da rede de transportes públicos - Foram adicionados os percursos dos transportes públicos e as respetivas paragens.



Figura 13 - Rede transportes públicos

4. Para uma melhor perceção da estrutura ecológica subjacente ao território foram inseridas as linhas de água (REN em vigor e levantamento CMA):.



Figura 14 - linhas de água

5. Uma vez que a definição dos 'buffers' apresenta sempre uma forma irregular definiram-se manchas a ponderar tendo em conta os buffers, os limites das áreas urbanas e os eixos dos arruamentos. Cada uma destas manchas foi numerada para posterior análise. Nesta fase foram identificadas **616 manchas em área urbana** para ponderar, **56 em área de equipamento** e **21 em áreas de atividades económicas**.

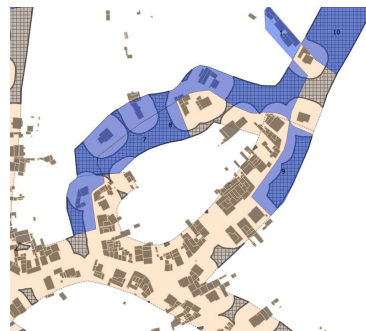


Figura 15 - Definição de manchas para ponderação

6. Sobreposição dos elementos a ter em conta na análise às manchas a ponderar:

Às manchas a ponderar foram sobrepostos os diversos elementos de análise: Ortofotomapa; Curvas de nível (topografia do terreno); Buffers de 50m ao eixo das vias; Linhas de infraestruturas; Rede de transportes públicos; Presença de Linhas de água; contiguidade com REN/ RAN/ Solo Rural.

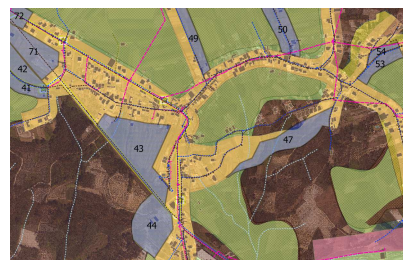


Figura 16 - Sobreposição dos elementos para análise das manchas a ponderar

Para registo da análise gráfica foi desenvolvida uma base de dados onde foi feita uma análise sumária de cada mancha e que serviu, também, para registo das opções tomadas.

Para tal foram definidas tanto em termos gráficos como na base-de-dados as seguintes opções de proposta de decisão:

- A manter;
- A retirar;

A análise das manchas que resultaram do processo anteriormente descrito foi feita, também com recurso a visitas no terreno para aferir as diversas situações que se apresentaram a ponderação.

Em todas as manchas foi verificada a presença de rede de transportes públicos; Rede elétrica; Rede de abastecimento de água; Rede de saneamento; Rede de telecomunicações (dada a proliferação de redes móveis entendeu-se que este não será um fator decisivo);

Foi ainda desenvolvida, a observação da proximidade a atividades económicas e equipamentos, assim como a contiguidade com a RAN, REN e Solo Rural.

A apreciação da proposta de decisão foi, para os casos de manter em perímetro urbano justificada tanto pela presença de edificações e infraestruturas como pela necessidade de manutenção da coerência dos aglomerados. Nos casos de manchas a retirar do espaço urbano devem-se à inexistência de edificações ou infraestruturas e à necessidade de contenção da fragmentação urbana.

Durante o processo de análise foi necessário estabelecer uma orientação para a decisão, assim optou-se por uma postura menos restritiva tendo em conta a prévia existência de infraestruturas e a maximização do investimento já executado. Por outro lado entendeu-se que os interiores de quarteirão deveriam ficar numa classe de espaço verde para evitar ocupações urbanas associadas a becos preexistentes sem condições adequadas tanto de circulação como de infraestruturação.

Com vista à contenção de perímetros foram, também, retirados de espaço urbano os troços de vias associados a áreas onde ainda não existem edificações.

Uma vez que o PDM em vigor foi desenhado à mão, apresenta diversas falhas, nomeadamente, de demarcação da profundidade da área urbana, pelo que se promoveu a correção dessas situações que, embora contribuam para o incremento da área urbana, não consubstanciam aumento das frentes urbanas.

A estrutura urbana do Município de Aveiro apresenta particularidades que a diferencia de grande parte do território Português, por um lado a presença da Ria e dos planos de água associados, por outro a forma urbana em mancha de óleo, de uma urbanização que se foi concretizando ao longo das vias, apresentam um desafio ao ordenamento que se procurou enfrentar, contudo, a necessidade de atribuir coerência a uma urbanização tão espraçada obriga à manutenção em área urbana de espaços essenciais a uma futura consolidação urbana que lhe venham a dar consistência.

Aos resultados obtidos foram sobrepostos os compromissos Municipais e as dinâmicas urbanísticas de forma a garantir que os novos perímetros urbanos não coloquem em causa situações já comprometidas e, por outro lado, perceber as áreas que estão a sofrer maior pressão urbanística e que, por essa razão, devem ser consideradas. Esta abordagem também foi desenvolvida ao nível da qualificação do solo.

Após esta sobreposição analisou-se a coerência das opções tomadas face ao contexto urbano alargado. Decorrente desta avaliação procedeu-se a ajustes necessários para garantir a coerência da proposta de ordenamento do solo Urbano tendo subjacente a concretização do modelo territorial e os objetivos da revisão do PDM.

5.3.2 MODELO TERRITORIAL

O modelo territorial subjacente a esta análise exaustiva às manchas de áreas não construídas em espaço urbano partiu da observação de diversos documentos, destacando-se, o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território em Aveiro (2015):

“Da análise do território, referenciada ao PDM, poder-se-á referir o enquadramento do Município num modelo rádio - concêntrico, baseado na influência do centro - a cidade - onde as principais funções urbanas se concentram, determinando um efeito polarizador decrescente nos territórios envolventes, face à redução da acessibilidade a esse mesmo centro, por força do carácter radial da rede viária.

(...) Em suma, partindo do modelo da estrutura/hierarquia urbana caracterizado pela dependência e importância centralizadora da cidade de Aveiro, dever-se-á pensar o papel e a função de cada aglomerado no desenvolvimento Municipal, valorizando os elementos distintivos de cada um como condição prévia e privilegiando a consolidação e densificação das polaridades urbanas existentes, visando o equilíbrio e a coesão territorial.”

Assim, para o espaço urbano, procura-se o estabelecimento de orientações que garantam a coesão dos diferentes territórios, que sejam unificadoras do tecido urbano e que concretizem a realidade da cidade de Aveiro como uma área urbana que se estende para além da cidade tradicional, que se continha na antiga EN109.

A cidade de Aveiro é já muito mais do que o núcleo central e histórico: transcendeu esta fronteira da antiga EN 109 e passou a ser limitada pela sua Via de Cintura Urbana, formada pela A25 (entre o nó do Estádio e o nó das Pirâmides) e pela A17 (entre o nó do Estádio e o nó das Quintãs / Póvoa do Valado).

Dessa Via de Cintura Urbana, claramente estruturante do território, irradiam as vias que são o garante do sistema urbano conexo do Município, das acessibilidades principais a todas as áreas urbanas que constituem o anel que rodeia o núcleo mais central e integram a cidade nova, nomeadamente, os aglomerados de Cacia, Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo e Aradas, onde grande parte da população habita e onde as vivências e as dinâmicas socioeconómicas e de mobilidade traduzem o carácter claramente urbano de uma cidade nova. São espaços que funcionam cada vez mais em conjunto e com vivências integradas, reforçando sinergias, e onde a densidade populacional é uma realidade indutora da otimização dos equipamentos e serviços existentes.

Neste contexto, o PDM procura promover, em toda esta área da nova cidade de Aveiro, consistência urbana e motivos adicionais de atração de população, firmando, cada vez mais, a elevação do nível de qualidade de vida.

Destaca-se, também, a necessidade de reforço dos espaços de atividades económicas, integrando-os em rede e associando-os aos polos de acessibilidades, dinamizando o tecido económico e criando novos motivos para a atração e sedimentação de população.

Quanto ao desenvolvimento económico, tendo em conta o atual contexto económico e pretendendo a promoção do desenvolvimento local com especial ênfase para os setores associados a um maior potencial competitivo, sejam eles setores já implantados ou sectores emergentes, alinhado com os desígnios nacionais, procurou-se reinterpretar a estratégia de localização das atividades económicas estabelecidas pelos PMOT em vigor, integrando estas áreas num modelo de desenvolvimento municipal global. Nesta perspetiva tem-se, por um lado, situações emergentes determinadas pela criação de novas empresas e núcleos de inovação e produção como o Parque de Ciência e Inovação, que carecem de integração no tecido urbano. Por outro, as zonas industriais tradicionais consolidadas que exigem um esforço de incorporação de usos complementares e de requalificação das condições de urbanidade e mobilidade, ligando-as física e virtualmente ao conhecimento e à cidade. Esta requalificação passará pelo redesenho destas zonas, dotando-as de espaços verdes, serviços de suporte e estruturas de mobilidade que privilegiem a ligação às unidades de IDI, aos espaços de lazer e recreio do Município, aos espaços de residência e ao centro da Cidade.

Nas povoações mais periféricas, que ficam na sua maioria a nascente da Via de Cintura Urbana da cidade de Aveiro, com exceção para a posição excêntrica de São Jacinto, procura-se o reforço das

qualidades endógenas, valorizando o seu potencial intrínseco, respondendo-se de forma adequada à escala urbana existente e às funções relevantes que prestam ao território Municipal, assim como às necessidades identificadas.

No espaço rústico verifica-se a necessidade de valorização das áreas agrícolas, da área integrada na Região Vinícola da Bairrada, da floresta e das suas componentes ambientais, na continuidade e em funções complementares da Cidade dos Canais, reforçando os corredores ecológicos numa perspetiva de preservação das características biofísicas ou culturais, de usufruto da população, sendo disso expressão relevante, todas as frentes ribeirinhas da Ria de Aveiro, com a zona do Baixo Vouga Lagunar entre Cacia e Eixo, até à Pateira, em Requeixo e Carregal, uma zona húmida integrada na classificação RAMSAR.

Assim o ordenamento do solo rústico, potenciador da conectividade ecológica, considera a disponibilização de espaços de qualidade, quer para as atividades ligadas à agricultura, quer para as que estão associadas à floresta.

5.4 QUALIFICAÇÃO DO SOLO

De acordo com o artigo 74º do Decreto-lei n.º 80/2015, 14 Maio:

“1- A qualificação do solo define, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento, por referência às potencialidades de desenvolvimento do território, fixando os respetivos usos dominantes e, quando admissível, a edificabilidade.

2 - A qualificação do solo urbano processa-se através da integração em categorias que conferem a suscetibilidade de urbanização ou de edificação.”

5.4.1 SOLO URBANO

A definição de usos do solo é estabelecida através do Decreto Regulamentar 15/2015 de 19 de Agosto que prevê os critérios de definição dos usos dominantes, bem como das categorias relativas ao solo urbano e rústico.

De acordo com o artigo 7º:

“1 — A classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais.

2 — O solo urbano compreende:

a) O solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação;

b) Os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.”

O Artigo 25º define as Categorias que estão presentes em solo urbano:

1 — A qualificação do solo urbano realiza-se através da delimitação das seguintes categorias:

*a) **Espaços centrais**, correspondendo a áreas urbanas de usos mistos que integram funções habitacionais e uma concentração diversificada de atividades terciárias, desempenhando, pelas suas características, funções de centralidade;*

*b) **Espaços habitacionais**, correspondendo a áreas que se destinam preferencialmente ao uso habitacional, podendo acolher outras utilizações compatíveis com o uso habitacional;*

c) **Espaços de atividades económicas**, correspondendo a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, nomeadamente atividades industriais, de armazenagem e logística, comércio e serviços;

d) **Espaços verdes**, correspondendo a áreas com funções de equilíbrio ambiental, de valorização paisagística e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal;

e) **Espaços urbanos de baixa densidade**, correspondendo a áreas periurbanas, parcialmente urbanizadas e edificadas, apresentando fragmentação e características híbridas de uma ocupação de caráter urbano-rural, com a permanência de usos agrícolas entrecruzados com usos urbanos e existência de equipamentos e infraestruturas, às quais o plano territorial atribui funções urbanas prevaletentes e que são objeto de um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento urbano numa ótica de sustentabilidade e flexibilidade de utilização, bem como a sua infraestruturização com recurso a soluções apropriadas.

f) **Espaços de uso especial**, correspondentes a áreas destinadas a:

i) **Espaços de equipamentos**;

ii) **Espaços de infraestruturas estruturantes e ambientais**;

iii) **Espaços turísticos**.

2 — Os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal estabelecem, para cada categoria ou subcategoria de solo urbano, a devida regulamentação em termos de:

a) Compatibilização, complementaridade e integração de usos;

b) Edificabilidade e morfotipologia;

c) Dotação de espaços públicos, espaços exteriores de utilização coletiva, espaços verdes, infraestruturas urbanas e equipamentos de utilização coletiva.

3 — Os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal podem proceder à desagregação das categorias de uso do solo em subcategorias adequadas à estratégia de desenvolvimento local e ao modelo de organização espacial do território municipal.

Tipologias de ocupação no solo urbano

No ordenamento no solo urbano e tendo em conta o estabelecido pelo artigo 25º do D.R. 15/2005, definiram-se várias tipologias de ocupação, nomeadamente:

| | |
|----------------------------------|--|
| Espaços Centrais | Espaço Central Tipo 1 Espaço Central Tipo 2 Espaço Central Tipo 3 |
| Espaços Habitacionais | Espaço Habitacional Tipo 1 Espaço Habitacional Tipo 2 Espaço Habitacional Tipo 3 |
| Espaços de Atividades Económicas | |
| Espaços de Uso Especial | Espaço de Equipamentos Espaços de Infraestruturas Estruturantes e Ambientais |
| Espaços Verdes | Espaço Verde Urbano Espaço Verde Complementar Espaço Verde de Acompanhamento Canais Urbanos |

5.4.1.1 ESPAÇOS CENTRAIS

Conforme estabelecido na alínea a) do artigo 25º do D.R. 15/2005, Os espaços Centrais são “*áreas urbanas de usos mistos que integram funções habitacionais e uma concentração diversificada de atividades terciárias, desempenhando, pelas suas características, funções de centralidade;*”

Pela diversidade de funções que está inerente a esta tipologia entendeu-se que os Espaços Centrais deveriam, sobretudo, identificar-se com os espaços da cidade tradicional, até à Ex EN 109 e também com a área mais central de Esgueira. Não se definiram centralidades nas restantes freguesias, uma vez que elas acontecem de forma natural não apresentando uma concentração de atividades ou mesmo limites claros que o justifiquem.

Espaço Central Tipo 1

Coincide com a Área de Reabilitação Urbana, estendendo-se em alguns casos a zonas contíguas a esta. Nesta área, para além de se privilegiar a mistura de funções procura-se uma atenção especial ao património e enquadramento urbano das novas intervenções.

Espaço Central Tipo 2

Propõe-se a criação de uma tipologia de área central, aqui designada de central tipo 2, que se destina a implementar um modelo flexível de urbanização, mais adaptado ao cadastro e que visa facilitar a mobilização de algumas áreas de maior dimensão, que se encontram expectantes no centro urbano. Nestes espaços pretende-se uma coabitação de funções, que nem sempre se adaptam bem em termos morfológicos e funcionais, ao desenho urbano da cidade tradicional de quarteirões. Estes serão espaços de importância elevada para a garantia da conectividade ao nível da estrutura ecológica e para a interação da população residente com a mesma. Para tal a construção deverá concentrar-se em blocos com cêrcea idêntica e libertar, ao máximo o solo, evitando-se uma excessiva impermeabilização deste. Nestas áreas as funções de circulação viária são otimizadas de forma a que exista um mínimo de consumo de solo para esse fim.

Espaço Central Tipo 3

Corresponde a uma área da Cidade, adjacente ao Canal e Lago da Fonte Nova, delimitada pelo Plano de Pormenor do Centro, o qual regulamenta as operações urbanísticas de transformação e requalificação urbana e a ocupação do espaço público.

5.4.1.2 ESPAÇOS HABITACIONAIS

Conforme estabelecido na alínea b) do artigo 25º do D.R. 15/2005, os espaços habitacionais são “*áreas que se destinam preferencialmente ao uso habitacional, podendo acolher outras utilizações compatíveis com o uso habitacional;*”

As áreas habitacionais localizam-se, essencialmente nas zonas adjacentes ao núcleo central da cidade. Nestas zonas, para além da função habitacional inerente, deverá ser favorecida uma mistura de funções adequada ao reforço da vivência urbana.

Em termos de ordenamento considerou-se que as áreas que se destinam essencialmente a habitação e que não estão incluídas nos Espaços Centrais deveriam integrar esta categoria. A categoria associada aos espaços habitacionais varia conforme o número de pisos e a tipologia de ocupação

Espaço Habitacional Tipo 1

Caraterizam-se pela sua centralidade e maior concentração edificada, considerando-se a possibilidade de construção de edifícios multifamiliares até 6 pisos. Nestes espaços, os usos preferenciais são os habitacionais, de tipologia multifamiliar, e os de comércio e serviços, podendo vir a admitir-se ainda outros usos complementares e compatíveis.

Espaço Habitacional Tipo 2

O Espaço Habitacional Tipo 2 corresponde a urbanizações ou operações urbanísticas resultantes da expansão e transformação do solo urbano, caracterizadas por estruturas morfológicas mais densas que polarizam uma maior concentração de funções e onde predomina o uso habitacional. Nesta tipologia considera-se a possibilidade de construção de edifícios multifamiliares até 4 pisos e o uso preferencial é o habitacional.

Espaço Habitacional Tipo 3

Predominam as habitações unifamiliares isoladas, geminadas ou em banda, sendo admissível a construção de habitação bifamiliar e a instalação de outros usos e atividades, desde que não criem condições de incompatibilidade. Nesta tipologia considera-se a possibilidade de construção de edifícios unifamiliares até 2 pisos.

5.4.1.3 ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

A aposta na dinamização do tecido empresarial está espelhada no peso relativo que estas atividades têm previsto na distribuição do solo urbano. Os espaços destinados a atividades económicas foram repensadas, tendo-se eliminado alguns núcleos mais periféricos e procurado concentrar nas áreas que apresentam maior potencial para acolher este tipo de atividades.

Destinam-se, preferencialmente, à localização de edifícios de uso industrial, de armazenagem e de logística admitindo-se outras atividades que potenciem a diversidade e complementaridade das atividades produtivas e de consumo.

5.4.1.4 ESPAÇOS DE USO ESPECIAL

Espaço de Equipamento

Destina-se à localização de equipamentos que promovam a qualidade de vida e assegurem a otimização do acesso à cultura, à educação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer.

Em termos de ordenamento promoveu-se uma reestruturação dos espaços destinados a equipamentos, não tendo deixado de ser uma referência, mas procurando-se uma maior aproximação à realidade e às necessidades, prescindindo de áreas que, ainda, aguardavam propósito.

Espaço de Infraestruturas Estruturantes e Ambientais

Integra áreas que, pela sua abrangência, relevância e especificidade, são estruturantes do funcionamento do sistema urbano municipal e supramunicipal, designadamente, a Área Portuária do

Porto de Aveiro, a Plataforma Intermodal de Cacia, a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) e infraestruturas associadas às redes de saneamento e gás.

5.4.1.5 ESPAÇOS VERDES

Pelas funções de equilíbrio ambiental e de valorização paisagística que as áreas verdes urbanas representam, procurou-se estabelecer e reforçar a sua conectividade em termos de estrutura ecológica, pelo que se privilegia, sempre que possível, a sua continuidade e articulação.

Estes espaços abrangem, ainda, áreas de interior de quarteirão (logradouros), com vista à preservação das atividades complementares ao uso habitacional (as hortas e os jardins), fundamentais, também, para a estrutura e conectividade ecológica.

Espaço Verde Urbano

Corresponde a áreas verdes (públicas ou privadas) com carácter estruturante no solo urbano e que cumprem uma função relevante no equilíbrio do meio urbano onde se privilegia o recreio, convívio e encontro.

Integram o Espaço Verde Urbano, nomeadamente, jardins públicos, pequenas manchas de mata ou bosquetes com interesse ecológico-paisagístico, bem como alguns eixos arborizados em espaço público e hortas urbanas.

Espaço Verde Complementar

Integra áreas de interior de quarteirão, onde se admitem atividades lúdicas, de recreio e lazer, e onde as práticas agrícolas, para além de contribuírem para o equilíbrio ambiental do espaço urbano, constituem um suporte económico fundamental para o tecido social do concelho.

Espaço Verde De Acompanhamento

Corresponde, na generalidade, às Zonas de servidão non aedificandi rodoviária e ferroviária, cuja função fundamental é a proteção física, visual e sonora aos diferentes usos que marginam estes corredores.

Integra ainda algumas áreas, que pelas suas características físicas ou topográficas não apresentam vocação para a edificação, e que assumem importantes funções de enquadramento de vias panorâmicas ou de enquadramento paisagístico de áreas urbanas.

Canais Urbanos

Integra os planos de água existentes no tecido urbano da cidade e os seus eventuais prolongamentos, designadamente, o Canal das Pirâmides, o Canal de S. Roque, o Canal da Praça do Peixe, o Canal do Paraíso, o Canal dos Moliceiros, o Esteiro do Matadouro, o Canal Central, o Canal do Côjo e o Canal e Lago da Fonte Nova. Constituem espaços de valorização dos recursos hídricos, de continuidade ecológica e ainda de defesa do património cultural da Ria de Aveiro, pela possibilidade de permanência e navegação das embarcações tradicionais, nomeadamente, moliceiros, mercantéis, salineiros e bateiras.

A presença de um complexo sistema de eclusa e ecomportas gerido e monitorizado em permanência, bloqueia a propagação do efeito das marés nos canais urbanos, permitindo não só a navegabilidade como a prevenção de inundações e a manutenção da qualidade dos planos de água como elementos paisagísticos.

5.4.1.6 PERÍMETRO URBANO

Após o processo de planeamento é importante observar o resultado no território de uma forma global. Assim, para um melhor entendimento das propostas de ordenamento urbano fez-se um estudo comparativo do perímetro urbano em vigor e das principais funções afetas ao mesmo, relativamente ao perímetro resultante da revisão do PDM.

No quadro seguinte pode verificar-se que, com a revisão do PDM, houve uma diminuição ligeira face ao solo urbano dos PMOTs em Vigor. Esta situação deveu-se a um esforço consistente face às orientações do RJGT e à necessidade de verificar, realmente, qual o potencial de cada espaço.

Assim, no que respeita aos espaços de atividades económicas houve uma preocupação de concentração nas áreas que oferecem maiores vantagens competitivas e que estão melhor servidas em termos de acessibilidades, mantendo-se, no global, a mesma área de oferta com cerca de 9km².

Quanto aos espaços destinados a equipamentos procedeu-se a uma diminuição significativa de áreas, fruto de uma racionalização do espaço, procurando dar resposta a necessidades reais e integradas na estratégia de desenvolvimento Municipal.

Já no que respeita aos espaços verdes houve um ganho significativo, com cerca de 4,39km² sendo que na contabilização do solo urbano dos PMOT em vigor estes espaços não estavam integrados no solo urbanizado uma vez encontrando-se em estrutura ecológica tinham uma categoria de solo à parte. De referir, ainda, que na revisão do PDM, face às novas orientações, grande parte do que era a antiga estrutura ecológica do PUCA integra, agora, solo rústico.

| SOLO URBANO | Área PMOT (KM ²) | Proposta Revisão PDM (KM ²) |
|--|------------------------------|---|
| | out. 2015 | |
| Área habitacional e de usos mistos | 35,02 | 32,04 |
| Espaços Verdes | 0 | 4,39 |
| Área industrial / Espaços de atividades económicas | 9,02 | 9,13 |
| Espaços de equipamento | 7,06 | 3,29 |
| Total SOLO URBANO | 51,1 | 50,05 |

5.4.2 SOLO RÚSTICO

Estabelecida a classificação do solo municipal e assente o Solo Rústico, de acordo com o Artigo 71.º do Decreto-Lei n.º80/2015 de 14 de maio, como aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por

infraestruturas, acrescido também daquele que não seja classificado como urbano, procedeu-se à sua qualificação em categorias e subcategorias.

Com a orientação dos critérios de base instituídos no quadro legal, estabeleceram-se alguns princípios gerais que conduziram à classificação final do Solo Rústico:

- Compatibilidade com as opções dos programas e planos setoriais e especiais com incidência no território municipal;
- Compatibilidade com os regimes jurídicos de proteção, conservação e valorização dos recursos naturais, promovendo a biodiversidade;
- Salvaguarda da função produtiva agrícola pela preservação de solos da RAN;
- Proteção e valorização das áreas de maior sensibilidade ecológica, através da manutenção em rede dos corredores ecológicos;
- Valorização de unidades de paisagem, com fator identitário territorial;
- Proteção das áreas afetadas a riscos para a ocupação humana, nomeadamente os relacionados com cheias e inundação e perigosidade de incêndio florestal;
- Aproveitamento multifuncional destes espaços com acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, garantindo a sustentabilidade ambiental e paisagística.

A qualificação do Solo Rústico processa-se com base nas categorias seguintes, concorrendo para a sua definição os critérios relativos aos usos dominantes, estabelecidos através do Decreto Regulamentar 15/2015 de 19 de Agosto:

- a) **Espaços agrícolas** - O uso dominante destes espaços é o que decorre das potencialidades e das limitações para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias, com base no aproveitamento do solo e dos demais recursos e das condições biofísicas que garantem a sua fertilidade, e nos quais se deve promover a compatibilização do aproveitamento agrícola e pecuário com as outras funções que o solo desempenha no suporte aos processos biofísicos vitais para a conservação da natureza e da biodiversidade.
- b) **Espaços florestais** - O uso dominante dos espaços florestais é o que decorre das potencialidades para o desenvolvimento florestal, com base no mais adequado aproveitamento do solo vivo e dos demais recursos e das condições biofísicas que garantem a sua fertilidade, cujo regime de uso aplicável a estes espaços deve promover a estabilidade do uso florestal, garantindo a perenidade das atividades florestais a longo prazo, a adequada infraestruturação do território e a valorização e defesa dos recursos, salvaguardando a compatibilização do aproveitamento florestal com as outras funções que o solo vivo, em articulação com o ciclo hidrológico terrestre e o clima, desempenha no suporte a processos biofísicos vitais para o desenvolvimento de atividades humanas e para a conservação da natureza e da biodiversidade.
- c) **Espaços naturais e paisagísticos** – Correspondem a áreas com maior valor natural e a zonas sujeitas a regimes de salvaguarda mais exigentes, como tal identificadas nos programas das áreas protegidas ou no programa sectorial da Rede Natura 2000, bem como as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico, desde que em qualquer dos casos o seu uso dominante não seja agrícola, florestal ou de exploração de recursos geológicos. Devem também ser qualificadas como espaços naturais as zonas húmidas e as áreas naturais descobertas ou com vegetação esparsa, incluindo praias, arribas, dunas ou afloramentos rochosos.

Tipologias de ocupação no solo rústico

Assim a qualificação do Solo Rústico no território municipal processa-se com base nas seguintes categorias e subcategorias:

| Categorias funcionais | Subcategorias |
|---|---|
| Espaços Agrícolas | Espaço Agrícola de Produção Outros Espaços Agrícolas |
| Espaços Florestais | Espaço Florestal de Produção Espaço Florestal de Proteção |
| Espaços Naturais | |
| Espaços de Equipamentos, Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações | Espaço da Defesa Nacional Espaço de Ocupação Turística e Cultural Espaço do Posto Náutico Espaço de Infraestruturas Ambientais Espaço de Infraestruturas Territoriais |
| Aglomerados Rurais | |

A distribuição territorial destes espaços mostra a predominância do Espaço Natural – Ria de Aveiro e Pateira de Fermentelos/Requeixo. Destaca-se, ainda, pela sensibilidade e carácter excecional o Espaço Florestal da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.

As elevadas capacidades de uso e aptidão agrícola dos solos, associadas às condições edafo-climáticas, determinam a grande expressão territorial dos Espaços Agrícolas, onde o perímetro dos Aproveitamentos Hidroagrícolas do Vouga prevalece na área nascente do concelho.

A sudeste verifica-se a densificação da ocupação florestal, que se encontra traduzida, apenas em parte, nos Espaços Florestais, dado que, por força dos regimes jurídicos aplicáveis, existem áreas arborizadas que não podem ser qualificadas nesta categoria.

Entendeu-se ainda valorizar as componentes do sistema hídrico e ecológico através da evidênciação da continuidade dos corredores das principais linhas de água, classificadas como REN, às quais se associaram as respetivas margens, quer ocorram no Solo Rústico quer no Solo Urbano.

5.4.2.1 ESPAÇOS AGRÍCOLAS

Espaço Agrícola de Produção

Corresponde a solos com elevada capacidade de uso e aptidão agrícola, integrados predominantemente na Reserva Agrícola Nacional (RAN), incluindo os perímetros do Aproveitamento Hidroagrícola do Vouga, dos Regadios de Eirol e Requeixo e do Emparcelamento Rural, identificados pela tutela, nos quais se visa o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias com base no aproveitamento do solo e dos demais recursos e das condições biofísicas que garantem a sua fertilidade.

As ações e operações neste espaço devem concorrer para a salvaguarda das práticas agrícolas e das unidades de paisagem presentes, através da promoção da manutenção do mosaico de biótopos atualmente existente, fomentando a variedade de sistemas culturais praticados e identidade das áreas de Bocage.

Outros Espaços Agrícolas

Integra solos com uso dominante agrícola, não incluídos na Reserva Agrícola Nacional (RAN), que pelas suas características intrínsecas ou atividades desenvolvidas pelo homem, se adequam ao desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, bem como ao desenvolvimento de atividades complementares e de apoio.

5.4.2.2 ESPAÇOS FLORESTAIS

Espaço Florestal De Proteção

É constituído por áreas com usos ou vocação florestal sensíveis, de elevado valor ambiental, que contribuem para a manutenção da diversidade biológica dos habitats, das espécies de flora e da fauna e que exercem funções de proteção prioritária da rede hidrográfica, de recuperação de solos degradados, dos terrenos agrícolas, das infraestruturas, de enquadramento de aglomerados urbanos e paisagens e integram, predominantemente, as áreas sujeitas a Regime Florestal Total, a maioria das áreas com ocupação florestal incluída em ZPE da Ria de Aveiro e outras áreas de acompanhamento do sistema hídrico, algumas tipologias de REN, bem como outras áreas florestais de carácter cultural, de investigação e desenvolvimento técnico e científico.

Espaço Florestal De Produção

Engloba as áreas com vocação dominante para a floresta, áreas de aproveitamento silvícola atual, incultos e pequenas áreas de uso agrícola sem condicionantes particulares de intensificação cultural e outras que garantam a proteção do solo e das características ambientais e da paisagem.

5.4.2.3 ESPAÇOS NATURAIS

Integram áreas caracterizadas pelo seu elevado valor e sensibilidade ambiental e que estão incluídas nas tipologias de REN – os leitos e margens das águas de transição e dos cursos de água e as áreas ameaçadas pelas cheias, todas abrangidas pela Zona de Proteção Especial Ria de Aveiro e Sítio Ria de Aveiro.

Devem assegurar a salvaguarda das características fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade e dos valores paisagísticos.

Admitem-se, de forma condicionada, parques e espaços verdes ou outras áreas com funções de equilíbrio ecológico que apoiem e promovam o desenvolvimento de atividades de recreio, lazer, desporto e cultura, centros de interpretação da paisagem e da natureza ou outros de carácter lúdico-educacional ou de investigação similares, instalações de apoio às atividades de aquicultura, salicultura ou outras atividades económicas ligadas à Ria, cais de acostagem, marinas de recreio e outras estruturas de apoio a atividades náuticas e ainda empreendimentos de turismo no Espaço Rural, empreendimentos de turismo de habitação e Parques de Campismo de natureza.

5.4.2.4 ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES

Espaço da Defesa Nacional

Este Espaço corresponde à área dos prédios militares PM12 e PM 41 referentes às instalações militares de S. Jacinto.

As ocupações neste Espaço, sejam edificadas ou não, destinam-se a fins militares e utilizações associadas aos interesses da Defesa Nacional e são suscetíveis de virem a dispor das necessárias infraestruturas para apoio aos fins correspondentes.

Espaço de Ocupação turística e cultural

Corresponde à zona circunscrita pelo Canal Principal, Canal das Pirâmides, A25 e pela Área do Porto de Aveiro, que pelas suas características, localização e envolvente natural e paisagística, apresenta elevado potencial e vocação turística. As intervenções neste Espaço deverão ter como objetivos a reconversão, requalificação e valorização ambiental, privilegiando-se as intervenções no espaço público e a promoção de programas e infraestruturas estruturantes, ligadas ao lazer e às atividades náuticas, apoiadas em acessibilidades simples e ancoradas em equipamentos de educação, inovação e investigação ambiental e equipamentos e empreendimentos de carácter estratégico parametrizadas por uma utilização regrada e condicionada face à grande sensibilidade ambiental.

Espaço do Posto Náutico

Este Espaço corresponde a uma área próxima do rio Vouga, que pelas suas características, localização e envolvente natural e paisagística, apresenta elevado potencial para a prática de desportos náuticos.

As intervenções neste espaço devem ter como objetivos a requalificação e valorização ambiental, privilegiando-se as intervenções ligadas às atividades náuticas e ao lazer, apoiadas em acessibilidades simples e parametrizadas por uma utilização regrada e condicionada face à grande sensibilidade ambiental.

Este é um espaço que deverá colher infraestruturas e equipamentos de apoio à náutica desportiva de formação e competição.

Espaço de Infraestruturas Ambientais

Este Espaço corresponde à área ocupada pelas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) existentes e que é abrangida por REN.

Estas áreas destinam-se a infraestruturas ou outras estruturas ou ocupações necessárias e/ou complementares ao seu funcionamento ou à sua reconversão ou qualificação, assegurando sempre a salvaguarda dos valores ambientais em presença.

Espaço de Infraestruturas Territoriais

Este Espaço integra as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, localizadas em solo rústico, e áreas correspondentes às respetivas zonas de servidão, definidas na Planta de Condicionantes, que coincidem, na generalidade, com a delimitação dos Espaços Canais.

Pelas suas características físicas ou topográficas, não apresentam vocação para a edificação pelo que devem garantir o enquadramento paisagístico com as áreas envolventes, servindo de proteção física, visual e sonora aos diferentes usos que marginam estes corredores.

5.4.2.5 AGLOMERADOS RURAIS

Integra áreas edificadas com utilização predominantemente habitacional e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, que apesar da sua infraestruturização e de serviços de proximidade, não reúnem todas as características de núcleos urbanos, por se constituírem de forma dispersa num contexto ainda predominantemente afeto a funções agrícolas e florestais.

A ocupação, através da localização de edifícios isolados, visa a qualificação dos espaços e consolidação dos mesmos como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural e a sua infraestruturação com recurso a soluções apropriadas às suas características.

5.4.3 UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial o PDM define unidades operativas de planeamento e Gestão (UOPG). As UOPG demarcam espaços de intervenção onde se pretende desenvolver e concretizar as propostas de organização espacial e definir com maior detalhe a sua ocupação. Foram, assim, delimitadas duas UOPGs que se encontram em solo Rústico ainda não infraestruturado:

UOPG1 – Parque Desportivo de Aveiro

Esta UOPG, situada junto ao Estádio Municipal, tem como objetivos:

- Dotar a cidade de Aveiro de uma área destinada ao desporto e ao lazer, de âmbito local, regional e mesmo nacional, proporcionando a localização de equipamentos diversificados, mas complementares, destinados quer ao desporto de competição, quer ao desporto de manutenção, complementados com áreas de lazer e habitacionais, comércio e serviços;
- Criar condições para a localização de equipamentos desportivos destinados a modalidades com grande projeção nacional, mas com carência de infraestruturas, como sejam, o futebol e o hipismo;
- Criar condições para a implantação de equipamentos desportivos atualmente inexistentes na região, com grandes potencialidades de fixação e de desenvolvimento, nomeadamente o golfe;
- Localizar equipamentos "âncora", fundamentais numa perspetiva de desenvolvimento e reforço turístico da região;
- Recuperar zonas ambientalmente degradadas;
- Prever para o Plano a localização de estabelecimentos hoteleiros e de zonas habitacionais;
- Recuperar as edificações da Quinta da Condessa;
- Reordenar, requalificar e consolidar o tecido urbano existente;
- Criar áreas públicas de lazer;
- Promover uma boa relação espacial peão/automóvel;
- Implementar uma rede de vias cicláveis em toda a área do Plano.

Com o intuito de alcançar estes objetivos foram definidos, para esta UOPG, como indicadores e parâmetros de referência os seguintes:

- Espaços destinados a habitação unifamiliar: índice máximo de ocupação do solo (I_o) = 30%; índice máximo de utilização do solo (I_u) = 60%;
- Espaços destinados a habitação multifamiliar: índice máximo de ocupação do solo (I_o) = 25%; índice máximo de utilização do solo (I_u) = 150%;
- Espaços destinados a habitação multifamiliar de baixa densidade: índice máximo de ocupação do solo (I_o) = 30%; índice máximo de utilização do solo (I_u) = 120%;
- Espaços de atividades económicas: índice máximo de ocupação do solo (I_o) = 40%; índice máximo de utilização do solo (I_u) = 150%;
- Espaços verdes: o índice máximo de ocupação do solo com construções é de I_o = 1%;

- Espaços destinados a Equipamentos desportivos: o índice máximo de ocupação do solo com construções de apoio é de $I_o = 50\%$;
- Espaços destinados a Estabelecimentos Hoteleiros: índice máximo de ocupação do solo (I_o) = 25%; índice máximo de utilização do solo (I_u) = 150%.

UOPG2 – Ampliação da Área de Atividades Económicas Aveiro Sul

Esta UOPG situa-se a Sul do Município e pressupõe a ampliação da área de atividades económicas existente e que está praticamente completa. O ordenamento da UOPG2 segue os seguintes objetivos programáticos:

- Implementar uma área qualificada para instalação de atividades económicas;
- Promover uma ocupação estruturada que garanta a instalação e/ou realocação de atividades económicas, suas funções complementares e respetivas infraestruturas adequadas às necessidades previstas;
- Estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo;
- Estabelecer uma rede viária estruturada, com os necessários acessos visando um sistema de circulação adequado, assim como contemplar as necessidades de estacionamento.
- Assegurar a proteção e integração paisagística de toda a unidade e de cada parcela;
- Programar a sua implementação de forma gradual e faseada.

Para esta UOPG foram delineados os seguintes indicadores e parâmetros de referência:

- Índice máximo de ocupação do solo (I_o) = 80% da área total do lote ou parcela;
- As edificações podem ser isoladas, geminadas ou em banda, desde que seja garantido o adequado acesso pedonal e viário ao tardo de cada unidade, nomeadamente, de veículos pesados, de socorro e emergência;
- O afastamento mínimo dos edifícios à frente do lote ou parcela será de 15 metros, sem embargo do disposto no artigo 69.º e desde que não contrarie o estipulado na legislação aplicável;
- O afastamento mínimo das edificações ao limite posterior do lote ou parcela é de 10 metros;
- O afastamento mínimo das edificações aos limites laterais do lote ou parcela é de 6 metros;
- Deverá garantir-se uma arborização adequada à integração ambiental e paisagística face à sensibilidade da envolvente.

Como medidas supletivas, para ambas as UOPGs, e até à entrada em vigor dos Planos de Pormenor previstos, as intervenções não poderão comprometer os objetivos que lhe estão associados e o solo manterá o seu estatuto rústico, conforme a categoria de espaço estabelecida pela Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo.

5.5 PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Com a entrada em vigor da revisão do PDM é implementada uma reestruturação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de Aveiro, sendo revogados os seguintes IGTs:

- Plano Diretor Municipal de Aveiro, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/1995 de 11 de dezembro, pela Declaração n.º 309/1999, de 28 de setembro, pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2001 de 28 de maio, e Declaração n.º 187/2002 de 18 de junho, e Declaração n.º 339/2002 de 12 de novembro, e pela Declaração n.º 48/2007 de 21 de fevereiro, e pelo Edital n.º 154/2008 de 18 de fevereiro, e pelo Aviso n.º 6396/2017 de 6 de junho, e pelo Aviso n.º 1357/2018 de 29 de janeiro;
- Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, aprovado pelo Edital n.º 641/2009, de 2 de julho, alterado pela Deliberação n.º 161/2011 em 14 de janeiro, e pela correção material, Aviso n.º 8559/2012 de 25 de junho, e pela Alteração por Adaptação, Aviso n.º 13545/2017, em 14 de novembro;
- Plano de Urbanização do Programa Polis na Cidade de Aveiro, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2005, de 17 de março.
- Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2004, de 30 de julho;
- Plano de Pormenor dos Rasos, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2007, de 1 de outubro;

Através da análise feita pelo Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT 2015) verifica-se que os Planos de Pormenor acima referenciados tiveram uma quase nula concretização, ou a mesma centrou-se, essencialmente no espaço público, pelo que não se justifica a manutenção destes Instrumentos de Gestão Territorial.

Em termos de dinâmica urbanística analisou-se a entrada de novos processos desde que o PUPPolis entrou em vigor. De 2005 a 2014 destacaram-se como os anos de maior dinâmica os de 2006 e 2007. De 2008 em diante o número de processos reduziu substancialmente e, neste caso, para além da questão conjuntural soma-se a dificuldade de implementação suscitada pelas regras definidas em regulamento, para as intervenções por parte dos particulares. Este plano acabou por ser, essencialmente, um instrumento de concretização de espaço público. O quadro que se apresenta identifica intenções de intervenção, e, portanto procura e pressão urbanística, contudo, face às vicissitudes regulamentares, muitas não tiveram sequência.

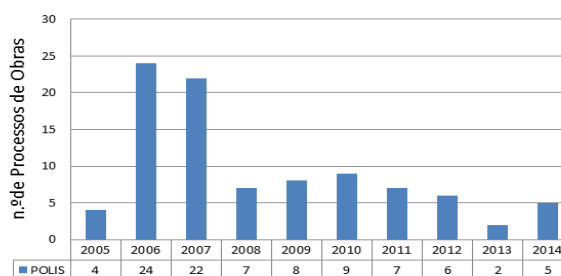


gráfico 1 - Nº de processos novos na área do PU Polis

No âmbito da análise da procura urbanística na área do PP da Baixa de Santo António contabilizaram-se os novos processos desde a respetiva entrada em vigor. Pela observação do gráfico verifica-se que ao longo dos anos não se registou dinâmica havendo uma maior procura em 2014, mantendo-se, no

entanto, muito baixa. As dificuldades de articulação da proposta com o cadastro revelaram-se cruciais e muitos destes processos não chegaram a ser concretizados.

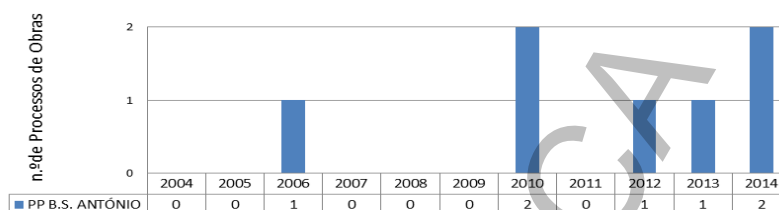


gráfico 2 - N.º de Processos novos na área do PP da Baixa de Santo António

O PP de Rasos é um plano de reduzida dimensão que, na prática, enquadra duas operações de loteamento de iniciativa privada. As intervenções públicas previstas eram, exclusivamente, de obras de urbanização, as quais foram executadas. As operações de loteamento foram concretizadas, pelo que posteriormente não houve entrada de mais processos novos na área de intervenção.

Mantêm-se, portanto, em vigor:

- O Plano de Pormenor do Centro - pela sua localização geográfica privilegiada é um dos Instrumentos de Gestão Territorial cuja implementação tem tido maior visibilidade na cidade de Aveiro. Ao longo dos anos, por diversas circunstâncias, esta área da cidade, contígua ao centro urbano tradicional, foi sendo, sucessivamente, deixada à margem do crescimento urbano. Neste contexto a elaboração do PP do Centro foi uma das alavancas para a consolidação e valorização desta área e continua a desempenhar o papel para o qual foi desenvolvido.
- O Plano de Pormenor parte da Zona Industrial de Cacia - a elaboração deste Plano foi assumida como uma necessidade estruturante por parte do Município, uma vez que a elaboração deste instrumento de gestão territorial constituía condição essencial para disciplinar o uso da área delimitada e definição da ocupação urbanística a sofrer transformação, de modo a formalizar o enquadramento legal de uma previsível operação urbanística essencial à ampliação da unidade industrial já existente na sua envolvente imediata.

5.6 ESTRUTURA ECOLÓGICA

Ao definir o modelo de organização territorial do município, o PDM determina os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis a as ações propostas, que sejam necessários à proteção dos valores e recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais constituintes da Estrutura Ecológica.

A Estrutura Ecológica (EE) identifica áreas com valor natural que devem ser preservadas e requalificadas de forma a garantir conectividade entre os vários ecossistemas da malha urbana e do espaço rural e estabelece-se em coerência com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), que consiste num conjunto de áreas de mais-valia ambiental e de corredores ecológicos, tidas como o garante de uma rede de conectividade entre os ecossistemas, contribuindo para uma maior recuperação dos habitats e das espécies face às alterações climáticas, possibilitando as adaptações necessárias aos sistemas biológicos para que mantenham as suas funções.

Nas áreas de mais-valia ambiental distinguem-se as áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e outras derivadas de convenções internacionais (Zonas Húmidas-RAMSAR).

Os corredores ecológicos estruturantes, que assentam nas principais linhas de água e o corredor ecológico secundário, identificado pelo Plano de Ordenamento Florestal Centro Litoral, salvaguardam a ligação e os intercâmbios entre diferentes áreas nucleares de conservação, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes da biodiversidade.

Por forma a assegurar a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e lazer e o bem-estar das populações, através da definição dos parâmetros e das condições de ocupação e de utilização do solo, a EE integra os Espaços Verdes, os Espaços Naturais e as restantes subcategorias do Solo Rústico (Espaços Agrícolas e Espaços Florestais).

Em contexto urbano, assume-se como elemento de equilíbrio da área construída, através de parques, pequenos jardins, alinhamentos de árvores e todos os elementos verdes, onde se salienta também a relevância, como elemento identitário, dos **canais urbanos** - *“Esta longa rua aquática, duma encantadora perspetiva, é a principal artéria da vida da cidade”*. (LUIZ DE MAGALHÃES, A arte e a Natureza).

No Solo Rústico, está vertida uma diversidade de paisagens e espaços com características e valor ecológico relevante, a preservar como património ambiental e paisagístico : a Ria de Aveiro, rio Vouga - principal curso de água, considerado importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras, e Pateira de Requeixo/Fermentelos (integrada na classificação RMSAR), a Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto (localizada no cordão dunar litoral, apresenta grande riqueza florística e também faunística), o Baixo Vouga Lagunar, um agroecossistema resultado da apropriação humana da paisagem – o “Bocage”. É uma paisagem combinada de pequenas parcelas irregulares de terrenos de cultivo e prados, limitados por sebes vivas, compostas por linhas de arbustos e árvores (Salgueiros, Amieiros, Carvalhos, Sabugueiros) plantadas e geridas pelos agricultores, normalmente associadas a valas do sistema hidráulico e que, para além de desempenharem a função de delimitação da propriedade e fixação dos taludes das valas e caminhos, têm como funcionalidade a proteção do gado e das culturas contra os efeitos dos ventos dominantes nestas parcelas agrícolas e são o suporte de uma diferenciada comunidade ornitológica.

A Ria de Aveiro constitui um ecossistema estuarino de canais ramificados em esteiros que circundam inúmeras ilhas e ilhotas e caracteriza-se pela existência de uma grande variedade de biótopos – dunas, águas livres /plano de água, ilhas com vegetação, praias de vasa e lodos, sapais, matas ribeirinhas, campos agrícolas, com uma grande expressão territorial que importa valorizar cada vez mais as suas funções hidráulicas, biológicas e paisagísticas, numa perspetiva de uso múltiplo e sustentável.

5.7 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)

O regime jurídico da RAN está previsto no Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de Setembro, de acordo com o mesmo a RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. Constitui-se como uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do respetivo regime jurídico definidos no Artigo 4.º:

- a) Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- b) Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- c) Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- d) Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- e) Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- f) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- g) Adotar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso «solo».

A RAN que consta da Planta de Condicionantes é a proposta elaborada sobre a RAN “Bruta”, fornecida pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, já subtraída das exclusões que resultaram do processo de interação com a referida entidade, onde foram feitos pedidos de exclusão com vista à conformação do perímetro urbano e implementação do modelo territorial preconizado pela revisão do PDM.

5.8 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)

O Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, estabelece o Regime Jurídico da REN, de acordo com o mesmo a REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Constitui-se como uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Assim a REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos:

- a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;
- b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;
- c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

No âmbito do processo de Revisão do PDM foi solicitado que fosse elaborada uma nova delimitação da REN, face à atual legislação em vigor, para tal foi desenvolvido um procedimento de elaboração e exclusões de REN, conforme documento próprio que integra o presente Plano.

5.9 ZONAS SUJEITAS A REGIME DE SALVAGUARDAS

Conforme se pode verificar na memória descritiva da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Aveiro³ “As Áreas de Proteção do Litoral compreendem, segundo o Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, dez tipologias de sistemas de REN. Tendo por base as OENR, plasmadas na Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro e na recomendação técnica da CNT, foram delimitadas no município de Aveiro cinco dessas tipologias, nomeadamente:

- Faixa marítima de proteção costeira;
- Praias;
- Sapais;
- Dunas costeiras;
- Águas de transição e respetivos leitos, margens e faixas de proteção.

As restantes tipologias, não foram delimitadas uma vez que à luz dos critérios das OENR, não ocorrem no município de Aveiro”

A faixa marítima de proteção costeira é uma faixa ao longo de toda a costa marítima no sentido do oceano, correspondente à parte da zona nerítica com maior riqueza biológica, delimitada superiormente pela linha que limita o leito das águas do mar, ou pelo limite de jusante das águas de transição e inferiormente pela batimétrica dos 30 m (alínea a, Secção I, Anexo 1, do DL n.º 239/2012).

Para a definição desta faixa é necessário delimitar o limite superior da faixa marítima, limitado superiormente pela LMPAVE e inferiormente pela batimétrica dos 30 m.

Neste contexto e como referido no relatório do PROGRAMA DE ORLA COSTEIRA OVAR – MARINHA GRANDE, quanto ao sub-troço Torreira - molhe Norte (São Jacinto): “É um setor estável desde há várias décadas beneficiando da acumulação de sedimentos induzida pelo molhe e provenientes da erosão dos troços localizados a Norte. As variações de comportamento, a assinalar, localizam-se imediatamente a Sul da Torreira. Em termos médios, o troço experimentou uma acreção de cerca de +6 m/ano, entre 2006 e 2010, em particular, a partir da parte média do setor. No período de 1958 a 2010, o processo de acumulação deu-se de forma continuada, atingindo valores médios da ordem dos +4,2 m/ano.” Pelo que não se verifica pressão relevante quanto ao risco do litoral.

Considerando o enquadramento legal aplicável, entende-se que a proposta de delimitação das ZAC deverá compatibilizar-se com o PGRI, admitindo-se aferições decorrentes da escala fundamentadas pela aplicação das metodologias estabelecidas nas Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional (estabelece as diretrizes e os critérios para a delimitação da REN), publicada por Resolução do Conselho de Ministros nº 81/2012.

Da mesma forma, as Orientações Estratégicas para a delimitação da REN poderão também fundamentar outras alterações relativamente às delimitações das Zonas inundáveis constantes dos planos em vigor, assim como da REN em vigor e do PME, desde que devidamente justificadas. Terá de ser promovida a conformidade dos planos em vigor que abordam esta temática, dando desde já nota que com a entrada em vigor da revisão do PDM serão revogados o PUPPolis e o PUCA.

³ IDAD, Instituto do Ambiente e Desenvolvimento, novembro 2018, Memória Descritiva e Justificativa da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Aveiro

Relativamente às zonas ameaçadas por cheias (ZAC), no âmbito da delimitação da REN, foi desenvolvido um trabalho exaustivo pelo IDAD. Segundo a alínea c, Secção III, Anexo I do Decreto-lei n.º 239/2012, “Consideram-se ‘zonas ameaçadas pelas cheias’ ou ‘zonas inundáveis’ as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados.”

Em termos metodológicos “A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias é efetuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de 100 anos da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos e de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos.”

No município de Aveiro devido à presença da zona estuarina podem considerar-se dois tipos de cheias: as cheias com influencia marítima e as cheias de influência fluvial.

De acordo com as OENR, “Nas zonas estuarinas a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias deve atender às características de hidrodinâmica, geomorfológicas, pedológicas e topográficas, em presença, devendo os estudos a desenvolver incluir fatores como o nível de maré máximo, a subida do Nível Médio do Mar (NMM), a sobrelevação meteorológica e as ondas de geração local, e considerar, ainda, a cota da maior cheia conhecida, determinada a partir de marcas de cheia, registos e dados cartográficos disponíveis.”

Consideram-se zonas inundáveis em solo urbano, as áreas delimitadas na planta de ordenamento em que o perímetro urbano é coincidente com a tipologia de REN Zonas ameaçadas por cheias (ZAC).

As faixas de salvaguarda, faixas de proteção costeira e complementar da Zona terrestre e de proteção delimitadas no POCOMG foram, também transpostas para a planta de ordenamento e encontram-se ainda regulamentadas no regulamento da proposta de revisão do Plano.

5.10 PERIGOSIDADE E INCÊNDIOS

De acordo com o referido no n.º5 do artigo 10-º do D.L n.º124/2006, de 28.06, na atual redação dada pela Lei n.º76/2017, de 17 de agosto a “*cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia (RNPV), assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos PMDFCI, devem ser incorporadas e regulamentada nos respetivos planos municipais de ordenamento do território.*”

5.10.1 Perigosidade de incêndio rural

O mapa de perigosidade de incêndio rural, parte integrante do Modelo de Risco de Incêndio Florestal, representa o potencial de um território para a ocorrência de incêndios florestais, permitindo responder onde existe maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude.

A perigosidade resulta do produto da probabilidade (traduz a verosimilhança de ocorrência anual de um incêndio num determinado local em determinadas condições), pela suscetibilidade de um determinado território. Variáveis lentas que derivam da topografia, como o declive, e ocupação do solo, definem se um território é mais ou menos suscetível ao fenómeno, contribuindo melhor ou pior para que este se verifique e, eventualmente, adquira um potencial destrutivo significativo.

Para a produção desta peça cartográfica foram consideradas todas as classes de perigosidade de incêndio rural do PMDFCI de Aveiro, sendo que, no que respeita aos condicionalismos à edificação nos termos do artigo 16.º do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra INCÊNDIOS (SNDFCI) (Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação) as condicionantes aplicam-se nas classes de alta e muito alta perigosidade de incêndio rural.

A cartografia de perigosidade e risco de incêndio respeita a metodologia desenvolvida pela Autoridade Florestal Nacional (atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) constante no Guia Técnico de apoio à elaboração dos PMDFCI, de abril de 2012.

5.10.2 Rede de defesa da floresta contra incêndios

Esta planta constitui uma planta temática, de carácter informativo, agregando os seguintes temas:

- Rede Viária Florestal Fundamental, composta pelas vias de 1.ª e 2.ª ordem;
- Rede de pontos de água, composta por tomadas de água da rede pública (hidrantes) e planos de água,
- Acesso aéreo e Rede Nacional de Postos de Vigia, existindo apenas um posto na Reserva Natural das Dunas de São Jacinto – Apolo 01.6 – da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana,

5.10.3 Povoamentos percorridos por incêndios

A Cartografia das Áreas Percorridas por Incêndios constitui uma planta autónoma da Planta de Condicionantes onde são identificadas temporalmente e geograficamente as áreas de Povoamento percorridas por incêndios.

Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos ficam interditas, pelo prazo de 10 anos diversas ações pelo que esta planta é um referencial importante para o ordenamento do território.

5.11 PATRIMÓNIO

Na sua vasta dimensão, o Património abrange o património arqueológico, o arquitetónico, o paisagístico, formas eruditas ou populares, edifícios públicos ou privados, monumentais ou utilitários, todos eles reflexo da vivência humana, da intervenção e interação do homem com o território, pelo que constituem um Património Cultural. A consciência progressiva da sua importância e, consequentemente, da sua conservação e salvaguarda, como elemento vivificador da identidade cultural comum, tem vindo a ser objeto de particular atenção pelas tutelas, ao nível das políticas de proteção e valorização em articulação com as do ordenamento do território.

Se o desenvolvimento urbano sustentável passa pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e do ambiente urbano, poder-se-á afirmar que o mesmo se estabelece como transversal à promoção da conceção arquitetónica e urbanística, aliadas à sensibilização e formação dos cidadãos para a cultura arquitetónica, bem como para a preservação do património construído, apostando-se na reabilitação e regeneração como setor estratégico desse mesmo desenvolvimento. Desta feita, a conservação, salvaguarda e valorização do património cultural tem vindo a merecer cada vez mais acuidade por parte da sociedade e das tutelas.

A Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro estabelece as bases da política e do regime da proteção e valorização do património cultural, definindo que a proteção legal dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação.

No Concelho de Aveiro, face à informação disponível no sítio eletrónico da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), estão classificados 22 imóveis nas categorias de: Monumento Nacional (4), Interesse Público (15) e Interesse Municipal (3), que se identificam na listagem apresentada no anexo: Património.

Dentro do conceito global de Arqueologia, sublinham-se as referências específicas a determinados elementos, com as quais se pretende evidenciar as suas potencialidades como testemunhos históricos da estruturação do território e da ocupação humana.

Ainda no anexo Património apresenta-se a listagem dos sítios arqueológicos inventariados e constantes no Património Arqueológico (Endovélico) da DGPC, que dispõem de Código Nacional de Sítio.

A toponímia – *designação dos lugares pelos seus nomes*, constitui também uma fonte de informação que ajuda a compreender os espaços e as formas de ocupação ao longo do tempo. No concelho de Aveiro os topónimos existentes, que evidenciam características geográficas do terreno, estruturas viárias (pontes e caminhos), práticas e atividades agrícolas, povoamentos, e apontam também para um povoamento que remonta à pré-história.

Há testemunhos, situados na área mais oriental do concelho, que aludem a construções funerárias: são os casos de Mamoa das Pegas, Mama Rasa - Eixo, Mamoa – Eirol, Moita da Mamoa – Oliveirinha e Mamodeiro, topónimo que aparece nas inquirições de D. Dinis de 1287 e que também dá nome ao lugar. A mamoa de Mamodeiro, de planta elíptica, é um sítio arqueológico entre os 5 mil e os 6 mil anos de idade, confirmando a ocupação e estabelecimento de um assentamento humano desde o período Neolítico.

A presença romana é atestada por diversos achados arqueológicos em várias freguesias: nas Agradas e na rua das Quintãs, em Aradas, na Rua da Agra, em Vilarinho-Cacia, Cabeço e Barreiro nas Quintãs-Oliveirinha. Na freguesia de Eixo, em 1985, foi casualmente descoberto um forno de produção cerâmica na Costa das Ribas e anos mais tarde, outro no lugar de Alagoela.

No início da década de 2000, na intervenção arqueológica efetuada nos locais Marinha Baixa e Torre, em Cacia, foram encontrados vestígios datados dos séculos IV até ao VI, assentando na hipótese de implantação geográfica na linha de costa junto à foz do rio Vouga.

A Agra do Crasto é também um sítio arqueológico com grande dimensão territorial e de relevância científica reconhecida, face à possibilidade de identificação de algumas estruturas associadas ao povoado e à natureza dos vestígios identificados que apontam para a Idade do Bronze.

Na cidade são identificadas duas categorias de sensibilidade arqueológica, dando-se realce à designada como elevada. Partindo da delimitação do “centro histórico”, a zona de sensibilidade elevada engloba o espaço interior da muralha tardo-medieval, cujo traçado se infere pela leitura dos traçados urbanos, o eixo da Rua do Gravito-Rua do Carmo-Rua de Sá, a Praça Melo Freitas-Largo da Apresentação, a Avenida Santa Joana, a Baixa de Santo António e a área de Santiago-Agra do Crasto.

Igualmente se inscrevem neste âmbito todas as igrejas e capelas construídas em data anterior a 1835, aquando da publicação de legislação que proibiu as inumações nos seus interiores e adros.

Como zonas de sensibilidade, sublinham-se os seguintes espaços: área portuária de Aveiro (antiga lota, Canal Central, Canal das Pirâmides, Cale da Vela e Cale da cidade), Bairro do Alboi, antigo Bairro das Olarias, áreas de instalações industriais, antigas instalações conventuais e militares, as áreas envolventes dos Sítios conhecidos e com Código Nacional de Sítio e locais onde a toponímia revele indícios arqueológicos (por exemplo: Agradas do Crasto, Cavadas, Cabeço, Arroteias, Monte, Chão do Moinho, Boca do Rio Velho, Fonte Velha, Barreiro, Passadouro, Rasos, Carregal, Raso).

Há ainda a destacar um vasto espólio arqueológico proveniente do meio aquático, onde sobressaem fragmentos de cascos de navios em distintos naufrágios, datados do século XIV e da primeira metade do século XV.

5.12 SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

O Plano Diretor Municipal, nos termos do respetivo regime jurídico, define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, traduzido através da classificação do solo que determina o seu uso básico e da sua respetiva qualificação, definindo o conteúdo do seu aproveitamento, por referência às potencialidades de desenvolvimento, fixando os respetivos usos dominantes e, quando admissível, a edificabilidade, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes.

Tendo em vista assegurar a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial nas estratégias de desenvolvimento económico e social, garantindo a sustentabilidade e a solidariedade das gerações na ocupação e utilização do território e assegurando a qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento, foi determinante a identificação das condicionantes em vigor que constituem limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento do solo, como garantia da proteção e a salvaguarda de recursos, de valores e do interesse público.

As novas exigências da vida em sociedade justificam a imposição de limitações aos direitos dos particulares, em defesa de interesses públicos, nomeadamente, no que respeita à qualidade do ambiente, da defesa do solo agrícola e ecológico, dos recursos naturais e do património cultural.

As Servidões e Restrições de Utilidade Pública presentes no território municipal estão representadas nas plantas de condicionantes geral e nos respetivos desdobramentos e são devidamente integradas no regulamento do plano. Procedeu-se, ainda, à elaboração de um documento correspondente – Memória descritiva da planta de condicionantes, que para além da descrição da respetiva condicionante, faz o enquadramento legal e uma abordagem aos procedimentos efetuados para a sua demarcação e identificação territorial, considerando os elementos disponibilizados e ou articulados pelas respetivas entidades competentes, que conduziram às opções tomadas.

6. SISTEMA DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL

A alteração legislativa ocorrida através da publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBSOTU) (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), definem o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial (IGT).

Para se proceder à avaliação de execução do plano devem ser introduzidas metodologias que incluam indicadores de execução, ponderados de acordo com a estratégia vigente para o território, numa perspetiva de maior sustentabilidade.

A monitorização do PDM é essencial para perceber a situação presente, perspetivar o futuro e, consequentemente, comparar as tendências face às políticas e metas estabelecidas.

Este documento deverá servir de base à concretização de um sistema de informação interdisciplinar que permita monitorizar periodicamente o PDM, avaliando resultados, e implementando os ajustes que se vejam necessários.

O processo/abordagem é a forma de garantir resultados, ou seja, de alcançar os princípios e objetivos. Daí surge a necessidade do processo de ordenamento do território, segundo a Conselho da Europa (2010), ser:

- **Democrático:** deve ser conduzido de modo a assegurar a participação das populações interessadas e dos seus representantes políticos;
- **Integrado:** deve assegurar a coordenação das diferentes políticas sectoriais e a sua integração numa abordagem global;
- **Funcional:** deve ter em conta a existência de especificidades regionais, culturais e interesses comuns;
- **Prospetivo:** deve analisar e tomar em consideração as tendências e o desenvolvimento a longo prazo dos fenómenos e intervenções económicas, ecológicas, sociais, culturais e ambientais.

De acordo com a RTD Evaluation Toolbox⁴, a avaliação é um “*processo sistemático e objetivo desenhado para avaliar a relevância, eficiência e efetividade de políticas, programas e projetos na concretização dos objetivos iniciais definidos.*”

A avaliação irá permitir determinar:

1. Se os objetivos estão a ser alcançados e se existem outros efeitos;
2. Se esses objetivos estão a ser alcançados eficazmente e eficientemente;
3. Qual a interferência das estruturas de gestão nos resultados.

A função de monitorização do plano decorre do entendimento deste como um instrumento e não como um fim em si mesmo, pelo que é uma das componentes fundamentais do processo de planeamento e gestão do território. A necessidade de monitorização e avaliação dos planos decorre da presença do fator incerteza no processo de planeamento que obriga a que se promova um acompanhamento.

⁴ **European Commission** (2002), Socio-Economic Evaluation of Public RTD Policies (EPUB) - RTD Evaluation Toolbox. [Consult. 6 de junho 2017]. Disponível na internet: <URL: http://www.forskningsradet.no/csstorage/flex_attachment/toolbox.pdf>

Segundo Costa Lobo *et al.*⁵, a monitorização pode ser entendida como “...uma tarefa autónoma de avaliação crítica do processo de planeamento tendo como objetivos identificar e medir o grau de alcance dos objetivos pré-definidos, a adequação das vias ao alcance dos objetivos, a implementação de facto das vias selecionadas e a obtenção de informação adicional para decisão/implementação diferida”.

6.1 SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO

A crescente necessidade de uma intervenção eficaz e eficiente no território realça as vantagens de desenvolver sistemas de monitorização e avaliação. Estes sistemas possibilitam:

- Apoiar o processo de decisão, uma vez que permitem compreender a relação entre os objetivos definidos, os recursos investidos, a concretização e os resultados obtidos⁶;
- Detetar com maior rapidez as mudanças no território, nomeadamente, as situações imprevistas, que podem determinar alterações nas premissas iniciais e assim ajudar a prevenir ineficiências do plano;
- Produzir, compilar e sistematizar regularmente e de forma coerente informação sobre os níveis de execução, podendo desta forma perceber-se desvios (quanto mais atualizados estiverem os dados mais eficaz é a forma de atuação e controlo);
- Testar hipóteses sobre efeitos (impactos) de determinados processos e ações, quer as que derivam da implementação do plano, quer as que têm origem em agentes externos;
- Satisfazer competências formalmente atribuídas, nomeadamente a apresentação do Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT), ou requisitos que derivam, do envolvimento de parceiros públicos ou privados;
- Fornecer a justificação imprescindível, para empreender as alterações do plano;
- Rever aspetos do plano sem ter de repensar a globalidade do mesmo.

A monitorização enquanto atividade permite:

- Aumentar qualitativa e quantitativamente a informação disponível para suporte à tomada de decisão, e com isso aumentar o grau de confiança e de sucesso nas opções tomadas;
- Identificar as questões emergentes, para possibilitar intervir no sentido de abrandar impactos negativos ou aproveitar oportunidades;
- Estimar direções possíveis para as mudanças;
- Apoiar a adequação dos planos à evolução da envolvente interna e externa, nomeadamente, às modificações das estratégias dos atores envolvidos;
- Promover um uso mais eficiente dos recursos, melhorando o plano e a estrutura organizacional que o implementa.

⁵ COSTA LOBO, M., *et al.* (1995), Normas Urbanísticas: princípios e conceitos fundamentais, Vol I, DGOTDU/UTL, Lisboa.

⁶ European Commission (1999), Guidelines for systems of monitoring and evaluation of ESF interventions in the period 2000-2006. [Consult. 10 maio 2017].

Disponível na internet: <URL: http://www.igfse.pt/upload/docs/aval_LP_orientacoes_processo_aval_inter_DGEmprego.pdf>

6.2 MODELOS DE AVALIAÇÃO

Os processos de avaliação podem distinguir-se quanto ao horizonte temporal em que ocorrem, durante a vigência do plano.

A metodologia utilizada para a avaliação do PDM de Aveiro recai sobre a avaliação ex-post, cujos méritos “...residem sobretudo na aquisição de mais e melhor conhecimento (empírico, teórico, metodológico e pragmático) sobre o processo de planeamento e os seus instrumentos de forma a melhorar a sua eficácia e, portanto, a saber distinguir as razões do seu sucesso/insucesso”⁷.

Nesta avaliação prevalece uma visão sobre passado, concentrando-se no que sucedeu com determinado plano, programa ou política. É uma avaliação sobretudo retrospectiva, na análise executada após o estágio de implementação desses planos e projetos, dos resultados obtidos face aos objetivos definidos, além da análise do contexto, onde se averigua, através da observação interna e externa, se os objetivos e as estratégias contidas nesses planos e projetos continuam a fazer sentido.

Esta é uma avaliação que deve ser interna, ou seja, desenvolvida por equipas da organização que têm responsabilidade no processo de desenvolvimento do plano.

Relativamente ao método de avaliação, optou-se pelo método misto, pois oferece o potencial de combinar os benefícios das abordagens qualitativa e quantitativa, compensando simultaneamente as limitações de cada abordagem quando utilizada separadamente.

Uma abordagem de método misto bem concebida pode oferecer uma gama de benefícios potenciais:

- Comparar diferentes perspetivas retiradas da informação quantitativa e qualitativa;
- Explicar os resultados quantitativos através do seguimento de uma análise qualitativa;
- Capacidade de se basear numa série de instrumentos, técnicas e quadros qualitativos e quantitativos em todas as fases da avaliação.
- Ajuda a entender como os fatores de contexto local podem explicar as variações na implementação do programa e os resultados em locais distintos;
- Combina a representatividade de métodos quantitativos que permitem uma generalização dos resultados de uma amostra para uma maior população com a capacidade de métodos qualitativos para avaliar o efeito das variáveis intervenientes nos resultados.

Através deste método é possível desenvolver um conhecimento mais aprofundado dos problemas e questões encontradas durante a análise.

6.3 INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

A seleção de indicadores foi feita de forma cuidada, visto que uma utilização descuidada pode levar à perda de informação ou enviesamento de resultados da análise.

Os indicadores selecionados possibilitam:

a) Um processo integrado que permite identificar, caracterizar e avaliar os benefícios e os efeitos indesejados decorrentes da implementação do PDM;

⁷ **BATISTA e SILVA, J.** (2002) Avaliação de Planos e Monitorização – A avaliação da Conformidade Objetivos – Resultados de um PDM. In “Revista Sociedade e Território” n.º 34. Porto, Edições Afrontamento

- b) Uma abordagem preventiva, capaz de identificar as componentes preventivas e/ou mitigadoras das medidas e ações;
- c) Uma abordagem operacional que permite que as conclusões periódicas do processo de monitorização e avaliação, designadamente quanto ao referido nos dois pontos anteriores, sejam eficazes na implementação do modelo de desenvolvimento proposto pelo PDM;
- d) Uma abordagem estratégica, traduzida no desenvolvimento de orientações que permitem aumentar o conhecimento e reduzir as incertezas.

No ordenamento do território a escolha de indicadores e a construção do modelo de monitorização deve refletir os objetivos do plano.

Os objetivos estratégicos que se pretendem alcançar para Aveiro até 2025 e que, serviram, igualmente, de termos de referência à revisão do PDM são:

- Aveiro referência na inovação, Empreendedorismo e Exportação;
- Aveiro UniverCidade modelo;
- Aveiro símbolo de qualidade de vida, emprego e felicidade;
- Aveiro polo de atração para residentes e turistas.

Além de refletir os objetivos do plano, procura-se, também, ter em atenção o contexto geral de atuação e as responsabilidades que estão atribuídas ao Município de Aveiro, focando a atuação na prossecução de Linhas Orientadoras. Essas linhas orientadoras são:

- Desenvolvimento Integral e Reabilitação Urbana
- Ambiente e Energia
- Ação Social e Saúde
- Educação e Desporto
- Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo
- Cultura e Turismo
- Mobilidade e Acessibilidade

Os indicadores escolhidos, e respetivas metas, dão resposta a grande parte dos princípios do Ordenamento do Território, nomeadamente:

- A solidariedade intra e intergeracional;
- A responsabilidade;
- A economia e eficiência;
- A coordenação e compatibilização;
- A subsidiariedade;
- A equidade.

Em relação aos objetivos do Ordenamento do Território representam:

- A melhoria das condições de vida e de trabalho;
- A rentabilização das infraestruturas;
- A aplicação de uma política de habitação;
- A adequação de níveis de densidade urbana;
- A reabilitação e revitalização;
- A recuperação e regeneração de áreas degradadas.

6.3.1 SISTEMA DE INDICADORES

REABILITAÇÃO URBANA E QUALIDADE DE VIDA

| Critérios de avaliação | Indicadores | | Unidade de medida | Ano base | Valor ano base | Meta |
|--------------------------------------|---|--|-------------------|----------|----------------|------|
| Coesão e regeneração dos territórios | Concretização urbana por ano (Contabilização da área dos polígonos de construção por ano) | | m² | 2016 | 19 013,00 | ↑ |
| | Processos de reabilitação/ reconstrução (n.º Edifícios reabilitados) | | N.º | 2016 | 7 | ↑ |
| Qualificação do espaço urbano | Grau de cobertura de espaços verdes de utilização pública | Área Total de espaços verdes urbanos total | m² | 2016 | 535 650,00 | ↑ |
| | | População servida por espaços urbanos | m²/hab | 2016 | 6,83 | ↑ |
| | Número de equipamentos de utilização coletiva | | N.º | 2018 | 397 | ↑ |
| | Edifícios novos | | N.º | 2016 | 58 | ↑ |

Quadro 3- indicadores reabilitação urbana e qualidade de vida

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

| Critérios de avaliação | Indicadores | Unidade | Ano base | Valor ano base | Meta | |
|--|---|--------------------------------|----------|----------------|------|---|
| Incremento dos modos suaves | Rede pedonal - Km de passeios novos e reabilitados | Km | 2018 | 223,626 | ↑ | |
| | Rede clicável - Km de pistas clicáveis | Km | 2018 | 43, 947 | ↑ | |
| | Medidas de acalmia de tráfego (Nº de medidas implementadas) | N.º | 2018 | 14 | ↑ | |
| Reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos de passageiros | Cobertura dos transportes coletivos e frequência viária (Nº de carreiras/frequências em dia útil por dia) | N.º | 2018 | 240 | ↑ | |
| | Repartição modal dos movimentos pendulares dos residentes no Concelho. | Movimentos a pé | % | 2011 | 23 | ↑ |
| | | Motociclo/bicicleta | % | | 10 | ↑ |
| | | Transporte automóvel (privado) | % | | 53 | ↓ |
| | | Transporte público | % | | 11 | ↑ |
| Melhoria da rede de interfaces | Pontos de interface automóvel - rede pedonal e ciclável (Nº de bolsas de estacionamento) | N.º | 2017 | 8 | ↑ | |

Quadro 4 – indicadores Mobilidade e Acessibilidade

PATRIMÓNIO NATURAL E QUALIDADE DOS PARÂMETROS AMBIENTAIS

| Critérios de avaliação | Indicadores | | Unidade | Ano base | Valor Ano Base | Meta |
|---|--|--|-------------------------------------|-----------|--|--------|
| Promoção e preservação do Património Natural e Áreas Classificadas | número de Percursos, trilhos interpretativos /mL | | n.º | 2018 | 4 | ↑ |
| | | | mL | | 32.350 | ↑ |
| Qualidade dos parâmetros ambientais | Avaliação da qualidade das principais Massas de Água. | Estado Global Massas de Água RH4 (Rio Vouga, Ria de Aveiro) | Bom e Superior Inferior a Bom | 2016 | 67% Bom e Superior | ↑ |
| | | Estado Químico Canais Urbanos | Bom Insuficiente | 2016 | Bom | ↑ |
| | Uso eficiente da água | Consumo doméstico de água per capita Capacitação total (todos os usos) | Litros/hab dia | 2017 | 98.7 184.8 | ↓ |
| | | Água usada na rega de espaços verdes públicos | m3/ ano | 2016 | 39.394 | ↓ |
| | Variação da população afetada pelo ruído (n.º ; % e áreas de conflito). Reclamações de habitantes relativas à poluição atmosférica ou de ruído (n.º ; tipologia; localização). | | % | 2012 | 1,2 (Lden) 3,1 (Ln) | ↓ ↓ |
| | Variação do índice de qualidade do ar (n.º ocorrências de ultrapassagem dos limiares de concentração por poluente) | | N.º ocorrências e médias de (mg/m3) | 2017 | Ozono (O3) 4 excedências e média de 144 mg/m3 - Partículas (PM10) 19 excedências e média de 144 mg/m3 | ↓ |
| | Diminuição da produção de resíduos urbanos indiferenciados e aumento da fração valorizável Evolução da recolha seletiva multimaterial (ton por material) | Recolha seletiva multimaterial (total e per capita) | Ton Kg/hab/ano | 2016 | - 2.938 ton - 38.12 Kg/hab/ano | ↑ |
| | | Resíduos urbanos indiferenciados (total e per capita) | | 2016 | 32.992,3 ton 428,0 Kg/hab/ano | ↓ |
| Mitigação de riscos naturais e tecnológicos | Áreas vulneráveis ao risco de cheia (ha) | | m2 | | | |
| | Habitantes em áreas vulneráveis a inundação (N.º) | | n.º | | | |
| | Edificações inseridas em locais com risco de cheia (N.º) | | n.º | | | |
| | Acidentes industriais e de acidentes no transporte de matérias perigosas | | n.º | 2012 | 5 | ↓ |
| | Evolução da Área ardida | | hectares | 2016 | 42,1865 | ↓ |
| | Evolução do número de ocorrências de incêndio florestal | | n.º | 2016 | 140 | ↓ |
| | Número de ações do PMDFCI | | n.º | 2018 | 28 | ↑ |
| Eficiência energética e adaptação às alterações climáticas | Variação do consumo de energia em edifícios públicos | | (kWh) | 2016 | 4229252,19 (kWh) | ↓ |
| | Variação do consumo de energia da iluminação pública | | (kWh) | 2016 | 9.597.805,60 (kWh) | ↓ |
| | Iniciativas municipais para a eficiência energética e promoção de energias renováveis | | N.º | 2014/2018 | 8 | ↑ |

Quadro 5 – Indicadores Património Natural e Qualidade dos Parâmetros Ambientais

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

| Critérios de avaliação | Indicadores | | | Unidade | Ano Base | Valor Ano Base | Meta | | | |
|--|--|--|--|---|-------------------|------------------|------|------|---------|------|
| Desenvolvimento e diversificação do tecido produtivo | Empresas nascidas 2 anos antes | Taxa de sobrevivência nascidas 2 anos antes | | % | 2016 | 53,4 | ↑ | | | |
| | Empresas por atividade económica | N.º de empresas por atividades de informação e Comunicação | | N.º | 2017 | 218 | ↑ | | | |
| | Constituição de pessoas coletivas | N.º de pessoas coletivas | | N.º | 2017 | 324 | ↑ | | | |
| Identidade e atratividade | Evolução atividade turística | Empreendimentos turísticos por tipologia | Hotel 5* | Nº | 2018 | - | ↑ | | | |
| | | | Hotel 4* | | | 4 | ↑ | | | |
| | | | Hotel 3* | | | 7 | ↑ | | | |
| | | | Hotel 2* | | | 1 | | | | |
| | | | Hotel 1* | | | 1 | | | | |
| | | | Parque Campismo | | | 1 | | | | |
| | | | Alojamento Local | | | Apartamento | Nº | 2018 | 245 | |
| | Estab. Hospedagem | 53 | | | | | | | | |
| | Moradia | 41 | | | | | | | | |
| | Quartos | - | | | | | | | | |
| | Oferta de alojamento turístico | N.º de Camas | | Hotel 5* | Nº | 2018 | | | - | ↑ |
| | Hotel 4* | | 584 | ↑ | | | | | | |
| | Hotel 3* | | 677 | ↑ | | | | | | |
| | Hotel 2* | | 24 | | | | | | | |
| | Hotel 1* | | 21 | | | | | | | |
| | Parque Campismo | | 560 | | | | | | | |
| | Alojamento Local | | - | | | | | | | |
| | Apartamento | | 746 | | | | | | | |
| | Estab. Hospedagem | | 762 | | | | | | | |
| | Moradia | | 176 | | | | | | | |
| | Quartos | | 3 | | | | | | | |
| | N.º de dormidas | | Dormidas nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico no Município | | | | n.º | 2017 | 332 683 | ↑ |
| | Nº visitantes postos de informação turística | | N.º de visitantes | Posto de turismo de Aveiro - Turismo Centro de Portugal | | | N.º | 2018 | 111 636 | ↑ |
| | | Espaço Turismo e Museus - CMA | | | 31 335 | ↑ | | | | |
| | | Espaços culturais e naturais | | | N.º de visitantes | Museus de Aveiro | | | N.º | 2018 |
| | Teatro Aveirense | | 47239 | ↑ | | | | | | |
| | CMIA | | 2017 | 2642 | | | ↑ | | | |
| | Visita guiada Centro Histórico | | 2018 | 7308 | | | ↑ | | | |
| | Circuito Arte Nova | | 1455 | ↑ | | | | | | |
| | Visita guiada ECM | | 6139 | ↑ | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

Quadro 6 – Indicadores Competitividade e Desenvolvimento Económico

COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

| Critérios de avaliação | Indicadores | | Unidade | Ano base | Valor do ano Base | Meta |
|--|--|--|-----------------------------|----------|-------------------|------|
| Redução de fenómenos de exclusão social | Inserção profissional da população | Ações de Informação, Sessões Coletivas e/ou Sessões de Tutoria | N.º | 800 | 2017 | ↑ |
| | | Desempregados Colocados em Ofertas de Emprego | N.º | 100 | 2017 | ↑ |
| | Iniciativas municipais de apoio à inclusão | | N.º | 2018 | 17 | ↑ |
| | Eliminação de assimetrias sociais e redução de pobreza | Redução de n.º de situações de carência habitacional. | n.º de alojamentos | 2018 | 45 | ↑ |
| | | Atribuição de apoio pecuniário no âmbito do FAF. | N.º de agregados | 2018 | 51 | ↑ |
| | | Programa Municipal de Apoio às Associações. | N.º candidaturas | 2018 | 43 | ↑ |
| Melhoria das condições de habitabilidade e desempenho energético dos edifícios | Reabilitação de Habitações sociais | | N.º de Fogos | 2017 | 94 | ↑ |
| | Certificação energética das habitações | Desempenho energético inicial dos edifícios | Edifícios classe energética | 2017 | 12 F | ↑ |
| | | | edifícios classe energética | | 8 E / F | ↑ |
| Requalificação do espaço público | Número de empreitadas lançadas para requalificação de espaço público | | N.º empreitadas | 2018 | 24 | ↑ |
| | Acesso e cobertura da população a diversos tipos de equipamentos | População servida por equipamentos desportivos | % | 2016 | 2,3 | ↑ |
| | | Promoção de hábitos de vida saudáveis | N.º | 2016 | 15 | ↑ |
| | | Instalações desportivas ativas | | N.º | 2016 | 155 |

Quadro 7 – Indicadores de coesão e inclusão social

7. CARTOGRAFIA

Dados da cartografia de referência utilizada para elaboração da revisão do PDM:

Série Cartográfica Oficial: Série Cartográfica Vetorial 1/10.000 - VERSÃO HOMOLOGADA

Entidade Proprietária: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)

Entidade Produtora: Socarto

Entidade Fiscalizadora: Estereofoto GeoEngenharia S.A.

Data de Homologação: 2015.11.12 pela Direção Geral do Território, Processo nº 331

Sistema de Referência: Datum PT-TM06 ETRS89 (EPSG 3763)

Referencial Altimétrico: Marégrafo de Cascais (MS1)

Exatidão Posicional Planimétrica: Erro médio quadrático $\leq 1,50$ m

Desvio Máximo Planimétrico: 2.30 m

Exatidão Posicional Altimétrica: Erro médio quadrático ≤ 1.80 m

Desvio Máximo Altimétrico: 3,00 m.

Exatidão Temática: % de erros de classificação inferior a 5%

Precisão Posicional Nominal 15.075 m

Data de cobertura aérea: 2012.09.30

Trabalhos de campo: 2014-05-24

Elipsoide de referência: GRS80

Semi-eixo maior: $a = 6\,378\,137$ m; achatamento $f: 1/298,257\,222\,101$

Projeção cartográfica: Transversa de Mercator

Latitude da origem das coordenadas retangulares: $39^\circ 40' 05''$, 73 N

Longitude da origem das coordenadas retangulares: $08^\circ 07' 59''$, 19 O

Falsa origem das coordenadas retangulares:

Em M (distância à Meridiana): 0 m; Em P (distância à Perpendicular): 0 m

Coefficiente de redução de escala no meridiano central: 1,0

Datum altimétrico de Cascais

ANEXOS

DISCUSSÃO PÚBLICA

ANEXO 1. PATRIMÓNIO

MONUMENTOS NACIONAIS

1. Cruzeiro de Nossa Sr.^a da Glória - Decreto de 16/06/1910, DG, n.º 136 de 23/06/1910; ZGP (50 m)
2. Mosteiro de Jesus compreendendo o túmulo de Santa Joana - Decreto de 16/6/1910, DG, n.º 136 de 23/06/1910; ZEP-Portaria de 28/4/1961, DG, 2ª Série, n.º 108 de 6/05/1961 (inclui zona non aedificandi)
3. Igreja das Carmelitas - Decreto de 16/6/1910, DG, n.º 136 de 23/06/1910; ZEP- Portaria de 28/11/1960, DG, 2ª Série, n.º 11 de 13/01/1961
4. Conjunto arquitetónico formado pela Igreja do Convento de St.^o António e seu claustro, Capela da Ordem Terceira de S. Francisco e anexos conventuais (Casa do Despacho) - Dec. n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42 de 19/12/2002; ZEP- Portaria n.º 359/2014, DR, 2ª Série, n.º 97 de 21/05/2014

IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO

5. Pelourinho de Esgueira - Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231 de 11/10/1933; ZGP (50 m)
6. Capela do Senhor das Barrocas - Decreto n.º 34 452, DG, I Série n.º 59 de 20/03/1945; ZEP - Portaria de 2/12/1958, DG, II Série, n.º 60 de 12/03/1959 (inclui zona non aedificandi)
7. Igreja do Convento do Carmo e seu recheio - Decreto n.º 45 469, DG, I Série, n.º 303 de 27/12/1963; ZEP-Portaria n.º 481/2014, DR, 2ª Série, n.º 118 de 23/06/2014
8. Casa do Seixal e Capela da Madre de Deus (conjunto) - Dec. n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301 de 31/12/1997; ZEP –Portaria n.º 740-CT/2012, DR, 2ª Série, n.º 248 (suplemento) de 24/12/2012
9. Edifício “Arte Nova” também denominado “Casa Major Pessoa” - Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301 de 31/12/1997; ZGP (50 m)
10. Edifício “Arte Nova”, R. de João Mendonça (antiga Rua do Cais) N.º 5 a 7 - Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56 de 6/3/1996; ZGP (50 m)
11. Edifício da antiga Capitania do Porto de Aveiro – “Casa dos Arcos” - Decreto n.º 67/97, de 31/12, DR, I Série-B, n.º 301 de 31/12/1997; ZGP (50 m)
12. Igreja da Misericórdia de Aveiro, incluindo as salas do despacho e anexos - Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297 de 21/12/1974; ZGP (50 m)
13. Teatro Aveirense - Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42 de 19/2/2002; ZGP (50 m)
14. Sé de Aveiro - Declaração de Rectificação n.º 10-E/96, DR, I Série-B, n.º 127, de 31-05-1996 relativa ao Decreto n.º 2/96 DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996; ZGP (50 m)

MONUMENTOS DE INTERESSE PÚBLICO

15. Capela de S. Gonçalo (ou Gonçalinho) - Portaria nº 224/2011, DR, 2ª Série, n.º 12 de 18/01/2011; ZEP – Portaria nº 224/2011, DR, 2ª Série, n.º 12 de 18/01/2011
16. Igreja de Santo André, Matriz de Esgueira - Portaria n.º 740-BT/2012, DR, 2ª Série, n.º 248 (suplemento) de 24/12/2012; ZEP – Portaria n.º 740-BT/2012, DR, 2ª série, nº 248 (suplemento) de 24/12/2012
17. Edifício na Av. Dr. Lourenço Peixinho, 154-156, gaveto com a R. Engº Oudinot, 7-11 - Portaria n.º 182/2013, DR, 2ª Série, n.º 67 de 5/04/2013; ZGP (50m)
18. Edifício Testa & Amadores - Portaria n.º 228/2013, DR, 2ª Série, n.º 72 de 12/04/2013; ZGP (50 m)

CONJUNTO DE INTERESSE PÚBLICO

19. Conjunto arquitetónico constituído pelos imóveis sitos na Av. Dr. António Lourenço Peixinho, 64 a 88 - Portaria n.º 97/2014, DR, 2ª Série, n.º 30 de 12/02/2014; ZGP (50 m)

IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL

20. Centro Comunitário da Vera Cruz - Edital nº 117/2004 de 15/7/2004 da CMAveiro
21. Coreto do Parque Municipal D. Pedro V - Edital nº 92/2008 de 15 de Maio
22. Casa dos Areais - Edital nº 91/2008 de 15/5/2008 da CMAveiro

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INVENTARIADOS

| Designação | CNS | Tipo de Sítio | Concelho/Freguesia |
|--|-------|-------------------------|----------------------------|
| "Primeiro Navegante" (1946) - Aveiro | 23832 | Naufrágio | Aveiro |
| "Tuscarora" (1873) - São Jacinto (Aveiro) | 23811 | Naufrágio | Aveiro/São Jacinto |
| Agra do Crasto | 18957 | Povoado | Aveiro/Aradas |
| Aveiro - Convento de Santo António | 15469 | Convento | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Aveiro - Convento do Carmo | 32791 | Convento | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Aveiro - Gaveto Av Araújo Silva e Av Santa Joana | 33795 | Olaria | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Aveiro - Muralhas | 15032 | Muralha | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Aveiro - Praça Marquês de Pombal | 14719 | Convento | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Aveiro - Rua Homem de Cristo Filho, n.º 25 | 31145 | Cidade | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Aveiro - Travessa do Rossio n.º 1 | 36247 | Edifício | Aveiro/Glória e Vera Cruz |
| Barra de Aveiro - Sino e Canhão | 22881 | Achado(s) Isolado(s) | Aveiro |
| Eixo | 7315 | Forno | Aveiro/Eixo e Eirol |
| Eixo 2 | 19217 | Forno | Aveiro/Eixo e Eirol |
| Gran Caravela - RAV | 28522 | Navio | Aveiro |
| Igreja de Esgueira | 10519 | Lage Sepulcral | Aveiro/Esgueira |
| Lota Antiga - Ria de Aveiro | 26680 | Achado(s) Isolado(s) | Aveiro |
| Mamodeiro | 1454 | Mamoa | Requeixo, NSFátima e Nariz |
| Marinha Baixa | 15340 | Complexo Industrial | Aveiro/Cacia |
| Mosteiro de Jesus/Museu de Aveiro Stª Joana | 10518 | Mosteiro | Glória e Vera Cruz |
| Requeixo - Aveiro | 24276 | Casco | Requeixo, NSFátima e Nariz |
| Ria de Aveiro B - 1 | 24274 | Casco | Aveiro |
| Ria de Aveiro C / Ria de Aveiro 3 | 23952 | Achado(s) Isolado(s) | Aveiro |
| Ria de Aveiro D / Ria de Aveiro 4 | 24307 | Casco | Aveiro |
| Ria de Aveiro H ou Barco da telha | 24312 | Naufrágio | Aveiro |

| Designação | CNS | Tipo de Sítio | Concelho/Freguesia |
|--------------------|-------|---------------------|---------------------|
| Rio Vouga Sul | 14986 | Estação de Ar Livre | Aveiro/Eixo e Eirol |
| Torre | 997 | Povoado | Aveiro/Cacia |
| Vale de Videiras 1 | 2582 | Estação de Ar Livre | Aveiro/Eixo e Eirol |
| Vale de Videiras 2 | 16884 | Estação de Ar Livre | Aveiro/Eixo e Eirol |

DISCUSSÃO PÚBLICA

ANEXO 2. EQUIPA TÉCNICA

A revisão do PDM foi elaborada com base nos serviços da Câmara Municipal de Aveiro, designadamente a Divisão de Planeamento do Território (DPT) à qual coube a coordenação, com a inclusão de outras Unidades Orgânicas da Câmara, reforçando a importância do carácter pluridisciplinar da equipa técnica.

ELABORAÇÃO

DPT – Divisão de Planeamento do Território

Cláudia Campos dos Reis – Arquiteta, Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, Mestre em Ordenamento da Cidade
Ilda Seixas Fonseca – Arquiteta
Maria Helena Monteiro - Licenciada em Planeamento Regional e Urbano
Ana Catalão – Arquiteta
Alexandre Teixeira – Licenciado em Planeamento Regional e Urbano
Celeste Maia – Arquiteta paisagista
Maria João Tavares – Arquiteta paisagista
Carla Pinto – Engenheira florestal
Maria Elisabete Silva - Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, Técnica de SIG
Maria Virgínia Cunha – Eng^a Geográfica, Técnica de SIG
Mário Júlio Figueiredo – Lic. Tecnologias de Informação Geográfica, Mestre em Eng^a Geográfica, Técnico de SIG
Justino Ribeiro – Técnico de informática
Manuel Vizinho – Desenhador
Fernando Malta – Desenhador
António Andrade - Administrativo

COLABORAÇÃO

Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo

André Costa – Licenciado em Gestão e Planeamento de Turismo
Ângela Cunha – Arquiteta

Divisão de Cultura e Turismo

Ana Gomes - Mestre em Museus e Turismo
Gabriela Mota Marques – Historiadora/ Arqueóloga
Ana Cristina Oliveira – Licenciada em Turismo

Divisão de Educação, Desporto e Cidadania

Celeste Madail – Doutorada em Administração e Gestão
Sofia Pinho e Melo – Licenciada em Planeamento Regional e Urbano

Divisão de Ação Social e Saúde

Ana Margarida Oliveira – Socióloga

Divisão de Ambiente, Energia e Obras

Fernando Almeida – Engenheiro do Ambiente

Divisão de Gestão Urbanística

Maria Aurora Henriques - Licenciada em Planeamento Regional e Urbano
Sónia Pereira – Arquiteta
Claudio Moreira – Arquiteto
Sara Freitas – Arquiteta
Vasco Vieira de Melo - Arquiteto

Divisão de Mobilidade e Transportes

João Pontes – Engenheiro Civil
José Quintão – Arquiteto
Arminda Soares – Engenheira Civil, Mestre em Transportes
Mariela Matias - Desenhadora

DAGS / DAG - Divisão de Administração Geral

Carlos Dias – Licenciado em Gestão

Gabinete de Proteção Civil

João Carlos Pereira – Licenciado em Segurança Comunitária
Sandra Fernandes – Engenheira do Ambiente

Gabinete de Tecnologias de Informação

CONSULTORES EXTERNOS

IDAD – Instituto do Ambiente e Desenvolvimento
Professor Engenheiro António Carmona Rodrigues
Professora Doutora Fernanda Paula Oliveira
ECO14
Way2go